

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DOMINGOS VEIGA MENDES

PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA DE
CABO VERDE

Porto Alegre
2010

DOMINGOS VEIGA MENDES

PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA DE CABO VERDE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

M538p

Mendes, Domingos Veiga

Perspectivas e alternativas para a economia de Cabo Verde / Domingos
Veiga Mendes. – Porto Alegre, 2010.

171 f. : il.

Orientador: Ricardo Dathein.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
Graduação em Economia, Porto Alegre, 2010.

1. Desenvolvimento econômico : Cabo Verde. 2. Subdesenvolvimento
econômico : Cabo Verde. I. Dathein, Ricardo. II. Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-
Graduação em Economia. III. Título.

CDU 338.92(665.8)

DOMINGOS VEIGA MENDES

PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA DE CABO VERDE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de Janeiro de 2010.

Prof. Dr. Ricardo Dathein

UFRGS

Prof. Dr. Gentil Corazza

UFRGS

Prof. Dr. Eugenio Lagemann

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Visentini

UFRGS

À minha querida e amada filha Dunia

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe, minhas irmãs, meu irmão, Niche e a todos os familiares, pelo incentivo e esforço prestado;

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Ricardo Dathein**, por aceitar esse desafio de orientar um tema relacionado a um país tão desconhecido, pelo esforço, pela paciência, pela total disponibilidade, pela amizade, o meu muito obrigado;

Ao **CNPq** pelo financiamento dos estudos;

A todos os Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS) pelo aprendizado e atendimento prestado;

Aos colegas de turmas do mestrado e doutorado (2008-2010) pela convivência fica aqui a saudade das nossas conversas, dos estudos de grupo, enfim, das alegrias e tristezas compartilhadas nestes dois anos;

Ao pessoal da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) sempre prontas para nos atender obrigada;

À Nair, pela amizade, pela compreensão, pela simpatia, pelo companheirismo, pelos conselhos.

A todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a minha formação.

RESUMO

Cabo Verde tem registrado um crescimento considerável em nível da subregião Oeste africana, apesar dos enormes desafios que o país apresenta, tais como escassez de água potável, de energia, de saneamento básico, deficiente infraestrutura, limitados recursos naturais, materiais e humanos. Este trabalho analisa as perspectivas e as alternativas para a economia de Cabo Verde, tendo em conta esses enormes desafios. Para este propósito, o trabalho inicia com a problemática do (sub)desenvolvimento, onde além de uma discussão teórica do assunto, se aborda a questão dos pequenos estados insulares da qual Cabo Verde faz parte e as oportunidades de desenvolvimento que ainda restam aos subdesenvolvidos. Em seguida, apresenta-se um histórico da economia de Cabo Verde, com destaque para os vários momentos verificados desde o período antes da independência até os dias de hoje. Depois se discutem alguns aspetos considerados relevantes da economia Cabo-verdiana, como as contas nacionais, a estrutura do emprego e de desemprego, a caracterização de alguns setores de atividade econômica e, também, faz-se uma análise do desempenho da economia. Por fim, no capítulo 5 discute-se a importância das relações internacionais do país, avaliam-se os desafios que o país enfrenta, as perspectivas de desenvolvimento face a esses desafios, e as alternativas de desenvolvimento, tendo por base o turismo, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD), o investimento direto externo (IDE) e as remessas dos emigrantes (RE). Os resultados obtidos neste estudo sugerem que o país, apesar de melhoras significativas em diversas áreas de desenvolvimento, fato comprovado pela recente elevação a País de Rendimento Médio (PRM), o país apresenta ainda enormes desequilíbrios e distorções no seu processo de desenvolvimento. Evidencia-se neste trabalho que, apesar dos constantes desafios e constrangimentos que o país enfrenta, e apesar das alternativas de desenvolvimento se basearem nos fatores externos que não estão sob total controle do país, as perspectivas de desenvolvimento são bastante favoráveis.

Palavras-Chave: Cabo Verde. Pequenos estados e territórios insulares. APD. IDE. (Sub) desenvolvimento. Financiamento.

ABSTRACT

Cape Verde has experienced considerable growth in the sub-region of West Africa which is a part, despite the enormous challenges the country presents, such as scarcity of water, energy, sanitation, lack of infrastructure, lack of natural resources, limited human and material resources. This paper analyzes the prospects and the alternatives for the economy of Cape Verde, given these enormous challenges. For this purpose, this work begins with the problem of the (under) development, where in addition to a theoretical discussion of the subject, addressing the issue of small island states which Cape Verde made part and the development opportunities that remain for developing countries. Then comes a history of Cape Verde's economy by addressing various events occurred since the period before independence until today. After that, it is considered some relevant aspects of the Cape Verde economy, such as national accounts, the structure of employment and unemployment, the characterization of certain sectors of economic activity, and also an analysis of economic performance. Finally, in Chapter 5 discusses the importance of the international relations of the country, to assess the challenges facing the country, prospects for development with these challenges, and the alternatives of development, based on tourism, Help official development assistance (ODA), foreign direct investment (FDI) and remittances (RE). The results of this work suggest that the country, despite significant improvements in several areas of the development, proven by the recent graduate to Middle Income Country (MIC), the country still has huge imbalances and distortions in its development process. Evidence in this work, despite the continuing challenges and constraints facing the country, despite the development alternatives are based on the external factors that are not under total control of the country, the development prospects are quite favorable.

Key-words: Cape Verde. Small states and island territories. ODA. IDE. (Under)development. Financing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução da taxa anual de inflação medida pelo IPC de Cabo Verde, Mundo e África, de 1980 a 1990.....	52
Gráfico 2 -	Evolução do PIB per capita de Cabo Verde (em USD), de 1980 a 1990...	53
Gráfico 3 -	Evolução da taxa de crescimento do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 1980 a 1990.....	54
Gráfico 4 -	Balança conta corrente de Cabo Verde (em % do PIB), de 1980 a 1990...	55
Gráfico 5 -	Evolução da taxa de desemprego de Cabo Verde de 1996 a 2000.....	57
Gráfico 6 -	Evolução da taxa de crescimento do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 1991 a 2000.....	58
Gráfico 7 -	Evolução da taxa de inflação de Cabo Verde, Mundo e África, de 1991 a 2000.....	59
Gráfico 8 -	Evolução da balança de conta corrente (em % do PIB) de 1991 a 2000...	60
Gráfico 9 -	Evolução da taxa de cobertura de Cabo Verde, de 1994 a 2000.....	61
Gráfico 10 -	Evolução do comércio externo de Cabo Verde (em milhares de CVE), de 1994 a 2000.....	62
Gráfico 11 -	Evolução das receitas e despesas totais públicas (em % do PIB),de 1996 a 2000.....	63
Gráfico 12 -	Evolução da taxa de crescimento anual do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 2001 a 2008.....	66
Gráfico 13 -	Evolução das receitas e despesas totais (em % do PIB) de 2001 a 2008...	68
Gráfico 14 -	Evolução da taxa de inflação média anual medida pelo IPC, de Cabo Verde, Mundo e África, de 2001 a 2009.....	69
Gráfico 15 -	Evolução do estoque da dívida externa de Cabo Verde (em milhões de USD), de 2000 a 2006.....	70
Gráfico 16 -	Evolução da dívida externa (em % do PIB) de 2001 a 2008.....	71
Gráfico 17 -	Evolução das exportações e importações de bens e serviços (em % do PIB) de 2001 a 2008.....	72
Gráfico 18 -	Evolução da participação por setores (em % do PIB) de 1995 a 2004.....	74

Gráfico 19 -	Contribuição dos principais ramos de atividade (em %) para a formação do PIB, de 1980 A 2004.....	75
Gráfico 20 -	Evolução do PIB pela ótica da oferta (em %), 2009.....	77
Gráfico 21 -	Evolução da composição do PIB (em %) pela ótica dos gastos, de 1995 a 2004.....	78
Gráfico 22 -	Participação e evolução de alguns ramos (em %) no total dos investimentos, de 1995 a 2004.....	79
Gráfico 23 -	Evolução das importações, exportações e do saldo (em milhares de CVE), de 1995 a 2004.....	80
Gráfico 24 -	Relação importação / exportação de mercadorias (em milhares de CVE), de 1995 a 2004.....	80
Gráfico 25 -	Relação importação / exportação de serviços (em milhares de CVE), de 1995 a 2004.....	81
Gráfico 26 -	Principais itens de exportação (em milhares de CVE), de 1995 a 2004...	82
Gráfico 27 -	Principais itens de importação (em milhares de CVE), de 1995 a 2004...	82
Gráfico 28 -	Grau de abertura (em % do PIB) da economia de Cabo Verde, de 2000 a 2007.....	83
Gráfico 29 -	Emprego por setores de atividade (em %), em 2005.....	85
Gráfico 30 -	Taxa de desemprego por faixa etária, em 2005.....	86
Gráfico 31 -	Evolução da taxa de desemprego, de 1996 a 2006.....	87
Gráfico 32 -	Principais produtos agrícolas e suas respectivas áreas (em %), em 2003..	88
Gráfico 33 -	Evolução das produções das principais culturas de sequeiro (em ton.), de 1987 a 1996.....	90
Gráfico 34 -	Evolução da produção de legumes (em ton.), de 1989 a 1996.....	91
Gráfico 35 -	Distribuição geográfica das exportações (em %) de 1998 a 2005.....	95
Gráfico 36 -	Distribuição geográfica das importações (em %) de 1998 a 2005.....	96
Gráfico 37 -	Previsão da evolução do PIB per capita (em USD) de Cabo Verde, de 2010 a 2014.....	116
Gráfico 38 -	Projeção da evolução do PIB de Cabo Verde (em %), de 2010 a 2014....	117
Gráfico 39 -	Projeção das reservas internacionais brutas (em meses de importação), de 2010 a 2013.....	117
Gráfico 40 -	Projeção da balança corrente (em % do PIB), de 2010 a 2014.....	118
Gráfico 41 -	Previsão de aprovação de IDE (em milhares de USD), de 2007 a 2011...	120

Gráfico 42 -	Previsão de realização de IDE aprovados (em milhares de USD), de 2006 a 2011.....	120
Gráfico 43 -	Projeção das reservas internacionais brutas (em milhões de euros), de 2010 a 2013.....	121
Gráfico 44 -	Número de turistas estrangeiros em Cabo Verde, de 1998 a 2005.....	123
Gráfico 45 -	Receitas do turismo (em % do PIB), de 2000 a 2008.....	123
Gráfico 46 -	Procura turística (em %), de 2000 a 2006.....	124
Gráfico 47 -	Investimento externo direto por setores de atividade (em %), de 2000 a 2007.....	126
Gráfico 48 -	Distribuição do investimento externo por ilhas (em %), de 2001 a 2007..	126
Gráfico 49 -	APD em milhões de dólares e em % do PIB, de 1990 a 2005.....	129
Gráfico 50 -	Empréstimos (em milhões de CVE) de 2000 a 2005.....	131
Gráfico 51 -	Remessas dos emigrantes (em milhões de CVE), de 2000 a 2005.....	132
Gráfico 52 -	IDE aprovados (em milhões de euros), entre 2000 a 2007.....	133
Gráfico 53 -	Remessas, IDE e donativos (em % do PIB), de 2000 a 2005.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Comparação entre os pequenos estados insulares da África, 2009.....	34
Tabela 2 -	Índices comparados de cinco pequenos estados insulares africanos, 2007	39
Tabela 3 -	Balança corrente (em % do PIB) (1999 – 2009).....	147
Tabela 4 -	Síntese de indicadores econômicos (1998 – 2003).....	148
Tabela 5 -	Principais indicadores orçamentais (em % do PIB) (2005 – 2008).....	149
Tabela 6 -	Receitas da administração pública (2006 – 2008).....	149
Tabela 7 -	Despesas da administração pública (2006 – 2008).....	150
Tabela 8 -	Balança de pagamentos (em milhões de CVE) (2004 – 2008).....	151
Tabela 9 -	Evolução da participação por setores (em % do PIB) (1995 – 2004).....	152
Tabela 10 -	Contribuição dos principais ramos de atividade (em %) para a formação do PIB (1980 – 2004).....	152
Tabela 11 -	Evolução do PIB pela ótica da oferta (em %) (2009).....	152
Tabela 12 -	Evolução da composição do PIB (em %) pela ótica dos gastos (1995 – 2004).....	153
Tabela 13 -	Participação e evolução de alguns ramos (em %) no total dos investimentos (1995 – 2004).....	153
Tabela 14 -	Evolução das importações, exportações e do saldo (em milhares de CVE) (1995 – 2004).....	153
Tabela 15 -	Relação importação/exportação de mercadorias (em milhares de CVE) (1995 – 2004).....	154
Tabela 16 -	Relação importação/exportação de serviços (em milhares de CVE) (1995 – 2004).....	154
Tabela 17 -	Principais itens de exportação (em milhares de CVE) (1995 – 2004).....	154
Tabela 18 -	Principais itens de importação (em milhares de CVE) (1995 – 2004).....	155
Tabela 19 -	Grau de abertura (em % do PIB) da economia de Cabo Verde (2000 – 2007).....	155

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP - ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO

ACC - ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL

APD - AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

APE - ACORDO DE PARCERIA ECONÔMICA

BAD - BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

BC - BALANÇA COMERCIAL

BCV - BANCO DE CABO VERDE

BEI - BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

BM - BANCO MUNDIAL

CEDEAO - COMUNIDADE DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

CILSS - COMITÊ INTER-ESTADOS DE LUTA CONTRA A SECA NO SAHELL

CNPq - COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E
TECNOLÓGICO

CVE - ESCUDO CABO-VERDIANO

DECRP - DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA
POBREZA

ECSIEP - EUROPEAN CENTER ON PACIFIC ISSUES

FAIMO - FRENTE DE ALTA INTENSIDADE DA MÃO-DE-OBRA

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GOP - GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ICV - ÍNDICE COMPÓSITO DE VULNERABILIDADE

IDE - INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

IUR - IMPOSTO ÚNICO SOBRE RENDIMENTOS

IVA - IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO

IV - ÍNDICE DE VOLATILIDADE

MCA - MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT

MCC - MILLENNIUM CHALLENGE CORPORATION

MEFT - MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

ODM - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OUA - ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

PALOP - PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

PDM - PAÍSES DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO

PEID - PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PMA - PAÍSES MENOS AVANÇADOS

PND - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PNB - PRODUTO NACIONAL BRUTO

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PPC - PARIDADE PODER DE COMPRA

PRM - PAÍSES DE RENDIMENTO MÉDIO

PTE - ESCUDO PORTUGUÊS

QDMP - QUADRO DE DESPESA DE MÉDIO PRAZO

QUIBB - QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES DE BEM ESTAR

RE - REMESSA DOS EMIGRANTES

SIGOF - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

STP - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

TC - TAXA DE COBERTURA

TIC - NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

EU - UNIÃO EUROPÉIA

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

USAID - AGENCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA PARA O

DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

USD - DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A PROBLEMÁTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO.....	20
2.1	DISCUSSÃO TEÓRICA.....	21
2.2	O OTIMISMO DOS SUBDESENVOLVIDOS.....	26
2.3	O SUBDESENVOLVIMENTO.....	28
2.4	OS PEQUENOS ESTADOS E TERRITÓRIOS INSULARES.....	33
2.4.1	Algumas características.....	33
2.4.2	As vulnerabilidades.....	38
2.4.3	A problemática de desenvolvimento de pequenos estados e territórios insulares.....	40
3	HISTÓRICO DA ECONOMIA DE CABO VERDE DESDE A INDEPENDÊNCIA EM 1975.....	47
3.1	PRIMEIRO MOMENTO – CONTEXTOS ANTES DA INDEPENDÊNCIA...	48
3.2	SEGUNDO MOMENTO – DE 1975 A 1990.....	50
3.3	TERCEIRO MOMENTO – MUDANÇA DE MODELO E DE ESTRATÉGIA (1991 A 2000).....	56
3.4	QUARTO MOMENTO – DESENVOLVIMENTOS RECENTES (2001 A 2009).....	64
4	ECONOMIA DE CABO VERDE E ANÁLISE DO SEU DESEMPENHO.	73
4.1	AS CONTAS NACIONAIS.....	73
4.2	ESTRUTURA DO EMPREGO / OCUPAÇÃO.....	83
4.3	CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS SECTORES DA ECONOMIA DE CABO VERDE.....	87
4.3.1	A agricultura.....	88
4.3.2	A indústria.....	92
4.3.3	Os serviços.....	93
4.3.4	O turismo.....	93
4.3.5	O comércio.....	94
4.3.6	O setor financeiro.....	96
4.4	Análise do desempenho da economia de Cabo Verde.....	98

5	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, OS DESAFIOS, AS PERSPECTIVAS E AS ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA DE CABO VERDE.....	102
5.1	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PAÍS.....	103
5.2	OS DESAFIOS.....	107
5.3	AS PERSPECTIVAS.....	114
5.4	AS ALTERNATIVAS.....	122
5.4.1	O turismo.....	122
5.4.2	Os recursos externos.....	127
5.4.3	Ajuda pública ao desenvolvimento.....	129
5.4.4	Remessa dos emigrantes.....	131
5.4.5	Investimento direto estrangeiro.....	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERENCIAS.....	142
	ANEXO A - Mapa de Cabo Verde.....	146
	ANEXO B – Tabelas Sobre a Economia de Cabo Verde.....	147
	ANEXO C – Tabelas de Contas Nacionais.....	152

1 INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas e vários ilhéus; situa-se no oceano Atlântico, a 500 km do continente africano, possuindo uma superfície de 4.033 km². Descoberto em 1460, o país (a ilha de Santiago foi a primeira a ser descoberta) só foi povoado em 1462, devido a obstáculos como a distância em relação ao reino de Portugal, as condições climáticas e sanitárias pouco favoráveis e escassos recursos naturais. Assim, viver neste arquipélago sempre foi muito difícil, e, por isso, a Coroa portuguesa teve dificuldades em encontrar moradores para povoar a região. Esse problema só foi superado pela concessão de uma série de facilidades, principalmente, as comerciais, no lucrativo comércio de escravos com a costa da Guiné.

Cabo Verde nunca se mostrou um lugar de fácil convivência para os seus moradores, que, desde sempre, encararam a situação geográfica do país como um desafio para contornar as condições adversas, e, pode-se mesmo afirmar, que não faltaram esforços, ao longo dos anos, nesse sentido; se hoje, um dos grandes pilares do desenvolvimento de Cabo Verde assenta na inserção dinâmica do país na economia internacional, por causa da inexistência de recursos internos capazes de promover o seu desenvolvimento, essa preocupação, já era dominante, também, desde a época dos descobrimentos.

A independência, em julho de 1975, é considerada como uma oportunidade para resolver o atraso do país; assim, pela primeira vez na história de Cabo Verde, as diretrizes do desenvolvimento são tomadas pelos próprios cabo-verdianos; já na década de 1980, o país seguiu um modelo de industrialização para substituição de importações, através da criação de empresas públicas, sustentado pelo elevado montante da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Na década de 1990, com a abertura política, houve mudança no modelo de desenvolvimento, baseado, então, na economia de mercado de base privada, com o Estado a exercer mera função de regulador e não mais de produtor. Essa política de liberalização da economia, com uma forte aposta no setor privado, e também na inserção dinâmica na economia mundial, são as diretivas atuais de desenvolvimento do país.

Na economia de Cabo Verde, predomina basicamente o setor terciário (que ultrapassa 70% do PIB), em que transportes, comércio, serviços, telecomunicações são os subsectores dominantes; é importante destacar o papel que o setor do turismo vem desempenhando no desenvolvimento do país, principalmente em termos de atração dos investimentos externos e na exportação dos serviços a ele relacionados. O setor primário tem uma participação muito

fraca no PIB (cerca de 10%), devido às condições climáticas pouco favoráveis, solos pouco férteis, escassez de recursos financeiros; assim, apesar do papel importante desempenhado pela agricultura, como setor de subsistência e emprego de grande parte das famílias rurais, além de funcionar como estabilizador de preços em geral e dos alimentares em particular, ela é praticada em condições muito difíceis. O peso do setor secundário na economia de Cabo Verde, apesar de ser baixo, é maior do que a do setor primário (cerca de 25%); a indústria transformadora ainda é muito fraca, predominando a de confecções e calçados, conservas de peixe, sendo o setor da construção o de maior contribuição.

Cabo Verde tem sido apontado como um país que conseguiu ter algum sucesso no processo de desenvolvimento, em relação à região, com taxas de crescimento elevadas e inflação baixa. No entanto, persistem enormes desequilíbrios e distorções internos, traduzidos principalmente na escassez de infraestruturas, problemas de água, saneamento, energia, persistência de níveis elevados de pobreza e de desemprego. Para fazer face a essa situação, o país tem apostado nos recursos externos, principalmente a APD, as remessas de divisas dos emigrantes e os investimentos externos.

Tendo isto em vista, o objetivo geral deste trabalho é analisar as perspectivas e as alternativas para a economia de Cabo Verde. Apesar dos enormes constrangimentos que o país enfrenta, as perspectivas de desenvolvimento são muito favoráveis; isto se comprova em análises feitas pelas organizações internacionais sobre políticas e reformas de desenvolvimento implementadas, com projeções positivas sobre algumas variáveis fundamentais de desenvolvimento (PIB, inflação, desemprego, pobreza). Por outro lado, verifica-se que as oportunidades de desenvolvimento para o país baseiam-se fundamentalmente nos recursos externos, além do turismo, e, apesar dos riscos que este modelo de desenvolvimento proporciona as expectativas de desenvolvimento não deixam de ser otimistas.

O trabalho obedece a seguinte estrutura: O segundo capítulo é reservado à problemática do (sub)desenvolvimento, com destaque para uma discussão teórica do assunto, uma abordagem sobre fatores que explicam o otimismo dos subdesenvolvidos, as concepções de subdesenvolvimento de Celso Furtado e uma abordagem sobre os pequenos estados e territórios insulares. O terceiro capítulo é dedicado ao histórico da economia de Cabo Verde desde a independência, com destaque para os vários modelos e políticas de desenvolvimento adotados ao longo do tempo. O quarto capítulo é destinado à abordagem de alguns elementos relevantes da economia de Cabo Verde, como as contas nacionais, a estrutura do emprego/ocupação, a caracterização de alguns setores da economia (a agricultura, a indústria,

os serviços, e dentro deste, o turismo, o comércio e o setor financeiro); ainda neste capítulo será feita uma análise do desempenho da economia de Cabo Verde. No último capítulo, discutem-se as relações internacionais do país e faz-se uma análise sobre os desafios que o país enfrenta, sobre as perspectivas e sobre as fontes externas de financiamento da economia de Cabo Verde, tidas como oportunidades fundamentais de desenvolvimento. Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 A PROBLEMÁTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO

Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital; a acumulação de capital está intimamente ligada ao sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda, enfim, a um processo histórico (FURTADO, 1986).

Na primeira parte do trabalho, faz-se uma análise, utilizando abordagens principalmente de Nurkse (1957), de alguns fatores considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico, nomeadamente o capital, mas que os países subdesenvolvidos têm dificuldades para mobilizá-lo; quando estes países conseguem algum capital, normalmente o uso que se faz dele não é o melhor. Também se abordam alguns outros fatores, como o tamanho do país, a agricultura que se pratica, o comércio internacional, o investimento externo, a influência da cultura externa, nesse processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico é um processo histórico, que vai além das abordagens puramente econômicas; por exemplo, os clássicos tentaram explicar a forma como se distribuía a renda; Marx preocupou-se em encontrar o princípio motor do capitalismo; os neoclássicos definiram o equilíbrio que justificava a ordem social vigente; Schumpeter preocupou-se com a imagem do empresário como agente transformador e a importância do progresso técnico; a análise Keynesiana levou os economistas a se preocuparem com os efeitos da demanda sobre o ciclo de curto prazo.

Segundo Furtado (1986, p. xix),

[...] uma das primeiras e mais expressivas contribuições para uma teoria do desenvolvimento foi a de Michal Kalecki [...]. [...], ocasião em que passou a se interessar de perto pelos problemas das economias subdesenvolvidas, reconhecendo que o seu maior desafio estará na necessidade de aumento dos investimentos, não para gerar demanda efetiva, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável ao crescimento da renda nacional. [...], e uma política tributária que restrinja o consumo de bens não essenciais em favor do financiamento de investimentos.

Na segunda parte do capítulo, aborda-se a importância dos investimentos, o papel da política tributária, com foco nas oportunidades para o desenvolvimento econômico, que talvez ainda não se esgotaram, mas que precisam ser aproveitadas pelos países mais pobres, através da

adoção de políticas e teorias próprias, de acordo com as características específicas do país; aqui vai se listar um conjunto de oportunidades que ainda restam aos mais atrasados rumo ao desenvolvimento.

A partir do séc. XVI, o mundo passou a ser dominado pela dinâmica da acumulação de capital; a expansão Europeia a partir desse período levou à formação de uma rede de trocas de proporções mundiais, orientado para a acumulação ilimitada do capital, em que o excedente total extraído se concentrou sempre de forma desproporcional mais em algumas zonas que em outras; o desenvolvimento econômico é, sem dúvida, um processo histórico, associado ao capitalismo e a certas nações ocidentais (REIS, 2000).

Na terceira parte deste capítulo faz-se uma abordagem sobre as concepções de Furtado sobre o subdesenvolvimento, quando se analisa a influência do capitalismo industrial europeu no mundo, o papel do comércio internacional e as suas contrariedades.

A última parte deste capítulo é reservada aos pequenos estados e territórios insulares; nesta parte apresentam-se as suas características específicas, a questão das vulnerabilidades, a questão da problemática de desenvolvimento desses estados, com um forte enfoque na dimensão.

2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA

É freqüente nas discussões sobre os problemas de desenvolvimento, a frase, “o círculo vicioso da pobreza”, que implica um conjunto de fatores e forças em cuja combinação tende a manter um país pobre em estado de pobreza permanente; este pressuposto pode ser traduzido no seguinte:

[...] um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transposta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida na seguinte proposição: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, p. 7).

A preocupação principal em relação a estas complexas relações tem a ver com as que dificultam a acumulação de capital em países economicamente atrasados; a oferta de capital é determinada pela habilidade e propensão para poupar; a procura de capital é determinada pelos incentivos para investir; a relação circular existe em ambos os lados do problema da formação de capital em áreas do mundo dominadas pela pobreza (NURKSE, 1957).

Segundo o mesmo autor, em relação à oferta, existe uma pequena capacidade de poupança por causa do nível da renda real baixa; essa renda real baixa é devida à baixa produtividade, que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital; esta, por sua vez, é resultado da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa. Em relação à procura, o estímulo para investir pode ser baixo, em virtude do pequeno poder de compra da população, consequência da reduzida renda real, o que também ocorre, por causa de baixa produtividade; isso pode desencorajar, ou mesmo impedir, a lucrativa aplicação de um moderno equipamento de capital.

Além do capital, existe um conjunto de outros elementos que podem manter um país em estado de pobreza, como, por exemplo, escassez de água e de recursos minerais, solo pouco fértil, clima pouco favorável, situação geográfica; alguns dos mais pobres países do mundo de hoje, o são, parcialmente, por esses motivos; mas, em todos eles, a pobreza é também atribuída à falta de equipamento de capital adequado, a qual pode resultar tanto no pequeno estímulo para investir como na pequena capacidade de poupar; só que, esses fatores são de importância secundária, se não irrelevante, porque é possível que os pequenos países vizinhos possam abolir as restrições existentes no comércio que realizam (NURKSE, 1957).

Considera ainda, o mesmo autor, que a pequenez de um país também não é a dificuldade básica, na medida em que ela pode existir mesmo em países grandes (como a China e Índia); também, não é fator determinante a quantidade de habitantes de um país. Uma população elevada pode fazer com que haja uma pequena capacidade total de produção se for baixa a produtividade *per capita* de seu povo, e mesmo quando tem considerável produção total, isso ainda não significa que constitua um mercado coerente. Deste ponto de vista, o problema principal reside no fato de os países serem muito pobres para resolver a demanda das indústrias locais e não por serem muito pequenos.

No entanto, apesar dessas considerações, é bom alertar, aqui, que não está em discussão a contribuição técnica que o capital pode trazer a países atrasados. O emprego de máquinas modernas pode promover aumentos espetaculares na produção, mas, em termos econômicos, interessa não somente a produtividade física mas também a produtividade-valor, e, esta, é limitada pela pobreza dos consumidores potenciais (NURKSE, 1957).

Os países de agricultura atrasada desempenham papel pouco importante no comércio mundial, em razão do seu baixo nível de produtividade e, por conseqüência, de poder de compra real. Assim, o desenvolvimento desses países implica, em um primeiro momento, na criação de condições internas de produção, e, à medida que aumenta o nível de produtividade e o poder de compra real, tenderá a auxiliar o crescimento do comércio internacional (NURKSE, 1957).

Ainda segundo o mesmo autor, normalmente, o investimento externo direto em países subdesenvolvidos se direciona basicamente para as atividades ligadas à exportação de matérias-primas aos mais desenvolvidos, em detrimento às atividades ligadas ao abastecimento dos mercados internos dos países devedores; isso resultou em um desenvolvimento mais ajustado aos interesses dos desenvolvidos, e pouco ou nada tem haver com os mais atrasados. O tamanho limitado do mercado em áreas economicamente atrasadas exerce efeitos importantes no volume do comércio internacional, na forma do investimento estrangeiro e no uso das poupanças domésticas.

A falta de capitais públicos também é apontada como obstáculo ao investimento privado estrangeiro para a produção doméstica; nas áreas subdesenvolvidas, facilidades gerais, tais como rodovias, ferrovias, serviços de água e energia, são inadequadas ou inexistentes, cabendo aos empreendedores mobilizar seus próprios recursos para a obtenção de algumas dessas facilidades; mas, essa carência, não impediu o investimento em indústrias de exportação, quando tais investimentos se tornaram suficientemente lucrativos, o que não acontecia com mercados industriais domésticos (NURKSE, 1957).

O grau de auxílio que o capital estrangeiro pode prestar na promoção de desenvolvimento de um país, não depende de que seus capitais se apliquem em atividades de exportação ou de produção para o consumo interno, mas sim, da maneira como cresce a demanda de mão-de-obra, de como os lucros são reinvestidos no país e de uma série de outros fatores. Somente porque opera para o mercado de exportação, o capital estrangeiro não pode ser desprezado, visto que pode aumentar a capacidade de exportação e importação do país, contribuir para o crescimento, embora talvez lento, de várias economias externas, como mão-de-obra especializada e obras públicas, que acabam por beneficiar a economia doméstica (NURKSE, 1957).

Em países escassamente povoados, uma melhoria na agricultura é o pré-requisito para a formação de capital e para o desenvolvimento industrial, desde que a mão-de-obra liberada da agricultura seja imediatamente empregada na formação de capital produtivo, através da criação de oportunidades de emprego em projetos de investimentos; mas a tendência é que o

problema da formação de capital nos países subdesenvolvidos permaneça inteiramente sem solução, na medida em que as doações recebidas e, muitas vezes, os empréstimos são utilizados nos países mais pobres para satisfazer a propensão de consumir mais, não se criando nesses países base permanente para um padrão de vida mais alto (NURKSE, 1957).

Portanto, sem esforços deliberados para eliminar os obstáculos locais, qualquer provisão de recursos externos que se obtenha, mesmo se dirigida imediatamente ao setor de investimentos, transbordará indiretamente no consumo; nesse sentido, o problema do investimento internacional está em que o seu sucesso depende da própria ação interna. Os recursos externos não bastam e mesmo que venham sob as formas mais desejáveis, não podem fornecer automaticamente solução ao problema de acumulação de capital nas áreas atrasadas; a ação interna é essencial, tanto para o uso efetivo das contribuições externas, como também para descobrir as próprias fontes potenciais. Deste ponto de vista, nada mais verdade e oportuna do que a frase seguinte: “O capital é realizado em casa” (NURKSE 1957, p. 160).

Segundo o mesmo autor, existem ainda outros aspectos que atrapalham no processo de desenvolvimento dos países pobres: os novos produtos, que surgem constantemente como resultado do progresso técnico verificado nos países adiantados, modificam as condições de vida existentes e se tornam necessidades nos países subdesenvolvidos. A presença ou o conhecimento de novas mercadorias e novos métodos de consumo tendem a elevar a propensão geral para consumir; nos países subdesenvolvidos, existe a tentação de imitar as formas de consumo estrangeira, inibindo o desejo de poupar, o que limita o suprimento de fundos de investimentos; por exemplo, o prestígio do padrão de vida norte-americano representa sério problema para os países menos adiantados do mundo¹.

Por outro lado, essa influência pode ser positiva, também, na medida em que pode até provocar, nesses países, o surgimento de um sentimento desenvolvimentista, que pode ser chamado de “o grande despertar”, nas palavras do Presidente Truman². “A preocupação de desenvolvimento econômico é, por si só, um efeito de demonstração; dificilmente seria tão acentuado se estivessem em um planeta diferente às nações de rendas altas.” (NURKSE 1957, p. 74).

Esta atração, defende ainda o autor, é uma desvantagem para os que chegaram mais tarde no processo de desenvolvimento econômico; não somente a poupança pessoal voluntária é por ela afetada, mas também torna politicamente mais difícil utilizar a tributação como meio

¹Esse efeito é chamado “efeito demonstração”, ou seja, poder de atração que os padrões de consumo dos países mais adiantados exercem sobre os países mais pobres.

²Presidente dos Estados Unidos da América de 1945 a 1950.

de poupança compulsória e de resistir às demandas governamentais para gastos em transações correntes; por outro lado, esta tendência persistente em gastar muito internacionalmente é apenas um aspecto da baixa prioridade em que colocam as reservas monetárias internacionais, e, na verdade, um sinal de pobreza relativa que pode ser explicado pela organização financeira inadequada, falta de hábitos adequados, pouco estímulo para investir.

Mas, apesar dessas considerações, disse Nurkse (1957), muitos autores defendem que um alto nível de produtividade e renda real nos países adiantados tende a generalizar a prosperidade e que dificilmente pode prejudicar países mais pobres; entretanto, o problema é que, se os que chegam mais tarde podem ser beneficiados, por exemplo, pelo progresso científico efetuado pelos que estão na frente, a renda e o consumo elevado em um país adiantado prejudica, ao reduzir as possibilidades de formação de capital nos países subdesenvolvidos, pela pressão para gastos dessa renda em proporção maior, resultando, em uma pressão inflacionária interna e a tendência persistente em direção ao desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Perante essa situação, uma solução possível e que talvez já desempenhasse algum papel importante no desenvolvimento de alguns países, seja que o país tente se isolar das influências consideradas negativas do mundo desenvolvido; em relação a esse aspecto, nas palavras de Nurkse (1957, p. 85),

[...] é bem sabido que, no início de sua industrialização, o Japão imitou em tudo o mundo ocidental, exceto nos padrões de consumo. [...]. Não há dúvida de que isto representou uma parte do segredo de seu êxito na formação do capital doméstico e no desenvolvimento industrial. [...]. O empréstimo obtido pelo governo no estrangeiro era comparativamente sem importância e muito poucos investimentos de origem externa foram feitos até a década de 1920. [...].

Mas, o que se constata, é que essa ação, por si só, é incapaz de promover o desenvolvimento econômico. O Japão adotou esse caminho durante muito tempo, mas sem se verificar progresso econômico expressivo; pode até resolver o problema econômico da formação de capital ao suprimir o contacto e a ligação entre nações, mas resulta, antes, em estagnação, ou seja, o custo pode ser muito alto, não somente em relações políticas, mas também, em termos puramente econômicos; assim, essa medida não seria aconselhável para

os países pequenos, por ser uma decisão de elevado risco, mesmo porque, esses países, estão ainda na dependência dos mais adiantados (NURKSE, 1957).

Face a esse problema da formação de capitais nos países subdesenvolvidos, as finanças públicas podem assumir um papel importante nesse processo, e é justamente através dela que pode haver alguma esperança de romper o círculo; para que isto aconteça, é imprescindível que a maior responsabilidade na direção do processo de formação de capital deva ficar nas mãos do Estado. A tributação é cada vez mais utilizada como instrumento de poupança compulsória e, para incentivá-lo, o imposto não deve recair sobre a renda pessoal, mas, antes, sobre o consumo de luxo; por outro lado, as poupanças recebidas pelo governo podem ser depositadas nas redes bancárias ou aplicadas á redução do débito governamental para com os bancos, permitindo, a estes, a ampliação dos créditos aos empresários privados, sem efeitos inflacionários, deixando às firmas ou indivíduos a execução dos projetos de investimento; só que as finanças públicas têm sido desperdiçadas nos países subdesenvolvidos, devido à pouca eficiência do Estado na melhor alocação possível dos recursos (gastos com funcionários em excesso, edifícios imponentes, estabelecimentos militares, corrupção) (NURKSE, 1957).

2.2 O OTIMISMO DOS SUBDESENVOLVIDOS

Entretanto, do exposto até aqui, e apesar de todos os constrangimentos verificados no processo de desenvolvimento e de muitos sentenciarem a situação dos mais pobres como algo permanente e irreversível, a conclusão é a de que o futuro lhes reserva algum otimismo e a situação pode não ser assim tão alarmante. Acredita-se que os países subdesenvolvidos ainda podem aproveitar de algumas oportunidades tais como:

A independência política, que conquistaram ou estão conquistando, é um privilégio e concede-lhes uma vantagem de organizar, de acordo com seus próprios interesses, adotando políticas nacionalistas, capazes de promover a elevação dos seus padrões econômicos e uma maior igualdade de oportunidades, relativamente ao resto do mundo; mas, evitando sempre, medidas contraditórias em relação aos interesses dos países mais adiantados. O fato de a experiência ter demonstrado que, em condições apropriadas, aptidões industriais podem ser adquiridas por qualquer povo, raça ou grupo humano, e que países fracamente dotados de

recursos naturais podem atingir altos níveis de produção e rendimento *per capita*, deixa esses países mais otimistas na tentativa de promover o seu desenvolvimento (MYRDAL, 1972).

Por outro lado, a capacidade de empreender, em si, não falta nos países subdesenvolvidos; em virtude de um horizonte-tempo de curta perspectiva e de conhecimentos e de experiência insuficientes, é freqüentemente desviada da indústria para outros empregos mais familiares de comércio e de propriedade imobiliária; além disso, o capital raramente deixou de ser encontrado numa sociedade favorável à sua execução. Mesmo sem qualquer auxílio ou empréstimo estrangeiro, os bens de capital podem ser obtidos pelos países subdesenvolvidos em troca de exportações; ainda, pelo fato de a capacidade e a propensão para a ação empreendedora se encontrarem espalhada pelo globo e necessitar apenas de ocasiões propícias para se manifestar, deixa esses países bastante otimistas (HIRSCHMAN, 1958).

Outro fato não menos importante para as aspirações dos países pobres, segundo Hirschman (1958), é que o retardamento econômico não pode ser explicado por qualquer ausência ou escassez desse ou daquele fator de produção; as atitudes e sistemas de valores de cada país podem favorecer ou inibir o aparecimento das atividades requeridas. O desenvolvimento se processou em vários pontos do globo, sem a vantagem do pré-requisito; por outro lado, enquanto os países pobres se sentiam, a princípio, desencorajados pela quantidade de recursos e circunstâncias necessárias ao desenvolvimento econômico, se julga, agora, que esses recursos e circunstâncias não são escassos ou tão difíceis de obter³.

O desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões, que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados. (HIRSCHMAN 1958, p. 19).

O maior desafio dos países subdesenvolvidos é descobrir que caminho percorrer para alcançar os frutos do progresso econômico; feito isso, haverá maiores possibilidades de descobrir quais modificações devem ser implementadas nesse processo a fim de superar os sucessivos obstáculos (HIRSCHMAN, 1958).

³Como exemplo, temos o capital, onde os países subdesenvolvidos conseguem somas elevadíssimas resultado das ajudas, dos empréstimos e dos investimentos externos.

Os resultados dos esforços de desenvolvimento por parte dos países mais pobres ainda são pequenos; mas, esses continuam, porque a intenção e a igualdade internacionais são ideias que nenhum país e certamente nenhum ser humano responsável se permitirá renunciar (MYRDAL, 1972).

2.3 O SUBDESENVOLVIMENTO

A revolução industrial no séc. XVIII na Europa foi um marco histórico que provocou mudanças qualitativas na economia mundial da época e condicionou todo o desenvolvimento econômico posterior; isso ocorreu não só dentro da Europa, mas também além fronteiras, onde havia mão-de-obra, capital, técnicas e terras ainda desocupadas, com características similares às da Europa, e também, em direção às regiões já ocupadas com sistemas econômicos seculares (FURTADO, 1986).

Essa expansão decorrente do desenvolvimento industrial da Europa não determinou uma propagação, na mesma escala, do sistema capitalista de produção, e esse núcleo capitalista sempre controlado de fora, pouco modificou as estruturas. Neste caso, pode-se falar de um capitalismo bastardo, onde não existem as características marcantes do tipo puro. As causas dessa heterogeneidade estrutural, apesar de ser de natureza econômica, são fatores de ordem tecnológica que a aprofundam, fazem com que ele seja permanente, fazendo do subdesenvolvimento um processo fechado, que tende a autogerar-se⁴ (FURTADO, 1986).

No entanto, apesar do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas variar de lugar para lugar, resultou, quase sempre, na criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas atrasadas de produção; este tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1986).

Considera ele ainda que as relações entre países centrais e periféricos são muito mais complexas. Os países periféricos, ao se especializarem, transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, fruto do progresso tecnológico nos países centrais; o aumento da

⁴Numa economia atrasada onde prevalece uma agricultura de subsistência, baseada num setor exportador de tipo agrícola, as formas de produção e o nível de tecnologia podem permanecer sem mudanças significativas e a elevação da produtividade é de natureza exclusivamente econômica, originada das vantagens comparativas resultantes da especialização (FURTADO, 1986).

produtividade média no país periférico não se traduzia, em um aumento significativo da taxa de salário, mas trazia consigo elevação dos gastos em consumo e modificação qualitativa do padrão de vida de uma minoria (proprietários, grupos urbanos profissionais e burocráticos). Desta forma, o desenvolvimento passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida.

A formação desse grupo social, segundo Furtado (1986), com padrões de consumo similares aos dos países avançados, se transformou no elemento determinante da forma do desenvolvimento periférico; como nos países subdesenvolvidos, os bens consumidos pela minoria rica são quase sempre importados, a substituição de importações tenderá a assumir a fabricação local dos artigos que antes eram importados para consumo dessa minoria; assim, a qualidade do produto tende a determinar a técnica a adotar e, desta forma, o dualismo que se formara no plano cultural tenderá a projetar-se também na estrutura do sistema produtivo; assim, o fator principal causador da elevação de produtividade na economia periférica é, possivelmente, a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem promover necessariamente mudanças nas condições de vida da grande maioria da população.

O impacto do novo setor produtivo nas estruturas preexistentes vai depender, fundamentalmente, do volume da mão-de-obra que absorva, do nível do salário real médio e dos impostos que pague. O nível do salário real é determinado pelas condições de vida prevalentes na região onde se instalam as novas empresas, sem ligação direta com a produtividade do trabalho na nova atividade econômica; no entanto, como a empresa capitalista está ligada à região onde se localizou quase que exclusivamente como criador de massa de salários, seria necessário que o montante dos pagamentos, ao fator trabalho, alcançasse uma importância capaz de provocar modificações na estrutura econômica. No entanto, essa empresa capitalista não se vincula às estruturas preexistentes dos países atrasados, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não pertencer à economia local. O que causa dinamismo à economia capitalista é a forma como se utiliza a massa de renda que reverte aos capitalistas, e que esses a transformam em poupanças; portanto, essa parcela além de não se destinar à região onde está localizada a empresa, a sua utilização depende, quase exclusivamente, das condições prevalentes na economia a que pertence o capital (FURTADO, 1986).

Por isso, uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza cultural e política; e, ao se entender que o subdesenvolvimento é uma manifestação de complexas relações de dominação-dependência

entre povos, e que tende a autoperpetuar-se, as atenções passaram a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas (FURTADO, 1986).

Nas estruturas subdesenvolvidas mais complexas, onde existe um núcleo industrial ligado ao mercado interno, podem surgir reações cumulativas, tendentes a provocar transformações estruturais no sistema. Embora o fator básico continue a ser a procura externa, esta sofre uma transformação interna; ao crescer a renda monetária, por indução externa, cresce, também, os lucros do núcleo industrial ligado ao mercado interno, o que aumenta os investimentos nesse núcleo (FURTADO, 1986).

Assim, segundo o mesmo autor, pode-se afirmar que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento; é, em si, uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, visando aproveitar recursos naturais e mão-de-obra de áreas de economias atrasadas.

Outra consideração de Furtado (1986), é que a maioria da população dos países subdesenvolvidos vive de atividades agrícolas, que, além de ser apenas uma atividade econômica, constitui também, a base da organização social e política. No entanto, o fato deste setor ser um dos maiores obstáculos à superação do subdesenvolvimento, é sinal de que essa superação implica em transformação global da sociedade; mas, as estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem, e sim, substituídas por outras com aptidão para desenvolver-se. Essa substituição pode ser parcial, passando a conviver estruturas arcaicas com outras aptas a assimilar a tecnologia moderna e a elevar a produtividade do trabalho.

O comércio internacional também é um elemento de peso quando se estuda o (sub)desenvolvimento; o pensamento econômico esteve marcado por uma concepção otimista em relação ao papel que desempenha o comércio exterior. É considerado como fator de elevação da produtividade econômica, mediante a expansão dos mercados e a especialização; força motora capaz de provocar transformações estruturais e como canal de transmissão do progresso técnico (FURTADO, 1986).

A especialização em escala internacional constitui um caso particularmente vantajoso de divisão do trabalho, pois, cada país dispõe de um conjunto particular de fatores. Assim, para que haja uma melhor utilização de seus fatores de produção, deverá produzir de preferência aquelas mercadorias que requer de forma mais intensiva os fatores que são abundantes. Em todos os países que participam do comércio internacional, os preços relativos dos fatores abundantes tenderiam a aumentar e a baixar os dos fatores raros, e, assim, haverá a tendência à igualdade das remunerações de fatores; como resultado, o desenvolvimento

tenderia a propagar-se e as diferenças de níveis de renda entre países a reduzir-se (FURTADO, 1986).

Deste ponto de vista, segundo o autor, o subdesenvolvimento foi a característica das economias em que o aumento de produtividade provinha, principalmente, de vantagens comparativas criadas pela expansão internacional da procura de produtos primários. A evolução da procura mundial provocava elevações de produtividade, mediante a especialização geográfica; esse tipo de aumento de produtividade podia obter-se com o mínimo de modificações nas técnicas de produção ou com modificações significativas.

Portanto, apesar de se reconhecer esse papel do comércio externo como motor de desenvolvimento, tornar-se-ia necessário que esse fator funcionasse na prática. Nesse aspecto, a perda de dinamismo da procura de produtos primários exercida sobre os mercados internacionais é o que assume maior relevância; o sistema de divisão internacional do trabalho teria favorecido países avançados em detrimento daqueles países cujos produtos exportados enfrentam uma procura internacional menos dinâmica. Assim, o intercâmbio externo, em vez de conduzir a uma igualdade na remuneração de fatores, tem operado no sentido de possibilitar a concentração da renda em favor dos países industrializados, mediante a deterioração dos termos do intercâmbio dos países especializados na exportação de matérias-primas (FURTADO, 1986).

O comércio exterior, segundo Furtado (1986), também funciona como fator fundamental de difusão das tecnologias nos países subdesenvolvidos. Para esse grupo de países, as trocas externas é um intercâmbio de mercadorias produzidas; entretanto, essa vantagem somente assume a forma de fator propulsor do desenvolvimento quando o país subdesenvolvido importar bens de capital ou técnicas mais avançadas de produção. Isto prova que a expansão do comércio exterior não é causa suficiente do desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo se efetive.

Outra concepção defendida por Furtado (1986) é a de que a economia internacional ligada à especialização geográfica e às vantagens comparativas vêm sendo substituídos por um sistema, em que os mercados são substituídos por transações internas às grandes empresas. O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos países centrais, da difusão de novas técnicas, de novos produtos e de novos processos produtivos. No mundo globalizado em que se vive o acesso às novas técnicas constituem condição necessária de desenvolvimento.

Assim, pode-se afirmar que, nas economias periféricas, o desenvolvimento tende a promover aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que, na grande maioria dos

casos, ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que tem seu centro de decisões fora do subsistema em questão. Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novos padrões de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional, se afirma, também, que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global, no sentido de estreitar as relações de dependência (FURTADO, 1986).

Em geral, o desenvolvimento dos subsistemas dependentes, nas palavras de Furtado (1986), assume a forma de aumento da participação na economia internacional, das atividades das grandes empresas que controlam a difusão das novas técnicas. Essas empresas estão em condições de participar, de forma crescente, das atividades econômicas dos subsistemas periféricos, desempenhando um papel dinamizador, pois elas constituem o fator de difusão dos novos produtos, sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes.

Outra proposição do autor referido, é que o processo de desenvolvimento dependente tende a resultar um desequilíbrio crescente na estrutura do sistema global; por um lado, uma redução relativa dos fluxos reais, por outro, uma apropriação crescente por empresas multinacionais dos frutos dos aumentos de produtividade nos países dependentes. Como o segundo processo exige a criação de um fluxo real no sentido periferia-centro, será difícil conciliá-lo com o lento crescimento ou declínio relativo da capacidade de pagamentos internacionais dos países subdesenvolvidos. Enquanto se realizava a substituição de importações, esse desequilíbrio potencial pode ser absorvido, com fortes pressões sobre a balança de pagamentos dos subsistemas dependentes; no entanto, esgotadas essas possibilidades, a tendência é de uma fase de forte endividamento externo dos países subdesenvolvidos.

A abertura dos mercados dos países do centro aos produtos da periferia favorece estes últimos, não só no acesso a uma parcela crescente do mercado do centro, mas também encontrando condições para prosseguir com o desenvolvimento dependente; e, apesar de não evitar o aumento da distância entre centro e periferia, pelo menos cria condições para que funcione a economia internacional mesmo que sob o controle das grandes empresas. Outra solução passa por uma maior responsabilização dos estados dependentes, como centros coordenadores das decisões econômicas, mediante a explicitação de objetivos nacionais e prioridades sociais, e indicação das formas de alcançá-los (FURTADO, 1986).

2.4 OS PEQUENOS ESTADOS E TERRITÓRIOS INSULARES⁵

O objetivo desta parte do trabalho é fazer uma abordagem sobre os pequenos estados e territórios insulares. Inicia-se com as características desses países, tidas como específicas, como o isolamento, a dispersão territorial, o tamanho limitado; também vai se falar das vulnerabilidades desses países como obstáculos importantes ao seu desenvolvimento, e, por fim, se analisa a problemática de desenvolvimento desses estados tendo em vista as suas características.

2.4.1 Algumas características

Para as Nações Unidas (1974), os pequenos países e territórios insulares em desenvolvimento são de muitos tipos: grandes e pequenos, de altas ou baixas rendas, ricos e pobres em recursos, distantes de massas continentais ou outras ilhas ou próximas a elas, e com maior ou menor controle de seus recursos; apesar dessa diversidade, quase todos estes países possuem algumas características em comum;

A maior parte possui uma superfície pequena. Das 51 ilhas ou arquipélagos considerados pela ONU, só há cinco de mais de 100.000 km² (Indonésia, Madagascar, Papua Nova Guiné, Filipinas e Cuba); a extensão de 70% deles é inferior aos 10.000 km²; a grande maioria tem uma população reduzida; só há três com mais de 10 milhões de habitantes, e dez com mais de um milhão de habitantes; a grande maioria tem menos de 500.000 habitantes, mas densamente povoada, com mais de 100 hab./ km² (NAÇÕES UNIDAS, 1974).

Considerando os países insulares africanos, constata-se que são de diferentes dimensões, pertencendo alguns, nomeadamente Seicheles e São Tomé e Príncipe, à categoria de microestados, isto é, territórios soberanos com uma população inferior a 200.000 habitantes; desses estados, Seicheles é a que apresenta o melhor desempenho, em todos os níveis, e a Guiné Bissau, a que apresenta um desempenho menos favorável; Cabo verde se

⁵Segundo Tolentino (2007), são considerados pequenos Estados insulares aqueles que além de uma população reduzida normalmente inferior a 400 000 habitantes, têm uma superfície terrestre geralmente inferior a 700 km² e que raramente ultrapassam os 4 000 km². Cabo Verde enquadra-se nesta definição, pois é constituído por diversas ilhas e ilhéus de origens vulcânicas, possuindo uma superfície aproximada de 4 033 km² e uma população de cerca de 500 000 residentes.

encontra em uma situação bastante confortável nesse grupo de países e mesmo que apresente um PIB *per capita* um pouco distante de Seicheles e Maurícias, a esperança de vida, índice de educação e IDH se encontram muito próximo destes últimos.

Tabela 1 - Comparação entre os Pequenos Estados Insulares de África, 2009

País	Ilhas	Área/ km ²	População	PIB per capita (USD PPC)	Esperança de vida	Índice educação	IDH
Seicheles	4	455	86.595*	20829	72,7	0,887	0,845
Maurícias	2	1.860	1.264.866*	12011	72,8	0,836	0,804
Cabo Verde	10	4.033	499.796*	3472	74,5	0,787	0,708
S.T.P.	2	960	157.000**	1752	65,5	0,805	0,651
Comores	3	2.170	731.775*	1157	65,2	0,659	0,576
Madagáscar	6	587.041	20.042.551*	996	59,4	0,671	0,543
G. Bissau	2	36.125	1.472.446*	486	46,4	0,541	0,396

** - Estimativa de 2005

* - Estimativa de 2008

Fonte: PNUD (2009).

Muitos dos territórios insulares têm economias altamente especializadas; por exemplo, as exportações de um só produto mineral ou agrícola (açúcar em Cuba, café em Timor Leste) representam mais de 50%, e, em alguns casos, mais de 80% do total; a estrutura econômica desses países e territórios é muito aberta; a razão entre as exportações/importações com o PNB é com frequência de mais de 40% e, em alguns casos, superior a 100%, podendo chegar a 200%; a economia de certo número dessas ilhas é dominada por uma ou várias empresas estrangeiras, especializadas em cultivo, minérios ou comércio de exportação; a política e as decisões dessas empresas exercem uma influência decisiva no desenvolvimento dessas ilhas (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

Muitos desses países e territórios estão isolados a mais de 500 km do continente mais próximo e se encontram privados das principais rotas marítimas e dos grandes mercados mundiais; por isso, eles enfrentam dificuldades especiais no que diz respeito às comunicações

com o exterior e, também, devido à organização dos transportes marítimos e aéreos. Países compostos de várias ilhas, como Indonésia, Filipinas, Cabo Verde, se deparam também com dificuldades especiais para dotar-lhes de infraestruturas necessárias em relação à energia, comunicações e transportes terrestres; por outro lado, as economias de escala resultantes em países continentais de mesma população não podem realizar-se nos países insulares, devido à fragmentação da população entre as diversas ilhas (NAÇÕES UNIDAS, 1974).

Os pequenos países e territórios insulares apresentam alguns traços específicos, como a existência de pouca terra e muita água, isolamento e dispersão territorial, limitados recursos naturais e rigidez do mercado interno, pesada dependência do exterior, elevado índice de volatilidade (IV)⁶, alto índice composto de vulnerabilidade (ICV)⁷, PIB real *per capita* relativamente alto, riqueza cultural forte baseada na diferença. Portanto, os desafios dessas nações são enormes e de grande dimensão, destacando-se, por exemplo, uma mudança de percepção do país, de dentro para fora, de modo a oferecer uma imagem mais rica, que valorize mais a cultura, a política e a ética da solidariedade; uma exploração mais racional dos recursos naturais (água, ar, fauna, flora, costas); maior articulação entre a cooperação local, nacional, regional e global para ganhar escala; integração da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), o investimento direto estrangeiro (IDE), e as remessas dos emigrantes (RE) em políticas de transformação social; promover transformações cultural, científica e tecnológica, para uma maior coesão social e progresso (TOLENTINO, 2007).

No entanto, essas características são, em grande parte, relativas, e não se pode exagerar os problemas que suscita o pequeno tamanho de um país. Não se pode afirmar que países pequenos são em geral, mais pobres que os grandes, que sua taxa de crescimento é menor, nem que a situação global de sua população seja nitidamente desvantajosa, apesar de o tamanho reduzido de um país e as suas conseqüências poder, em parte, limitar as possibilidades de opção para resolver o atraso, como sejam os problemas de especialização e dependência, mão-de-obra e migração (NAÇÕES UNIDAS, 1974).

Pelas considerações de Kuznets (1960)⁸ citado por Laurent (2008), pelo relatório do BM, os pequenos estados não têm rendimentos médios mais baixos ou crescimento mais lento do que outros países, e não apresentam qualquer diferença em termos de desempenho

⁶Conceito estatístico que descreve a dimensão e a frequência das flutuações no preço de uma determinada ação, título ou valor mobiliário; os mais pobres estão mais expostos a essa volatilidade.

⁷A vulnerabilidade externa significa uma baixa capacidade de resistência das economias frente a fatores desestabilizadores ou choques externos.

⁸KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

econômico em relação a países maiores; em relação a este assunto, surgiram duas importantes contribuições de Robinson e Sventnilson, segundo eles,

First, there is no absolute definition of country size available for economists as “the relevance of the nation in economic analysis is...dependent on the international milieu in which it is placed”. Second, large and small size both entail advantages and difficulties, with small nations more at risk than large ones. [...] ⁹ (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008, p.4).

Na visão de Kuznets (1960)¹⁰ citado por Laurent (2008), os países pequenos e abertos (desenvolvidos) têm sido capazes de superar as sanções de pequenez graças à globalização, e países grandes têm contado com economia de escala para se desenvolver; as duas estratégias têm sido bem sucedidas, e países grandes e pequenos não podem ser distinguidos em termos do seu desempenho econômico; por outro lado, na Conferência realizada em 1957, ano do nascimento da Comunidade Econômica Européia, Robinson (1960)¹¹ defendeu o seguinte:

Large size is not a panacea: the advantages linked to the size of market may be lost if a group of collaborating economies fail to coordinate their policies effectively, operate at less than full capacity, restrict their investment, and thus individually and collectively grow less rapidly¹² (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008, p. 33).

Na visão de Tolentino (2007), desde os anos 1990, a ONU tem dado mais atenção á problemática dos pequenos estados e territórios, principalmente os insulares menos desenvolvidos; o Conselho consultivo da Commonwealth (1997) alerta para o fato de os

⁹Primeiro não há definição absoluta do tamanho do país disponível para economistas como “a pertinência da nação é em análise econômica (...) dependente do meio internacional em que é colocado”. Em segundo lugar, países grandes e pequenos, ambos implicam vantagens e dificuldades, com pequenas nações mais em risco do que os grandes.

¹⁰KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

¹¹ROBINSON, EAG (Org.). Economic Consequences of the Size of Nations: Proceedings of a Conference Held by the International Economic Association. pp. xxii, 446. New York: St Martin’s Press, 1960.

¹²Tamanho grande não é uma panacéia: As vantagens ligadas ao tamanho do mercado podem ser perdidas se um grupo de economias não colaborando para coordenar efetivamente suas políticas funcione a menos de sua capacidade total, restringem o seu investimento e, portanto, individualmente e coletivamente crescem menos rapidamente.

pequenos estados e territórios insulares serem vulneráveis às circunstâncias adversas da economia, da política interna e das relações internacionais dos países maiores, mas que podem aproveitar as oportunidades que as mudanças no sistema internacional e a abertura criam nessa economia globalizada.

Apesar dessas considerações, este autor defende que as oportunidades que esses países usufruem são imensas, mas que precisam ser aproveitadas, destacando-se uma gestão pública e privada inovadora; uma maior sintonia entre o investimento público e privado; um turismo amigo das pessoas, do ambiente e do futuro; oferta de serviço de saúde e lazer para aposentados; participação dos migrantes nas políticas de desenvolvimento; massificação do uso do computador e das telecomunicações.

Estes estados e territórios, dadas às características específicas, além de uma atenção diferenciada, exigiu também políticas específicas porque, quando comparados com os estados médios e grandes nas respectivas regiões, apresentam rendimento *per capita* mais alto, taxa média de crescimento semelhante e maiores índices de volatilidade do crescimento e de exposição aos choques externos. Contrariamente ao que diz o senso comum, o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados e territórios continentais e insulares, como o dos países de média e grande dimensão, depende cada vez mais de fatores qualitativos, como capacidade humana e capital intelectual e cada vez menos de fatores quantitativos, como a área, população ou os recursos naturais (TOLENTINO, 2007)..

Assim, estudos recentes sobre os fatores determinantes do desenvolvimento confirmam, que, a ajuda pública e o comércio internacional, elementos característicos desses estados e territórios, por mais benéficos que sejam não substituem o crescimento econômico, a boa governação nem a coesão social às escalas local e nacional; ou seja, a chave do progresso está na capacidade humana (TOLENTINO, 2007).

Deste ponto de vista, escreve Tolentino (2007), em todas as regiões do mundo contemporâneo, no contexto das economias cada vez mais baseadas no conhecimento, a qualificação da mão-de-obra condiciona a posição dos países na divisão internacional do trabalho. O índice de progresso tecnológico, diretamente relacionado com a educação, a ciência e a tecnologia, é fator determinante do crescimento econômico e do desenvolvimento humano sustentável.

2.4.2 As vulnerabilidades

Nos pequenos estados e territórios insulares, podem-se identificar duas categorias principais de vulnerabilidade: econômica e ambiental; do ponto de vista econômico, esses estados estão muito dependentes dos mercados externos por vezes distantes, têm recursos humanos escassos e são dependentes de um pequeno número de mercadorias, tais como banana, açúcar, turismo, café; a pequenez do mercado interno, resultante, quer da reduzida população quer do seu baixo poder de compra, inviabiliza a existência de economias externas; maior acesso aos mercados, competitividade e diversificação são desafios enormes ainda enfrentados e por resolver (REIS, 2000).

Do ponto de vista ambiental, os limitados recursos naturais, como água potável, areia, pesca, são ameaçadas pela população e pelas pressões comerciais, que precisam ser protegidos para fornecerem subsistências para as gerações presentes e futuras; zonas baixas e partes da costa das pequenas ilhas são, também, ameaçadas por fenômenos globais, tais como a mudança climática e a subida do nível do mar (REIS, 2000).

Segundo Ballantyne (1998)¹³ citado por Reis (2000), os riscos, tanto econômicos como ambientais, são elevados, estando esses países expostos a desastres naturais, capazes de provocar estragos enormes (como destruir lhas inteiras), e a recuperação exige a mobilização de elevados recursos, reduzindo as opções políticas dos pequenos estados e territórios insulares na resolução de outras necessidades da população. Estas vulnerabilidades distinguem os pequenos estados e territórios insulares em desenvolvimento, dos não insulares; mesmo nos pequenos estados são diferentes os riscos a que estão expostos. Isto levou ao reconhecimento da necessidade de criar um índice de vulnerabilidade que permitisse a sua medida e, assim, ordenar os países mais e menos expostos.

Para o ACP Secretariat (1999)¹⁴ citado por Reis (2000), em um encontro organizado pelo European Center on Pacific Issues (ECSIEP) na Holanda, em Março de 1999, alguns investigadores do Secretariado da Commonwealth (Chris Easter, por exemplo) apresentaram as principais conclusões da investigação em torno do Índice de Vulnerabilidade da Commonwealth (CVI, Commonwealth Vulnerability Index). Este índice baseia-se em dois

¹³BALLANTYNE, Peter. Small Island, Big Issues – Special Treatment for the Most Vulnerable? OneWorld Europe, Maastricht. Disponível em: <www.oneworld.org/owe/news/owus/pb1>. Acesso em: 14 Maio 1999.

¹⁴ACP SECRETARIAT. The PCRC-ECSIEP Joint Programme on the Lomé Convention – Report on the Meeting on Vulnerability of Small States. Brussels: BM, 1999.

princípios: impacto dos choques externos em relação aos quais os estados afetados têm reduzido ou nenhum controlo e a capacidade de um país para suportar e recuperar desses choques.

Ainda segundo a mesma fonte, a avaliação do impacto efetuada entre 111 países em desenvolvimento, dos quais 37 pequenos e 74 grandes, permitiu concluir que os menores são mais vulneráveis que os grandes; das conclusões apresentadas, Chris Easter refere que dos mais vulneráveis dos 25 estados, 24 eram pequenos (12 eram também PMA e 17 pequenas ilhas); dos 50 menos vulneráveis só dois eram pequenos.

A tabela seguinte informa o índice de volatilidade da economia (IV) e do índice composto de vulnerabilidade (ICV), para países insulares africanos, este por ordem decrescente, do mais vulnerável ao menos vulnerável. Esta ordenação foi estabelecida no ano de 1999 por uma equipa dirigida por Jonathan P. Atkin, a partir de um estudo de 111 países em desenvolvimento, 30 dos quais pequenos estados e territórios insulares (TOLENTINO, 2007).

Tabela 2 - Índices comparados de cinco Pequenos Estados Insulares Africanos, 2007

País	Populaçã o	PIB/U S\$	I. educação	IDH	IV	Ordem	ICV	Ordem
S. T.P.	200 000	1 317	0,66	0,639	4,3	79	7,690	16
Maurícias	1200 00	9 860	0,80	0,779	6,72	34	6,510	27
Seicheles	1000 000	17 030	0,87	0,840	5,9	51	6,375	28
Comores	700 000	1 870	0,51	0,528	2,39	106	5,425	43
C. Verde	400 000	5 570	0,77	0,727	9,08	16	4,956	73

Fonte: Tolentino (2007, p. 142).

Cabo Verde é um dos mais voláteis (16 em 111) e Comores o menos volátil (106 em 111); São Tomé e Príncipe está entre os mais vulneráveis (16 em 111) e Cabo Verde, entre os menos vulneráveis (73 em 111); o ano de referência (1999) explica a diferença dos restantes indicadores em relação á tabela anterior. O resultado mais surpreendente é o fato de Cabo Verde se apresentar como dos menos vulneráveis num universo de 111 países, apesar das características do país; estas vulnerabilidades colocam uma questão central, que é a capacidade desses estados e territórios de promoverem um desenvolvimento autónomo e de

sua sustentabilidade, não só do ponto de vista ambiental, mas também económico e social (TOLENTINO, 2007).

Em relação à viabilidade dos pequenos estados e territórios insulares, segundo as Nações Unidas (1974), o único critério para determinar a viabilidade de um país é a sua possibilidade de sobreviver como entidade separada, e que sua população possa se sustentar de modo aceitável ou, ao menos, não tão inaceitável, que o obriga a emigrar para outro lugar. No entanto, para qualquer que seja o significado do conceito de viabilidade, é evidente que as ilhas muito pequenas não podem oferecer com seus próprios recursos toda a gama de serviços que podem oferecer os países maiores. Muitos serviços sociais e de infraestruturas não podem ser oferecidas pelos países pequenos e subdesenvolvidos. Assim, as atividades econômicas que dependem desses serviços de infraestruturas não se desenvolvem, e as oportunidades oferecidas aos habitantes serão muito reduzidas.

É possível que algum desses países, defende as Nações Unidas (1974), decidam prescindir por completo de determinados serviços (por exemplo, a representação no exterior ou a defesa), e que outros podem ser atendidos em escala regional. Nesse aspecto, a comunidade internacional deve eleger ou tomar as disposições necessárias para assegurar sua sobrevivência através de algum tipo de ajuda, e, em tais circunstâncias, apoiar toda a iniciativa local encaminhada a utilizar quaisquer oportunidades existentes para atingir o desenvolvimento econômico, e prestar ajuda, recorrendo a um mínimo de serviços sociais e de infraestruturas. No entanto o problema não é exclusivamente econômico, há que examinar as distintas opções políticas que permitam às ilhas muito pequenas alcançar a independência.

2.4.3 A problemática de desenvolvimento de pequenos estados e territórios insulares

Atualmente, a importância dos pequenos estados e territórios insulares nas relações internacionais cresceram em função de alguns fenômenos, como o fim da Guerra Fria, que facilitou a emergência de novas identidades nacionais e novos relacionamentos; a globalização, que põe sistematicamente à prova a capacidade de os pequenos estados gerirem as suas relações comerciais, econômicas, políticas, culturais e geoestratégicas; a liberalização do comércio, que reformula a velha questão da dimensão do mercado interno (TOLENTINO, 2007).

Nas palavras de Kuznets (1960)¹⁵ citado por Laurent (2008), no mundo globalizado em que se vive, a relação entre o tamanho do país e o tamanho do mercado depende do regime de comércio; nesse mundo, economicamente integrado, a dimensão do mercado de um determinado país é maior do que sua dimensão política. Em relação a esse aspeto,

Alesina and Spolaore (2003)¹⁶, echoing Robinson (1960), remark that “if the political borders did not limit economic transactions, the size of a country would be independent of its economic success. In reality, however, political borders do interfere with economic transactions, so the economic benefits of size depend on the openness of a country”.¹⁷ (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008, p. 17).

A consideração de que a vantagem dos grandes países das economias de escala poderia ser equilibrada em um mundo liberalizado, por um maior acesso aos mercados internacionais para os pequenos países, foi atualmente verificada. Alguns trabalhos teóricos e empíricos recentes confirmaram que o bom desempenho dos pequenos estados, e às vezes melhor do que as grandes, são graças à sua abertura e à expansão da globalização (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008).

Neste contexto, torna-se fundamental para os pequenos estados e territórios insulares a gestão das dependências e interdependências, saber como utilizar a inovação para enfrentar os desafios, preservando sempre a identidade. Desse ponto de vista, a solução do problema poderá estar no exercício da cidadania, que levará à participação ativa na descentralização e na regionalização internacional (TOLENTINO, 2007).

Para Amaro (1990)¹⁸ citado por Reis (2000), a autonomia das economias nacionais no sentido da capacidade e possibilidade de gerir as condicionantes externas e internas tende a ser posta em causa pela afirmação de poderes transnacionais, em resultado de o estado

¹⁵KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

¹⁶ALESINA, A.; SPOLAORE, E. The Size of Nation. Cambridge: MIT Press, 2003.

¹⁷Alesina e Spolaore (2003), citando Robinson (1960), observaram que, se a fronteira política não limita as operações econômicas, o tamanho de um país seria independente do seu sucesso econômico; na realidade, porém, as fronteiras políticas não interferem com as transações econômicas, e os benefícios econômicos do tamanho dependem da abertura de um país.

¹⁸AMARO, Rogério. O Puzzle Territorial dos anos 90 – Uma Nova Territorialidade Flexível (e uma Nova Base para as Relações entre Nações e Regiões). In: Vértice, p. 39-44, Lisboa, 1990.

nacional se mostrar incapaz de fazer face aos desafios locais e regionais; em relação a este ponto Read (2002)¹⁹ defende que,

The insights of endogenous growth theory suggest that small states are well-placed to enjoy relatively high rates of growth, in spite of their economic sub-optimality, because of their high degree of openness to trade and propensity for human capital formation.²⁰ (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008, p. 17).

Na visão de Kuznets (1960)²¹ citado por Laurent (2008), uma vez que os pequenos estados e territórios insulares são mais abertos e mais vulneráveis a choques externos, deverão ser forçados a se adaptar às mudanças de contexto econômico mais rápido, e a ser capazes de programar mudanças estruturais em suas economias. Isto significa que, no contexto econômico atual, os países pequenos têm grandes condições de investir no desenvolvimento sustentável e também na economia do conhecimento.

As ações políticas têm, cada vez mais, de combinar os níveis nacionais e transnacionais com diferentes graus de autonomia e de capacidade de manobra, mas com articulações e certa divisão territorial das competências e intervenções. É a interdependência dos territórios, nas suas diferentes dimensões espaciais (econômico, social, cultural), que constitui um novo desafio para as classes dirigentes dos países pequenos e insulares (AMARO, 1990²² citado por REIS, 2000).

A solução para uma maior capacidade de reação às condicionantes externas pode estar na formação de recursos humanos, com elevado nível de qualificação, e pela criação de condições para o desenvolvimento de uma economia baseada, sobretudo, no conhecimento e na informação. As estratégias internacionais para o ensino superior sugerem que o principal esforço dos países pequenos, e, em particular, os insulares, devem orientar-se para a criação

¹⁹READ, R. Growth Economic Development and structural Transition in Small Vulnerable States. In: MURSHED, S (Org.). Globalization, Marginalization and Development. London and New York, 2002.

²⁰Os defensores da teoria do crescimento endógeno sugerem que os pequenos Estados estão bem colocados para aproveitar as taxas relativamente elevadas de crescimento, apesar da sua sub-otimalidade econômica, devido ao seu elevado grau de abertura ao comércio e á propensão para a formação de capital humano.

²¹KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

²²AMARO, Rogério. O Puzzle Territorial dos anos 90 – Uma Nova Territorialidade Flexível (e uma Nova Base para as Relações entre Nações e Regiões). In: Vértice, p. 39-44, Lisboa, 1990.

de capacidade para aceder, captar e utilizar o conhecimento. Nesses territórios, a melhoria do ensino secundário e superior pode ser apoiada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e complementada com pós-graduação seletiva (mestrado, doutoramento e especialização avançada), em colaboração com os centros de excelência no estrangeiro (TOLENTINO, 2007).

Dos 10 países do continente africano com nível de rendimento médio, em 2004 (África do Sul, Argélia, Botsuana, Cabo Verde, Egito, Gabão, Marrocos, Maurícias, Namíbia e Seicheles), três são pequenos estados insulares (Cabo Verde, Seicheles e Maurícias); do grupo de 25 microestados sem muito mais recursos do que a inteligência valorizada dos seus habitantes e a qualidade das instituições, 12 têm um índice de desenvolvimento humano elevado (Antígua e Barbuda, Barbados, Barém, Liechtenstein, Malta, São Cristóvão e Nevis, San Marino, Seicheles, Singapura, Trindade e Tobago e Vaticano), e os 13 restantes têm um índice de desenvolvimento humano médio (TOLENTINO, 2007).

Todos aqueles que têm nível de desenvolvimento humano elevado, contam, igualmente, com sistemas de valorização dos recursos humanos sofisticados, incluindo o subsistema de ensino superior, interno e/ou externo; neste último caso, através de acordos com países mais avançados ou, no caso dos microestados altamente desenvolvidos, com os seus parceiros. A Cabo Verde interessarão estudar alguns destes exemplos de microestados bem sucedidos, tais como Seicheles, assim como de pequenos estados e territórios insulares, como Maurícias e países de Caribe, que encontraram soluções engenhosas para desenvolver os seus sistemas de ensino superior (TOLENTINO, 2007).

Nas palavras de Ekins e Newby (1998)²³ citado por Reis (2000), esta problemática é importante quando questionado dois dos fatores da dinâmica de desenvolvimento: o da integração na economia mundial e o do desenvolvimento local; atualmente, os mercados, baseados na competição global, têm cada vez mais tendência á exclusão social daqueles que não conseguem acompanhar as mudanças, e sem economias locais ativas, os excluídos são incapazes de participar em qualquer tipo de atividade econômica. Dessa forma, o desemprego, as classes marginalizadas e alienadas aumentam cada vez mais.

Ainda segundo esse autor, a globalização cria vulnerabilidade econômica local, e por se basear no crescimento do nível de especialização, torna as localidades mais vulneráveis à reestruturação econômica; por outro lado, a coesão social local pode tornar-se mais frágil, não só pela marginalização de agentes econômicos, mas também porque as relações econômicas

²³EKINS, Paul; NEWBY. Sustainable Wealth Creation at the Local Level. In: DANSON, M. (Org.) Age of Globalization. London: Regional Studies Association, 1998.

que são uma importante força de coesão das comunidades locais tornam-se menos fortes; a razão econômica para a comunidade pode desaparecer no seu conjunto.

O enfraquecimento da identidade cultural nacional resultante do processo de homogeneização cultural, estimulado pelos atores da economia mundial, continua ainda o mesmo autor, reforça a fragilidade da coesão social local, mas o desenvolvimento econômico local pode manter as redes econômicas local/nacional e a coerência social, bem como promover as diferenciações locais como fator competitivo; esse é dos grandes objetivos do reforço da autonomia nacional: manter alguma capacidade de traçar os principais objetivos do desenvolvimento, interagindo com as diferentes territorialidades e garantir a sua sustentabilidade.

Kuznets (1960)²⁴ citado por Laurent (2008), aponta para a homogeneidade como estratégia eficaz de crescimento. Por causa da menor população, os pequenos países podem ser socialmente mais homogêneos e, neste caso, seria, portanto, de esperar que os países pequenos tenham uma população menos diversificada e fragmentada. Na verdade, por causa de suas populações e, possivelmente, maior estreitamento das relações internas, pode ser mais fácil fazer os ajustes sociais necessários para tirar proveito das potencialidades da moderna tecnologia e crescimento econômico.

A coesão e qualidade da governança é outro fator importante apontado. Uma maior coesão nacional resultante da homogeneidade deve resultar em um melhor funcionamento das instituições e levar a ajustamentos sociais mais eficientes; isto poderia significar que a confiança generalizada e a confiança nas instituições podem ser maiores nos países pequenos, como deve ser a qualidade de gestão governamental, graças a uma maior prestação de contas; como observado por Armstrong e Read (1998)²⁵,

[...] in small states: Social capital is built-up through the development of social and civic institutions. These institutions act as networks which bind together individual members of society and facilitate co-ordination between them as well as enforcing norms of behavior, reciprocity and trust through the exercise of effective sanction. The resultant social cohesion is regarded as being greater in small states because of the frequency of direct contact between decision-makers and their constituents as well as between ordinary members of society²⁶ (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008, p. 6).

²⁴KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

²⁵ARMSTRONG, H; READ, R. Trade and Growth in Small States: The Impact of Global Trade Liberalization. University of Lancaster, 1998.

²⁶(...) em pequenos Estados: o capital social é construído através do desenvolvimento das instituições sociais e cívicas. Essas instituições atuam como redes que vinculam juntos os membros individuais da

Entretanto, do exposto até aqui, segundo Sutton (1998)²⁷ citado por Reis (2000), pode-se dizer que as opções estratégicas dos pequenos estados e territórios insulares têm, necessariamente, que estar condicionadas pelos constrangimentos naturais e humanos que são determinados pela insularidade, reduzida dimensão do território e da população, escassez dos recursos naturais, fragilidade ambiental e sujeição freqüente a desastres naturais. Entre as características econômicas evidenciadas por pequenos estados que influenciam as suas expectativas de desenvolvimento destacam-se: uma maior especialização e economia menos diversificada; elevado grau de abertura ao desenvolvimento econômico externo em relação ao comércio, fluxos de capital e tecnologia; concentração das exportações de mercadorias; dependência em relação ao fluxo dos recursos externos; limitada capacidade para gerir o ambiente econômico.

Muitas destas características são constrangimentos ao crescimento que expõem os pequenos estados a choques externos, que têm dificuldade em gerir. Entre as ameaças externas estão os desastres naturais que os afetam de uma forma desproporcionada, subida do nível médio da água do mar, a fragilidade ecológica. As ameaças internas são, sobretudo, determinadas pela insustentável utilização dos seus recursos, nomeadamente, o desflorestamento, a desertificação e erosão do solo, o esgotamento das fontes de água potável, e os que resultam de um descontrolado desenvolvimento do turismo (SUTTON, 1998 citado por REIS, 2000).

Ainda, segundo o mesmo autor, os pequenos estados enfrentam ameaças à sua segurança, o que provoca impacto no seu desenvolvimento; as duas mais significativas são as ameaças à coesão social e as ameaças à sua viabilidade e integridade financeira, resultantes do crescimento das atividades criminosas transnacionais, particularmente o tráfico de droga e da lavagem do dinheiro.

Pode-se afirmar que, em um mundo globalizado, poderia existir a impressão de que todos os países se tornaram pequenos, e assim que não há necessidade de distingui-los mais, e simplesmente não há conseqüências econômicas associadas ao tamanho das nações. “Country size often appears to be a victim of an all-or-nothing approach while it is simply an important

sociedade e facilitar a coordenação entre eles, bem como a aplicação de normas de comportamento, de reciprocidade e de confiança, através do exercício da efetiva sanção. O resultante da coesão social é considerado como sendo maior em países pequenos devido á freqüência do contacto direto entre os decisores e os seus componentes, bem como entre membros ordinários de uma sociedade.

²⁷SUTTON, Paul. Small States and a Success Lomé Convention. Seminar on Small Island Development States: Their Vulnerability, Their Programme of Action Sustainable Development, Their Opportunities for Post-Lomé. Brussels, 1998.

piece in a number of complex puzzles”²⁸ (KUZNETS, 1960²⁹ citado por LAURENT, 2008, p. 34).

Até ao final da década de 1970, a relação entre o tamanho do país e a política econômica tinha sido uma característica essencial da teoria das políticas econômicas, antes de gradualmente dar lugar a uma abordagem geográfica do desempenho macroeconômico dos modelos nacionais, muitas vezes caracterizada exclusivamente por seu meio social compacto; os estados cada vez mais integrados, a implementar políticas macroeconômicas e estruturais, independentemente da dimensão; além da globalização, a minimização do papel desempenhado pela dimensão do país nas estratégias de crescimento pode estar relacionada com o foco de análise econômica do lado da oferta (KUZNETS, 1960 citado por LAURENT, 2008).

²⁸Tamanho do país, muitas vezes parece ser uma vítima de uma abordagem “tudo ou nada”, enquanto ela é simplesmente uma peça importante em uma série complexa de quebra-cabeças.

²⁹KUZNETS, Simon. Population Change and Aggregate output. In: Demographic and Economic Change in Developed Countries. New Jersey: University Princeton, 1960.

3 HISTÓRICO DA ECONOMIA DE CABO VERDE DESDE A INDEPENDÊNCIA EM 1975

Desde o período dos descobrimentos, por volta de 1460, e logo no início do povoamento, que a população teve de enfrentar enormes dificuldades, como a distância, a seca, as doenças; por causa disso, o país só conseguiu atrair habitantes graças à concessão de uma série de privilégios comerciais (DE ALBUQUERQUE; SANTOS, 2001).

Uma lição importante reside no fato de os Cabo-verdianos não se acomodarem às adversidades encontradas no país. Várias tentativas e esforços no sentido de transformar essas virtualidades em fontes de crescimento não faltaram ao longo dos tempos, baseada quase sempre no fator situação geográfica, ou seja, acreditava-se que o impulso ao desenvolvimento só podia vir do exterior (CORREIA E SILVA, 2004).

Assim, desde a independência, em 1975, que o país vem experimentando formas e modelos próprios de desenvolvimento, que melhor se ajustem a um país de pequena dimensão, distante geograficamente de qualquer continente e com fracos recursos naturais. O país tem conseguido desde esta data alcançar níveis crescentes de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, tendo sido apontado como um país que conseguiu ter algum sucesso no processo de desenvolvimento, relativamente à sua localização (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Passados cerca de três décadas após a independência, houve progressos importantes no seu percurso de desenvolvimento, mas ainda são notórios os constrangimentos estruturais que limitam o alcance desse percurso, nomeadamente o desemprego, a pobreza, a escassez de água, energia e saneamento. No entanto, essas dificuldades persistem devido ao fato do país ainda não conseguir transformar os recursos recebidos, tais como as remessas, os donativos e os investimentos externos em novas fontes de crescimento econômico, duradouro e sustentável (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

O objetivo desta seção é fazer um balanço dos vários momentos por que passou a economia de Cabo Verde, os progressos registrados e os principais constrangimentos na sua perspectiva histórica, e que ainda continuam a limitar o seu processo de desenvolvimento. Inicia-se com um breve olhar da economia do país antes da independência; segue-se a parte relacionada aos primeiros quinze anos pós-independência, caracterizada pelo modelo de

industrialização por substituição de importações³⁰, com o Estado a desempenhar um papel fundamental; em seguida, trata-se do período pós 1991, quando, com a abertura política, o novo governo adotou o modelo de liberalização da economia visando a sua transformação em uma economia de mercado de base privada; por fim, vai-se focalizar nos desenvolvimentos mais recentes, ou seja, de 2001 a 2009.

3.1 PRIMEIRO MOMENTO – CONTEXTOS ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Cabo Verde foi descoberto em 1460, mas o povoamento começou anos mais tarde, por volta de 1462. Isto por causa de uma série de obstáculos, tais como o distanciamento em relação ao reino, as condições climáticas, limitados recursos naturais (DE ALBUQUERQUE; SANTOS, 2001).

Por isso, não eram muitos os interessados em fixar residência na ilha, e, para fazer face a essa situação, a Coroa portuguesa tinha, portanto, de intervir no sentido de tentar combater esses efeitos inibitórios provocados pelos condicionalismos já referidos. Conceder aos que se dispusessem a ir viver em Santiago diversos privilégios, através da Carta Régia de 1466 foi a solução encontrada. Garantiram-se, assim, aos futuros moradores, facilidades fiscais e comerciais no lucrativo e promissor comércio, principalmente o da escravatura, com a costa da Guiné (ALBUQUERQUE E SANTOS, 2001).

Percebe-se o quanto foi difícil viver e sobreviver nessas ilhas devido às características específicas do país; muito cedo, os povoadores se depararam com um obstáculo, enfrentado ainda hoje pelos Cabo-verdianos, que é o de inserir o país no cenário internacional, tendo em conta as limitações que apresenta. Diante desta situação, se colocou e ainda se coloca a seguinte questão:

Se a abertura é a chave, tendo em conta os tais constrangimentos, como descobrir nas ilhas algo dotado de valor de troca que tivesse e que tenha interesse para o comércio internacional, de modo a sustentar um processo interno de acumulação econômica? (CORREIA E SILVA 2004, p. 79).

³⁰ Apesar de muitos considerarem que este modelo foi implementado por falta de alternativas (sem um setor privado forte e sem investimentos externos), de 1980 a 1990, a taxa média anual de crescimento econômico foi de 4,8%, explicada, em parte, pela política de substituição de importações que num primeiro momento se traduz num elevado crescimento econômico (JÚNIOR, 2007); mas, dada às limitações do país, este modelo rapidamente se esgotou.

Essa é uma questão importante, histórica e recorrente, enfrentada desde o período da ocupação dessas ilhas; a inserção internacional e os esforços incessantes para concretizá-la constituem o verdadeiro motor da trajetória da economia Cabo-verdiana (CORREIA E SILVA, 2004).

Pelas Grandes Opções do Plano de 2002-2005, um dos três eixos estratégicos fundamentais do desenvolvimento de Cabo Verde é a inserção na economia internacional. Por consequência, um desenvolvimento estratégico do país passa pela busca de um equilíbrio dinâmico, que lhe permita sustentar um desenvolvimento inserido na dinâmica da economia mundial, com alteração qualitativa e estrutural de integração nessa economia mundial; por outro lado, identificar e potencializar esses fatores dinâmicos de competitividade contribuirá para o alargamento e aprofundamento da base produtiva do país, bem como para o reforço da posição competitiva, no quadro da sua participação na economia global. A inserção vantajosa na dinâmica da economia mundial pressupõe, particularmente, vencer o desafio da produtividade e da competitividade (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2001).

É importante notar que o passado Cabo-verdiano nunca foi passivo em relação às características congênicas do país, muito pelo contrario, caracterizou-se sempre pela tentativa de pelo menos minorar os seus efeitos; sempre foi acompanhado de experiências de crescimento e acumulação econômicas, e vários foram, ao longo da história, os esforços e as estratégias para transformar os constrangimentos do arquipélago em fonte e motor do seu enriquecimento econômico. A posição geográfica de Cabo Verde como fator de desenvolvimento foi a reflexão dominante, mas nunca consistente e duradoura (CORREIA E SILVA, 2004).

O primeiro grande ciclo histórico de crescimento econômico continuado de Cabo Verde assenta na valorização estratégica de Santiago como via de acesso ao lucrativo comércio com os Rios da Guiné, e no fato de se transformar no mercado de revenda e distribuição das mercadorias guineenses, primeiro para a Península Ibérica e suas ilhas atlânticas, depois, com muito mais intensidade, para as américas, em rápida e dinâmica colonização. De fato, a situação geográfica favorável torna Cabo Verde em um ponto estratégico do Atlântico. O crescimento econômico, demográfico e cultural que o arquipélago registra durante todo o séc. XVI é fruto de um contexto histórico, caracterizado por uma conjugação de fatores, como o domínio dos fluxos negreiros com comércio marítimo, a dependência da tecnologia da navegação de longo curso do regime dos ventos. No entanto, dado ao caráter desses fatores, as fraquezas estruturais das ilhas nunca tardaram a aparecer.

Por isso, a permanência de Santiago nas linhas de tráfego oceânico sempre esteve ameaçado (CORREIA E SILVA, 2004).

Diante desse contexto, se os Cabo-verdianos elegeram o fator externo como o grande impulsionador do desenvolvimento, por causa dos constrangimentos característicos do país, na verdade, o que se tem repetido, talvez desde período dos descobrimentos até esta data, é que existe alguma margem de ação no sentido de mudança desse determinismo. No entanto, o que se verifica é que a gestão das oportunidades que se abriram a Cabo Verde, de inserção internacional, tem sido passiva e rentista, ou seja, quando existe, se gasta, e quando deixa de haver, empobrece-se, por não se ter criado nenhuma capacidade local de antecipação, de formulação de alternativas e de resistência. Só se pode obter sustentabilidade se se transformar os recursos obtidos inicialmente para criar capacidade competitiva, em primeiro lugar, e para, em segundo, implementar programas de diversificação; assim, pode-se usufruir as oportunidades externas em função dessa estratégia de gestão, e os efeitos podem prolongar-se por muito tempo (CORREIA E SILVA, 2004).

É importante notar que, a idéia de independência (da separação de Portugal), não era natural, para um espaço, como o de Cabo Verde, que havia sido achado, povoado e administrado desde sempre pela soberania portuguesa; ao mesmo tempo, a independência nacional e a institucionalização da democracia, são fatores positivos a enfatizar; a estabilidade política, a paz, a tranqüilidade social e a democracia que se vive no país, são propiciadoras de vantagens comparativas e, embora intangíveis, são fatores capazes de impulsionar o desenvolvimento; esta experiência democrática vem ganhando uma crescente simpatia e credibilidade no exterior (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

3.2 SEGUNDO MOMENTO – DE 1975 A 1990

Com a independência política em 1975, havia profundas preocupações com a viabilidade econômica de Cabo Verde. Um país sem recursos naturais, com uma enorme carência de infraestruturas e capital humano, um PIB real *per capita*, em 1975, de US\$190, distante do de outros países. Sua viabilização econômica tem sido impulsionada do exterior, através das remessas de divisas de emigrantes e ajuda pública ao desenvolvimento. A independência em 1975 representou a oportunidade de romper com o ciclo de

subdesenvolvimento e pobreza existente e caminhar rumo ao desenvolvimento (JÚNIOR, 2007).

O modelo de economia que vigorou desde a independência até 1990 refletia uma visão estatizante da economia baseada na ajuda pública ao desenvolvimento, na remessas de divisas de emigrantes e na abertura ao investimento estrangeiro (LÓPEZ, [2002]). Cabia ao Estado o monopólio da atividade econômica e a função de organizar a economia, conceber e programar o modelo de desenvolvimento, criar infraestruturas e mobilizar recursos, impossibilitando assim, uma ação mais ativa da iniciativa privada. Assim se explica por que os primeiros anos pós-independência caracterizaram-se pelo intenso esforço diplomático na tentativa de se conseguir recursos externos, visto que, nesse período³¹, a ajuda pública constituía o fator fundamental de desenvolvimento (ROCHA, 2008).

O volume de investimentos públicos realizados terá crescido entre 1978/1981 à taxa média anual de 32%, confirmando a forte intervenção do Estado na economia. Os investimentos continuaram elevados ao longo do período de 1980 a 1990, principalmente em nível da construção (com destaque para as habitações, edifícios não habitacionais e obras), da silvicultura, dos equipamentos e material de transporte, crescendo a taxas anuais elevadas e crescentes (INE, 2009).

De 1982/1985 foi implementado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cujo objetivo fundamental era a criação de bases para o estabelecimento de infraestruturas e industrialização do país, criação do emprego e redução da pobreza, criação de um forte setor empresarial estatal, com aposta nos setores agrícolas, de serviços sociais e de infraestruturas básicas; no entanto, apesar de os resultados dos programas implementados dependerem muito das condições externas³², eles foram positivos (ROCHA, 2008).

Entre 1980 a 1983, a taxa de variação anual da inflação atingiu valores elevados, de cerca de 19%, mas, a partir de 1984, começou a diminuir e a estabilizou em torno dos 7%; uma das explicações para a baixa taxa de inflação durante este período, inclusive mais baixo do que a média verificada no Mundo e na África, está no fato de logo após a independência as ajudas em bens alimentares terem sido elevadas, tendo o governo repassado esses produtos às populações a preços baixos.

³¹Entre 1975 e 1981, Cabo Verde mobilizou cerca de 242 milhões de dólares de ajuda.

³²O financiamento do plano foi feito com remessas de emigrantes e donativos.

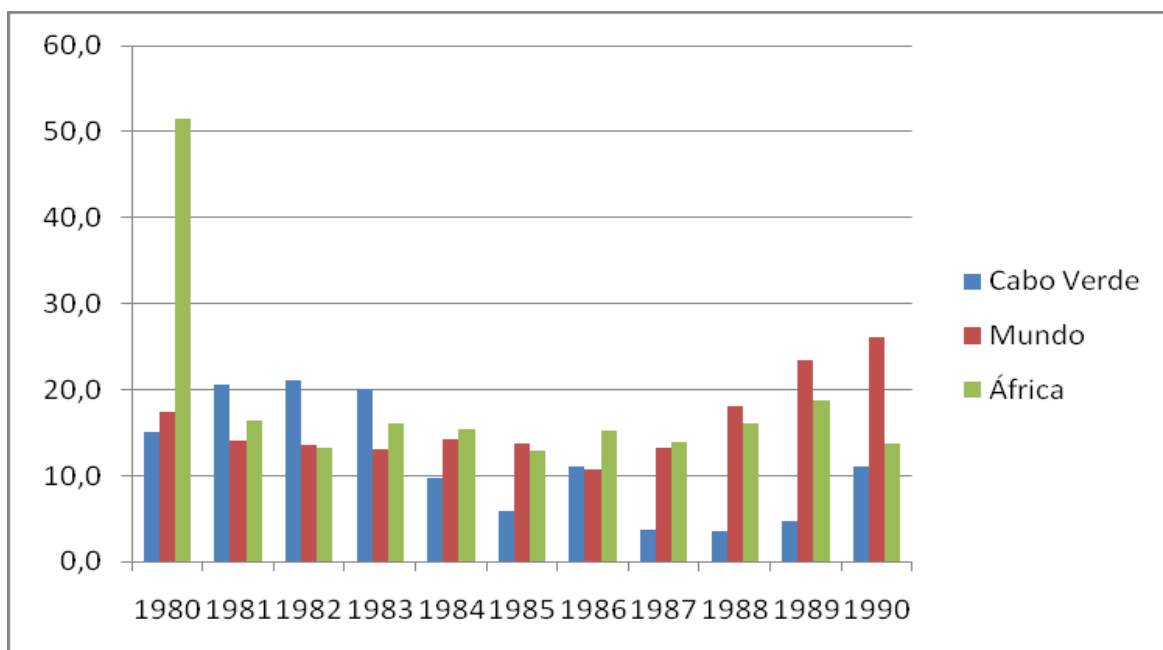


Gráfico 1 - Evolução da taxa anual de inflação medida pelo IPC de Cabo Verde, Mundo e África, de 1980 a 1990

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

No que se refere ao PIB *per capita*, verificou-se também melhorias significativas; por exemplo, em 1975 era de US\$190, já em 1980 chegou a cerca de US\$550, atingindo essa média até 1985, para depois aumentar significativamente, atingindo cerca de US\$900 em 1990. Portanto, se verificou um crescimento extraordinário do PIB *per capita* durante os primeiros quinze anos pós-independência, que se traduziu, entre outros fatores, na melhoria das condições de vida das populações Cabo-verdianas (IMF, 2009).

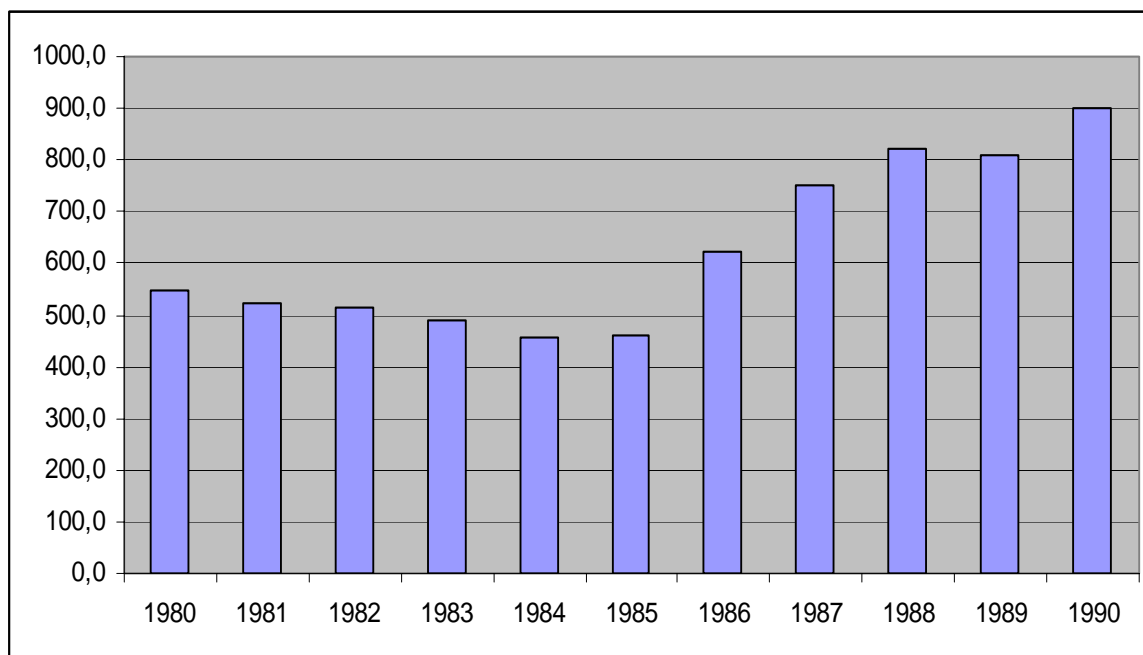


Gráfico 2 - Evolução do PIB per capita de Cabo Verde (em USD), de 1980 a 1990
Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Por outro lado, a taxa de crescimento do PIB também foi alta durante este período, com destaque para os anos 1981, 1983 e 1985, quando se verificaram taxas mais elevadas, em consequência das políticas implementadas, principalmente o II PND; já a partir de 1985, com a diminuição dos fluxos de financiamento externos, o modelo começou a dar sinais de esgotamento, que se tornaram evidentes nos últimos anos desta década. Houve, dessa maneira, uma queda da taxa de crescimento do PIB, passando de 8,7% em 1985 para cerca de 0,8% em 1990 (IMF, 2009).

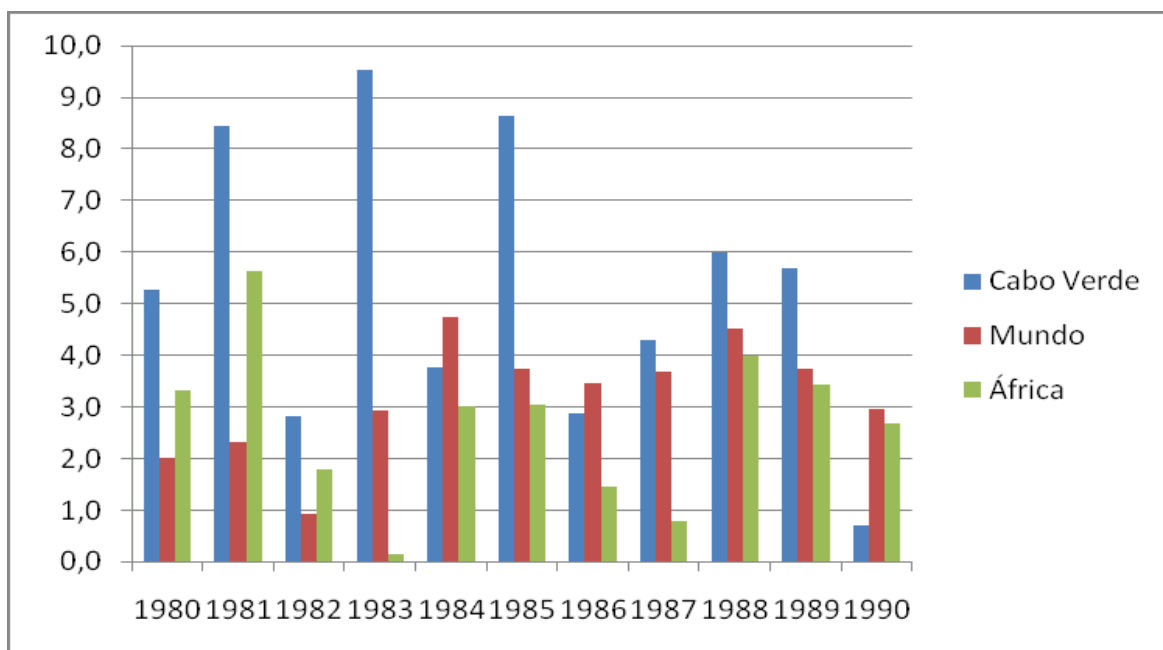


Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 1980 a 1990

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Nesse sentido, iniciativas diversas foram desenvolvidas a fim de dar um novo impulso ao crescimento da economia; assim, o II PND (1986/1990) pretendia consolidar os ganhos conseguidos, diversificar a economia e reduzir esse tipo de dependência, além de uma aproximação gradual ao setor privado. A indústria, a pesca, o setor de serviços, e de turismo constituíam a base de crescimento da economia, financiados por empréstimos concessionais, remessas, donativos e receitas do aeroporto Internacional do Sal (ROCHA, 2008).

Em consequência da queda no crescimento do PIB, provocado pelo esgotamento do modelo voltado para dentro, redução das fontes externas de financiamento e das limitações das tentativas de industrialização, não foi possível realizar a totalidade dos investimentos públicos, e, como consequência disso, a meta de criação de empregos não foi atingida, permanecendo o desemprego em 25%. O saldo da conta corrente foi negativo na maior parte das vezes, principalmente nos primeiros anos de 1980, resultado da insuficiência das transferências relativamente ao déficit da balança de serviços e rendimento (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

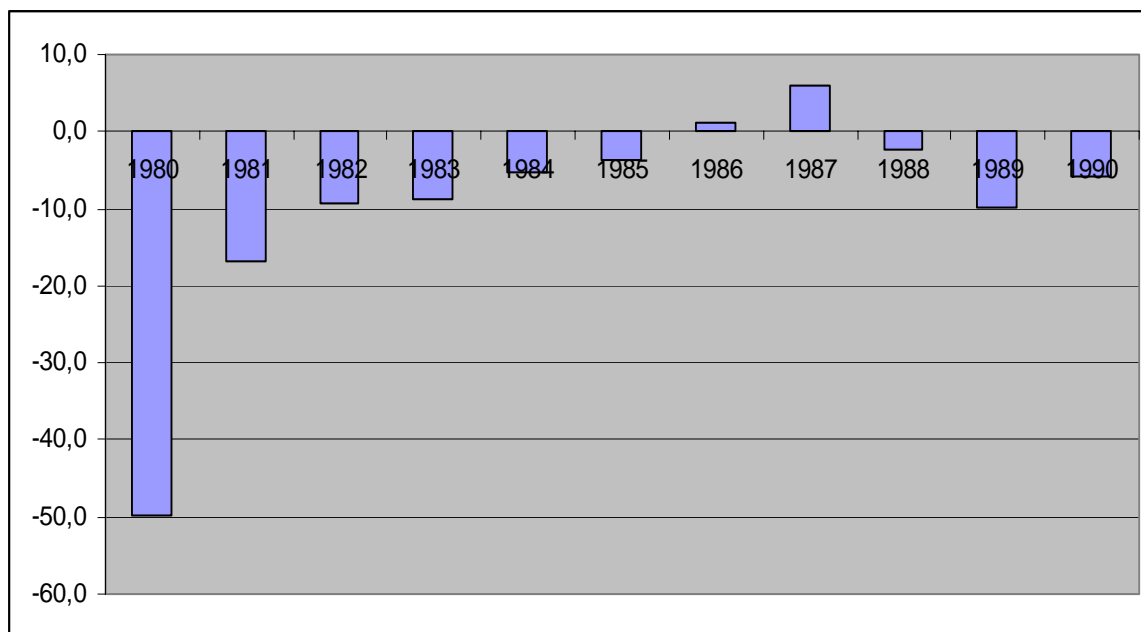


Gráfico 4 - Balança conta corrente de Cabo Verde (em % do PIB), de 1980 a 1990

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Portanto, este período ficou marcado pelo aumento dos desequilíbrios macroeconômicos, tanto em nível interno como externo, traduzidos em um crescimento acelerado da dívida interna, em uma poupança interna cada vez mais negativa, no déficit agravado do setor público, na redução dos serviços portuários, do tráfego aéreo e marítimo, o que contribuiu para a redução dos fluxos externos. Apesar disso, pode-se considerar que o modelo de desenvolvimento implementado teve resultados satisfatórios. O PIB *per capita* teve um crescimento ascendente, passando de US\$540 em 1980 para US\$900 em 1990; a taxa de inflação, com exceção dos anos 1980 a 1984, foi sempre baixa, inferior às taxas médias verificadas no Mundo e na África; o PIB registrou taxas de crescimento espetaculares, principalmente nos primeiros anos de 1980, e apesar de apresentar taxas menores nos anos seguintes, continuou elevado quando comparado com a taxa de crescimento verificada no Mundo e na África (IMF, 2009).

3.3 TERCEIRO MOMENTO – MUDANÇA DE MODELO E DE ESTRATÉGIA (1991/2000)

A transição democrática³³ em 1991 foi o fato político importante e determinante para os sucessivos acontecimentos em Cabo Verde. O novo modelo, iniciado em 1992, baseado na economia de mercado, tinha como elementos principais o reforço do papel do setor privado como agente econômico direto, redução da intervenção do Estado na economia, abertura ao investimento externo e uma inserção plena e dinâmica do país no sistema econômico mundial (ROCHA, 2008).

Em 1995, surge um novo documento de estratégia de desenvolvimento (III PND 1990/1995), baseado essencialmente na modernização e internacionalização da economia, tendo como agente principal o setor privado. A materialização desta estratégia demandava um conjunto de reformas, tais como, na administração pública, porque o seu funcionamento era um obstáculo ao desenvolvimento empresarial e ao exercício da atividade econômica, sobretudo privada, dada a qualidade dos serviços públicos. A reforma do ensino também era uma necessidade para a sua adaptação ao processo de desenvolvimento, elevando a qualificação da população em geral. Outras medidas foram tomadas para a redução do déficit³⁴, conseguida através da privatização de empresas públicas, redução do número de trabalhadores e eliminação de subsídios às empresas pouco eficientes (ROCHA, 2008).

O combate á fraude e evasão fiscal, alargamento da base de incidência do imposto, reformulação da estrutura dos impostos (criação do imposto único sobre os rendimentos) foram outras reformas implementadas. Ainda neste âmbito, também foi implementada a reforma da política cambial, que tinha como objetivo facilitar a inserção à economia mundial, melhorar a competitividade externa, conseguida através do aumento da produtividade (ROCHA, 2008).

Portanto, apesar de se considerar positivo os resultados dos planos implementados em alguns setores, como o de infraestrutura, da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, não se atingiram os objetivos em nível da redução do desemprego; durante o período de 1996 a 2000, o desemprego atingiu uma taxa média muito alta, de cerca de 27% (BCV, 2001).

³³Foi a 13 de Janeiro de 1991 que se realizaram as eleições multipartidárias para a Assembléia Nacional Popular; marcava-se mais um passo na transição para a democracia e o multipartidarismo.

³⁴Que foi financiado com recurso ao crédito interno em condições penosas para o orçamento público, devido ás elevadas taxas de juro praticadas.

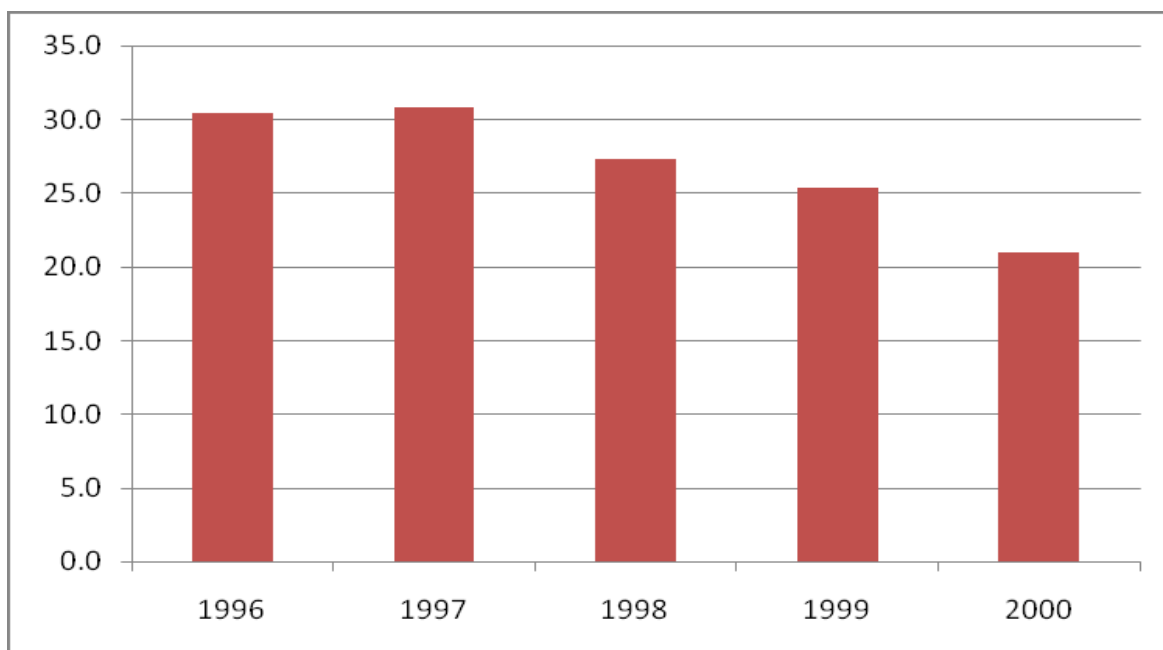


Gráfico 5 - Evolução da taxa de desemprego de Cabo Verde, de 1996 a 2000

Fonte: Autor, baseado no BCV (2001).

Como resultado das reformas implementadas, se verificou um ciclo de evolução favorável da economia cabo-verdiana nos últimos anos; aliás, a evolução da economia Cabo-verdiana foi marcada pela continuação da recuperação econômica após a recessão de 1990; com efeito, verificou-se uma recuperação da atividade econômica desde 1992, tendo o PIB crescido 3,0%, 7,3%, 6,9% e 7,8% em 1992, 1993, 1994 e 1995, respectivamente; esta evolução resultou, fundamentalmente, de uma maior contribuição da procura interna para o crescimento, refletindo a aceleração dos investimentos públicos e privados, o que, aliado às exportações de bens e serviços, foram as variáveis que deram maiores contribuições para o crescimento da economia Cabo-verdiana desde 1992 (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1998).

Por outro lado, se se comparar a evolução do PIB de Cabo Verde com o mundo e a África, pode-se constatar, de fato, que houve avanços significativos da economia do país. De 1991 até 2000, observou-se que o PIB de Cabo Verde ultrapassou facilmente o do Mundo e o da África, com destaque para os anos de 1997 a 2000; nessa evolução favorável da economia, o ano de 1999 se destaca por ter verificado taxa de crescimento mais alta do PIB de todos os anos em análise (cerca de 12,0%) (IMF, 2009).

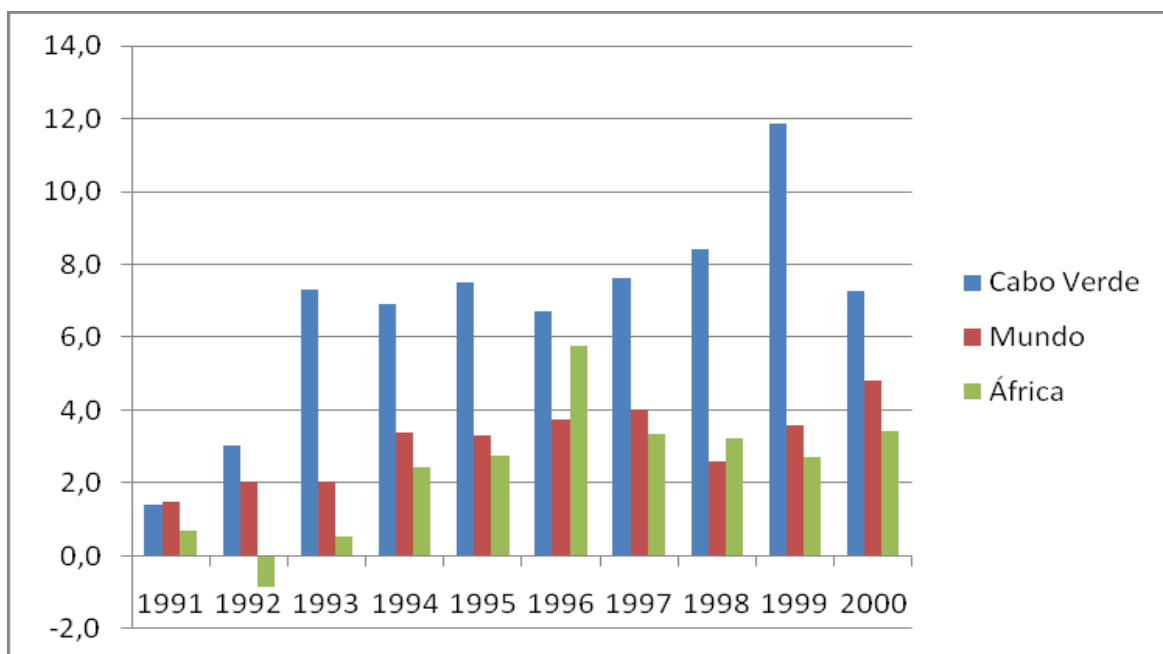


Gráfico 6 - Evolução da taxa de crescimento do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 1991 a 2000

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Nesse período de 1991 a 2000, a evolução positiva da economia pode também ser explicada pela baixa taxa de inflação anual verificada, quando comparada com a do Mundo e com a da África. Se para Cabo Verde essa taxa atinge uma média de 5% ao longo desse período, já para o Mundo é de cerca de 10% e para a África de cerca de 20% (IMF, 2009).

Houve uma redução da taxa de inflação no ano 2000, com uma taxa média negativa de 2,4%, resultado, sobretudo, dos bons anos agrícolas ocorridos em 1999 e 2000, bem como da manutenção dos preços ao usuário final dos combustíveis; por causa disso, também, a taxa de desemprego apresentou níveis mais baixos do que em anos anteriores; isso também se traduziu na taxa de crescimento do PIB, que, em 1999, apresentou taxas mais elevadas (BCV,2000).

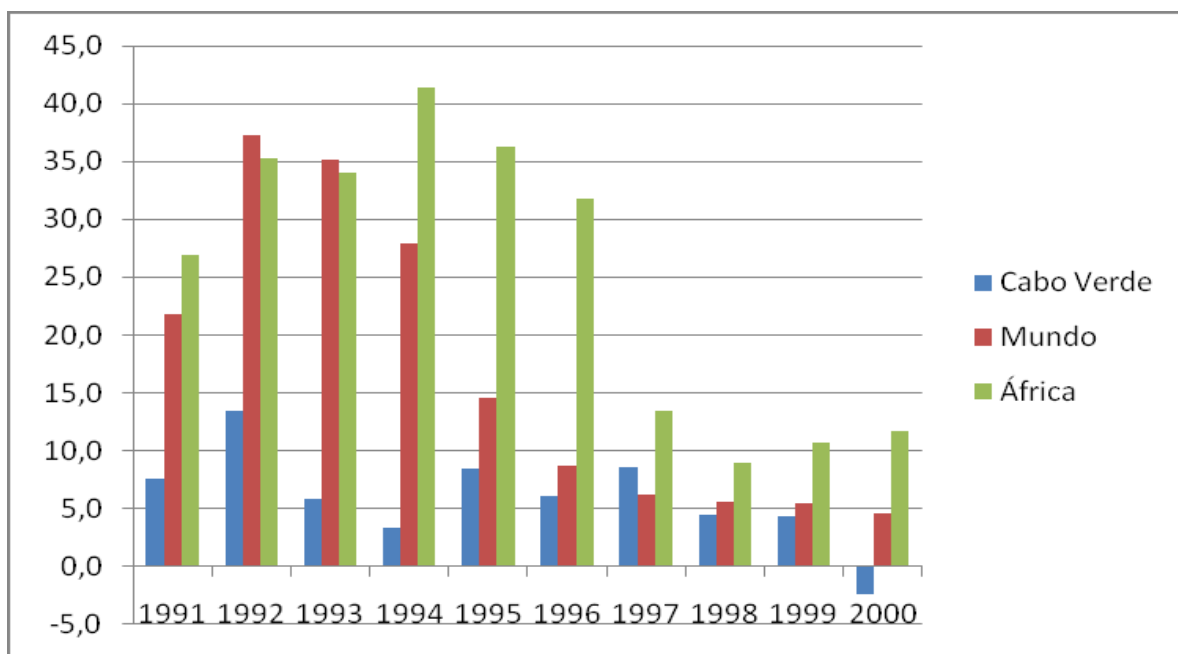


Gráfico 7 - Evolução da taxa de inflação de Cabo Verde, Mundo e África, de 1991 a 2000
 Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Apesar do comportamento favorável da balança global, o saldo da conta corrente se agravou ano após ano. O comportamento da conta corrente tem por base o agravamento da balança de bens, conjugado com uma deterioração significativa da balança de serviços e com a evolução negativa dos rendimentos. Por seu turno, as transferências correntes evoluíram favoravelmente; as transferências de entidades oficiais, as remessas de divisas de emigrantes e outras transferências privadas para a nossa economia do país atingiram valores elevados no ano de 1999. Dessa forma, a balança corrente mostrou-se sempre negativa e foi-se deteriorando ao longo dos anos; essa evolução negativa reflete, por um lado, o aumento do déficit comercial e, por outro lado, a drástica redução dos serviços líquidos. Esta situação acabou por agravar ainda mais os desequilíbrios macroeconômicos, nomeadamente o aumento da dívida pública, a redução das reservas externas e o agravamento do déficit da balança de transações correntes (BCV, 2001).

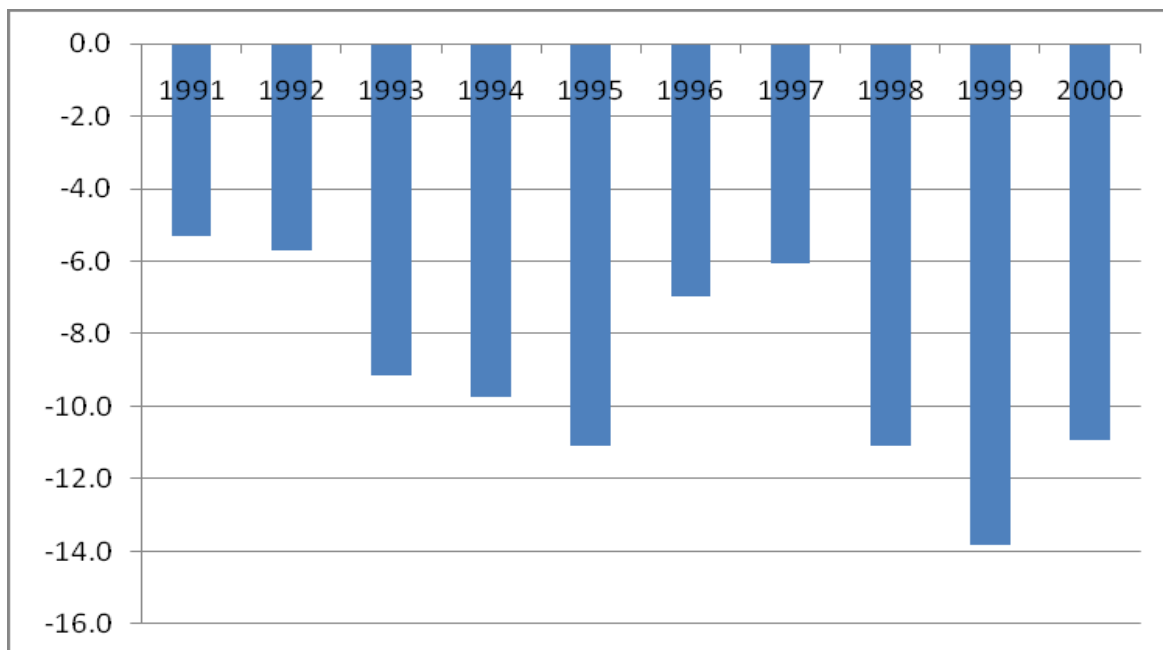


Gráfico 8 - Evolução da balança de conta corrente (em % do PIB), de 1991 a 2000

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Ao longo dos anos, a balança comercial vai se deteriorando, com as importações a atingir valores cada vez mais altos em percentagem do PIB, enquanto as exportações vão-se tornando cada vez mais insignificantes em relação às importações. O reduzido peso das exportações, quando comparadas às importações, revela uma economia ainda altamente dependente do exterior, em que as exportações não representam mais do que 2% do PIB e a taxa de cobertura das importações pelas exportações se situaram em cerca de 4% dos anos 1994 a 2000, atingindo valores mais altos em 1997, onde a importação mais cresceu em relação à exportação (BCV, 2000).

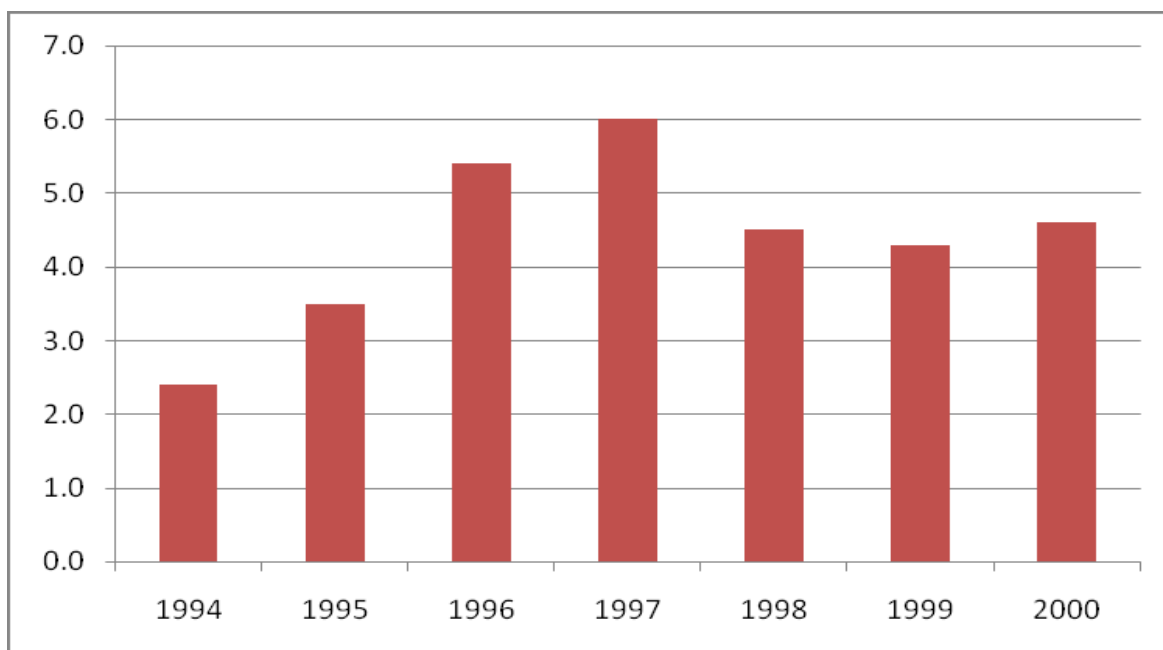


Gráfico 9 - Evolução da taxa de cobertura, de 1994 a 2000

Fonte: Autor, baseado no BCV (2001).

No entanto, apesar desse crescimento desigual das exportações em relação às importações, pode-se considerar que, ao longo deste período, houve um comportamento favorável evidenciado pelas exportações, traduzida em um crescimento ascendente ao longo dos anos, tendo em conta o encarecimento das mesmas, explicado pelo fato de determinados produtos de exportação, nomeadamente, calçados e partes de calçado e vestuário, beneficiarem-se já de um segmento de mercado fixo. Os produtos transformados continuam a ganhar peso no total dos produtos exportados, pelo que se pode concluir que o mercado exportador está a ser impulsionado pelas empresas de investimento externo instaladas no país, o que revela uma economia francamente aberta ao exterior (BCV, 2001).

O comportamento da balança de serviços, positivo na maior parte dos anos, é determinado pela evolução das suas principais componentes, transportes e viagens; as entradas líquidas das viagens e comunicações, responsáveis em grande parte pelo saldo positivo da balança de serviços em 1998, aumentaram cerca de 55,4% e 46,6% respectivamente, anulando parcialmente o comportamento menos favorável de outros serviços. No caso da balança comercial, o seu déficit aumenta em 1999 (12,8%) como resultado do crescimento das importações de mercadorias (12,2%) e do decréscimo das exportações de produtos tradicionais em 17,5 % (BCV, 2001).

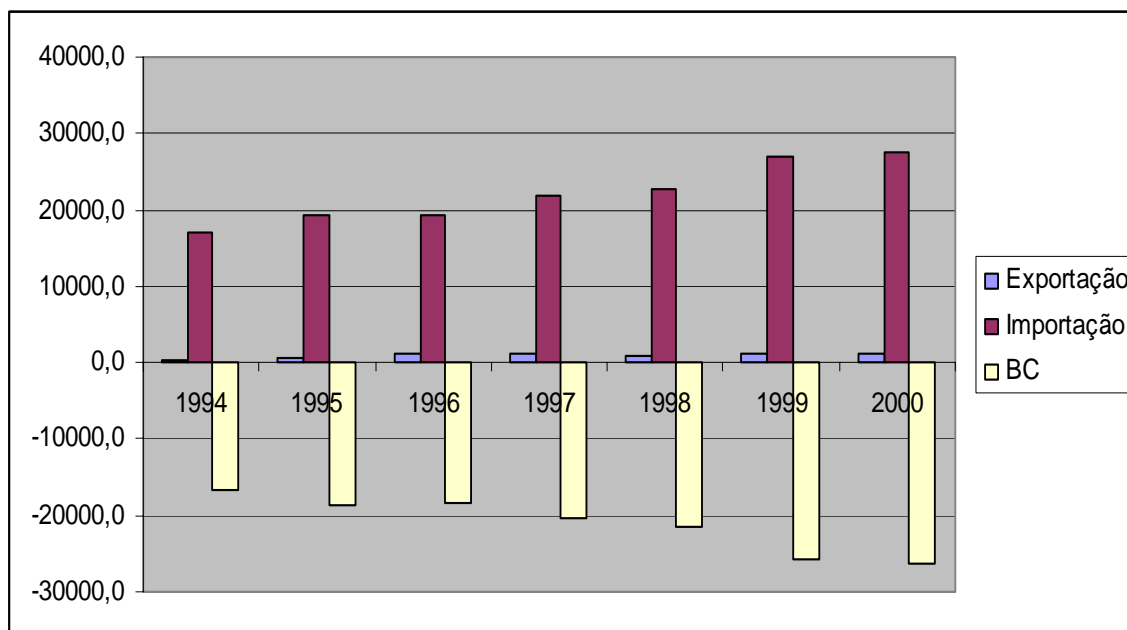


Gráfico 10 - Evolução do comércio externo de Cabo Verde, de 1994 a 2000 (em milhares de CVE)

Fonte: Autor, baseado no INE (2000).

A consolidação orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas, ao longo dos anos, constituem orientações fundamentais da política econômica Cabo-verdiana, com vista ao reforço do quadro de estabilidade macroeconômica, condição essencial para assegurar um crescimento sustentado do produto e do emprego e para a modernização da economia. Esse processo de consolidação orçamental tem-se traduzido num controle efetivo da despesa pública e na melhoria da arrecadação fiscal (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1998).

Em 1996, a despesa pública, quer corrente, com os encargos com a manutenção dos preços dos combustíveis, quer extraordinária, com encargos associados ao processo de privatização da banca, nomeadamente com as bolsas de estudo, foram muito altas. As receitas públicas que, neste período, apresentou um valor também elevado vêm diminuindo, devido à queda dos donativos e um sistema deficitário de cobrança de impostos, com impactos negativos sobre as despesas de investimento e, em geral, sobre o equilíbrio orçamental (BCV, 1996).

As receitas totais decresceram de 40,3% do PIB em 1996 para 21% do PIB em 2000, e as despesas totais que, em 1996, representava cerca de 57% do PIB, em 2000, representavam cerca de 35,5%. Ao longo dos tempos, se constata que a situação das finanças públicas Cabo-verdianas, foi sempre deficitária, com as despesas a ultrapassar sempre as receitas (BCV, 2000).

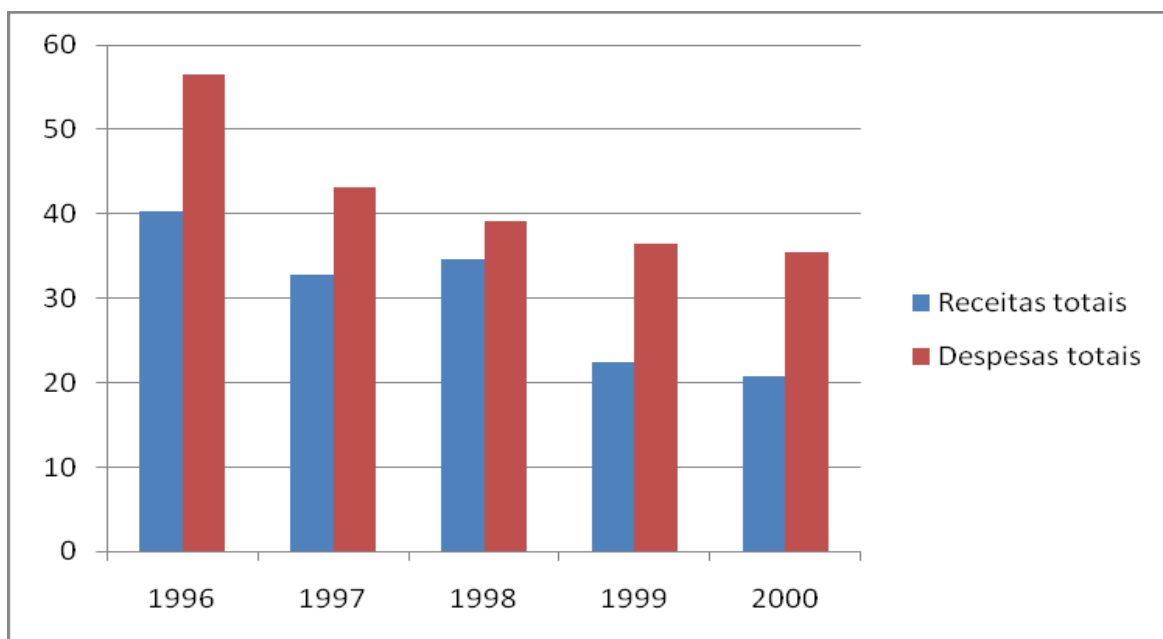


Gráfico 11 - Evolução das receitas e despesas totais públicas (em % do PIB), de 1996 a 2000
 Fonte: Autor, baseado no BCV (2001).

Foi neste cenário que se esboçou o documento Grandes Opções do Plano (GOP) 1997/2000. Os objetivos eram de, entre outras coisas, assegurar os equilíbrios interno e externo, desenvolver o mercado e a iniciativa privada, valorizar os recursos humanos, crescimento do produto nunca inferior a 5%, manutenção do déficit público abaixo dos 5% e promoção das políticas de emprego público (ROCHA, 2008).

O ano de 1998 foi particularmente marcado por um contexto mais global de reformas da economia; o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal, a convertibilidade da moeda Cabo-verdiana (CVE), o Acordo de Stand By³⁵ com o Fundo Monetário Internacional, bem como o plano de investimentos e reformas estruturais apoiados pelo Banco Mundial, constituíram aspectos mais relevantes desse período (BCV, 1998).

O ACC teve como objetivo fundamental, apoiar Cabo Verde na criação de condições de suporte à convertibilidade do escudo Cabo-verdiano (CVE); implicou na alteração do regime cambial, originando o estabelecimento de uma paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana e o escudo português (PTE), substituindo-se, assim, o sistema de indexação da taxa de câmbio do CVE a um cabaz de moedas que vinha sendo utilizado desde 1978; deste modo, a moeda cabo-verdiana passou a estar ligada ao Escudo Português (PTE) desde 1998, ficando

³⁵Entre 1997/2000, foram implementado reformas econômicas e as políticas orçamentais levadas a cabo provocou um aumento rápido das despesas públicas financiadas via aumento da dívida interna, aumentando o déficit, que criou a necessidade de estabilização. Daí o acordo estabelecido para dar credibilidade internacional ao programa.

oficialmente cotada em 0,55 CVE por unidade do PTE; atualmente existe uma paridade fixa com o Euro (BCV, 1998).

Para a sustentabilidade dos objetivos inerentes aos acordos atrás referidos, e visando à criação de condições para o saneamento da dívida pública interna, as autoridades nacionais passaram a adotar orientações macroeconômicas de estabilização, tendo por referência os critérios de convergência da União Européia, nomeadamente taxas de inflação não superior a 3% e proporção déficit orçamental e dívida pública em relação ao PIB de 3% e 60%, respectivamente; assim, a partir de 1998, Cabo Verde obrigou-se a observar um conjunto de condições macroeconômicas traduzidas numa política orçamental de contenção das despesas e numa política monetária restritiva, a fim de garantir a estabilidade dos preços e o equilíbrio externo (BCV, 1998).

Entretanto, pode-se dizer que, em relação ao saldo global das finanças públicas, nos três anos seguintes à assinatura do ACC, situou-se, em média, muito acima do valor de referência de 3% do PIB do Tratado de Maastricht. Em 2000, a proporção entre o déficit orçamental e o PIB atingiu o valor muito elevado de 19,3%; a dívida pública total ultrapassava em 1998, ano da assinatura do ACC, o valor de referência de 60%; nos três anos 1998-2000, situou-se, em média, em 90% do PIB; em 2000, a proporção entre a dívida pública e PIB atingiu 104,2% (JÚNIOR, 2007).

3.4 QUARTO MOMENTO – DESENVOLVIMENTOS RECENTES (2001 – 2009)

A economia Cabo-verdiana é confrontada com condições naturais bastante adversas e forte dependência externa. Para fazer face a essa situação, as autoridades nacionais têm adotado a estratégia de desenvolvimento do país assente na modernização e internacionalização da economia, tendo como principal vetor o setor privado. A materialização dessa estratégia vem passando por um conjunto de reformas económicas e financeiras, como a liberalização dos preços e do comércio externo, o apoio à iniciativa privada, os incentivos ao investimento externo, a abertura do sistema financeiro, bem como o processo de privatização alargada do setor empresarial do Estado (BCV, 2003).

Como resultado das reformas implementadas, Cabo Verde tem alcançado um crescimento económico robusto nos últimos anos. Esta evolução positiva tem

fundamentalmente como resultado o aumento da procura interna, refletindo a aceleração dos investimentos públicos e reforço do clima de confiança do setor privado (BCV, 2004).

A contribuição positiva da procura interna, resultante da evolução positiva das suas principais componentes, foi determinante para o comportamento favorável da economia, sendo de realçar o consumo público como a componente que mais contribuiu para a referida taxa de crescimento do produto. A procura externa teve igualmente uma contribuição positiva para o crescimento do produto, com as exportações de bens e serviços a registrarem taxas de crescimento consideráveis. Dessa forma, a taxa de crescimento do PIB tem evoluído de uma forma muito positiva durante este período, e não só atingindo uma média anual de cerca de 6%, bem superior ao crescimento verificado no Mundo e na África, explicado pela dinâmica do consumo das famílias, consumo público, investimentos, exportações e importações (BCV, 2009).

Em um contexto de forte desaceleração da atividade econômica mundial, e tendo em conta a forte conexão da economia Cabo-verdiana, particularmente com a economia da Zona Euro, verifica-se também um abrandamento a partir de 2001, onde a taxa de crescimento foi de 6,1% para, em 2006, atingir a taxa mais elevado do período, de cerca de 10,8%, tendo retomado essa baixa em 2005 com uma taxa de crescimento de cerca de 6,5%; em 2008, a economia nacional manteve a tendência de abrandamento, com o PIB a crescer 5,9% em termos reais, face aos 7,8% registrados em 2007 (BCV, 2008).

Entretanto, o forte crescimento verificado nos últimos anos foi principalmente impulsionado pelo alto volume de IDE, remessas de divisas dos trabalhadores emigrados (12% do PIB em 2007), que propiciaram o aumento dos rendimentos das famílias e do consumo privado. Esse crescimento sustentado da economia será apoiado pelas medidas macroeconômicas e medidas estruturais identificadas no Programa do Governo 2006-11, pelo Instrumento de Apoio de Política Econômica, do Fundo Monetário Internacional para o período 2006-09 e pelo Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) para 2008-10; o QDMP promove a aplicação dos recursos orçamental públicos de acordo com prioridades definidas nos dois DECRP, para os períodos 2005-07 e 2008-11 (BAFD/OCDE, 2008).

Segundo a mesma fonte, este crescimento sustentado do PIB e os progressos verificados em nível da saúde, educação, determinaram a melhoria progressiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, e um recuo da pobreza absoluta. Como consequência deste progresso contínuo, Cabo Verde deixou de integrar o grupo dos países menos avançados (PMA), em 2008.

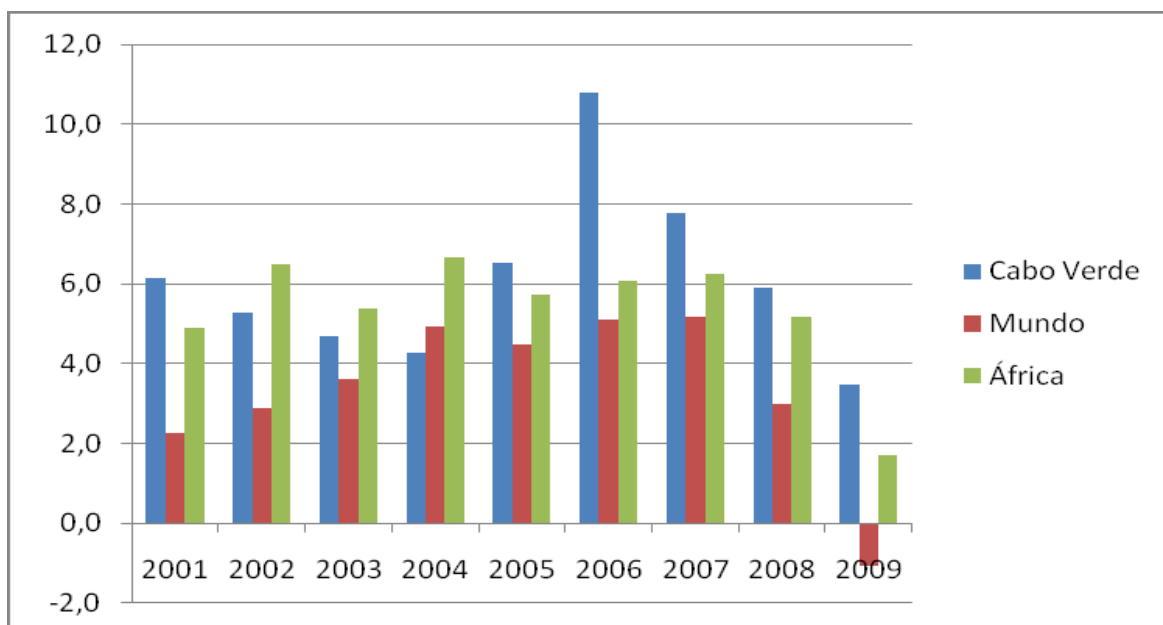


Gráfico 12 - Evolução da taxa de crescimento anual do PIB de Cabo Verde, Mundo e África, de 2001 a 2009

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Esse crescimento econômico verificado nos últimos anos teve um impacto positivo sobre as finanças públicas; em nível das receitas totais, os recursos disponíveis aumentaram anualmente em termos absolutos; já em nível das despesas, apesar de essas registrarem tendência para aumento desde 2003, devido ao forte crescimento dos investimentos públicos, no quadro da implementação da estratégia de crescimento e da redução da pobreza (DECRP), as despesas correntes manifestaram tendência a se estabilizar em termos relativos desde 2001, ainda que a variação anual continue positiva e relativamente elevada (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Portanto, tanto as receitas como as despesas, apresentaram um comportamento estável ao longo dos anos, com as despesas a ultrapassar sempre as receitas. Se em 2001, o déficit público global (incluindo donativos) representou um valor elevado, cerca de 5,2% do PIB, com um decréscimo das receitas totais e aumento das despesas totais, em 2002, devido à política orçamental implementada, caracterizada por certo rigor orçamental, assente no comportamento moderado das despesas e no reforço das receitas, o déficit global situou-se nos 1,9% do PIB. Esta evolução resultou do aumento das receitas públicas, em virtude do crescimento das receitas fiscais e dos donativos, acompanhado de um aumento menos que proporcional das despesas públicas, este originado pelo aumento das despesas de

investimento, aumento das despesas com o pagamento de juros da dívida e das despesas com pessoal (BCV, 2002).

Em 2004, depois de uma assinalável melhoria em 2002, a política orçamental continuou orientada para a manutenção da disciplina orçamental, traduzida na austeridade da aplicação de recursos e no alargamento da base tributária. Neste contexto, a situação das finanças públicas apresentou melhoria significativa em nível do déficit público global, resultante não só de um aumento das receitas em virtude da introdução do IVA e do aumento dos donativos, mas também da redução das despesas correntes. Dessa maneira, o déficit público global representou 1,3% do PIB, as receitas totais representaram acréscimo na ordem dos 13,5% e as despesas totais cresceram 2,9% (BCV, 2004).

Em 2005, seguiu-se uma política orçamental essencialmente expansionista, invertendo a postura restritiva do ano anterior. Assim sendo, a situação das finanças públicas neste período foi marcada por um agravamento do déficit global, resultante não só de um aumento significativo nas despesas públicas, mas também de uma redução nos donativos; o déficit público foi de 3,1% do PIB, as receitas atingiram um crescimento de 5,5% e as despesas totais, resultado tanto do aumento das despesas correntes (13,2%) como dos investimentos (19,5%), representaram um acréscimo de 15,5% (BCV, 2005).

Afirma-se que a estratégia fiscal de Cabo Verde, a médio prazo, visa preservar a estabilidade macroeconómica, melhorar o esforço fiscal e priorizar o investimento público. Dessa forma, foi introduzido em 2004 um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF); a partir de 2008, Cabo Verde passou utilizar o quadro analítico descrito no documento do FMI intitulado, Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2001 (Manual EFP 2001) para apresentar as estatísticas das finanças públicas (BAFD/OCDE, 2008).

A adoção do DECRP para o período 2004-07 conduziu à introdução de um novo modelo orçamental em 2005. Este modelo inclui um QDMP global, e vários setoriais, para o período 2005-07, a serem implementados pelos ministérios técnicos de modo a que as despesas públicas sejam distribuídas de acordo com as prioridades do DECRP (BAFD/OCDE, 2008).

O país melhorou o seu esforço fiscal pela via das reformas fiscais e de uma cobrança mais eficaz, dos quais se destaca o Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e o Imposto sobre as Transações Internacionais. As receitas fiscais (que representam 73,7% das receitas totais) aumentaram, passando de aproximadamente 17% do PIB em 1999, para 23% em 2006 e 2007, devido às receitas provenientes da privatização de empresas públicas. Em 2007, a reforma da legislação fiscal e

a racionalização de incentivos e isenções, bem como dos impostos sobre as importações e o consumo, permitiram alargar a base de aplicação e cobrança dos impostos. Os donativos constituem uma importante fonte de receitas públicas (representando 16% das receitas totais), e juntamente com os empréstimos externos, financiam cerca de 80% do PIB (BCV, 2008).

A melhoria verificada na gestão da despesa pública tem contribuído para aumentar a confiança dos doadores, levando a que o apoio direto ao orçamento de Estado tenha passado de 4% do montante global em 2006, para 7% em 2007; por outro lado, está em execução um novo mecanismo de financiamento, com o objetivo de aligeirar as despesas financiadas por fundos oriundos de doadores, para o período 2008-2015 (BCV, 2008).

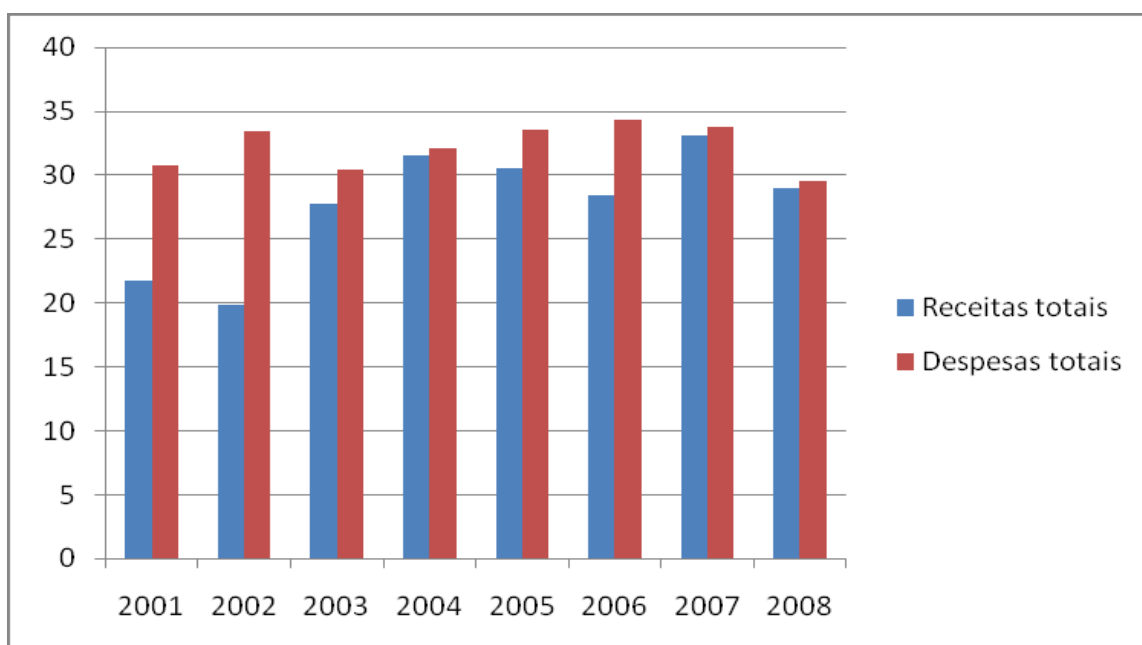


Gráfico 13 - Evolução das receitas e despesas totais (em % do PIB), de 2001 a 2008
Fonte: Autor, baseado no BCV (2008).

Em relação à evolução da taxa de inflação, pode-se dizer, também, que tem apresentado uma evolução favorável, com valores muito baixos ao longo do período, sempre inferiores aos do Mundo e da África. Recorda-se que em 2001, apesar de baixa, a taxa de inflação foi um pouco superior ao verificada no ano anterior, por causa do aumento do preço dos combustíveis e dos bons anos agrícolas registrados nos anos anteriores (BCV, 2001).

A partir de 2001, os preços apresentaram uma evolução moderada, refletindo essencialmente os efeitos positivos da inflação importada, através da redução dos preços dos bens alimentares e do bom ano agrícola, para, em 2004, apresentar uma queda acentuada na

ordem de - 1,9%. Esse comportamento reflete no essencial a variação do preço ocorrido nos bens alimentares (BCV, 2004).

A partir de 2005, assiste-se a uma tendência marcadamente ascendente da taxa de inflação, influenciada, em larga medida, pelo comportamento dos bens alimentares, aliado ao acréscimo registrado em habitação, equipamento e material de uso doméstico; este, por sua vez, impulsionado pelos aumentos dos combustíveis verificados no ano anterior (BCV, 2009).

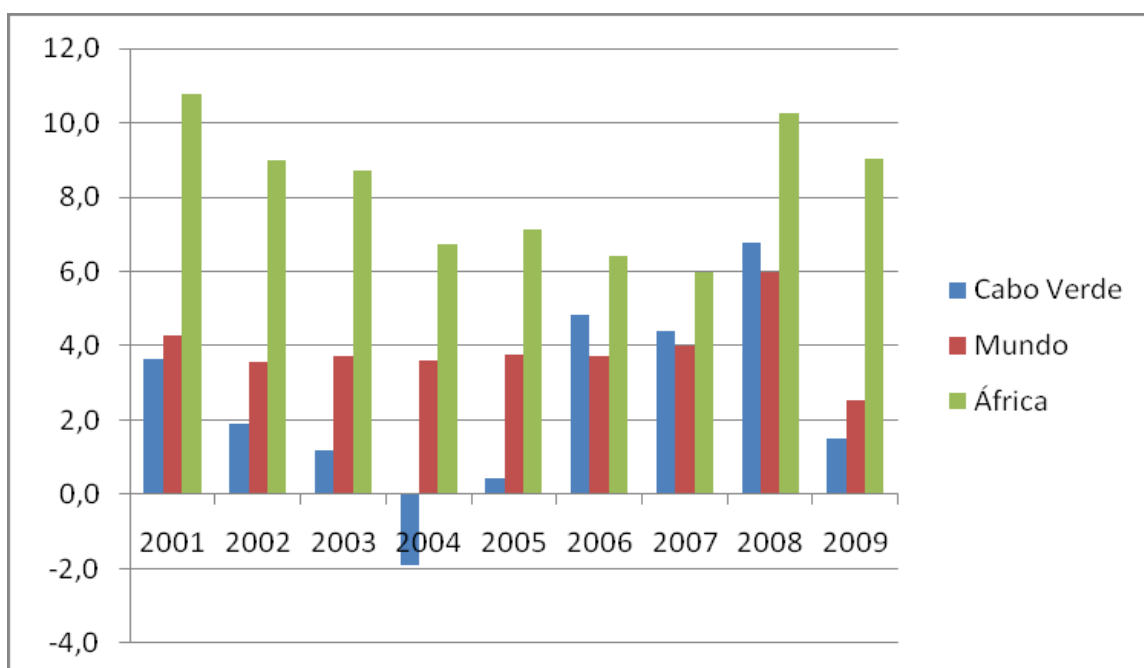


Gráfico 14 - Evolução da taxa de inflação média anual medida pelo IPC de Cabo Verde, Mundo e África, de 2001 a 2009

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

A dívida externa cresceu a uma taxa média anual de 5% durante o período 2000-2006, enquanto que o serviço da dívida cresceu, por seu lado, a uma taxa média anual de 6% durante o mesmo período; o engajamento do país em honrar o pagamento da dívida levou a um esforço suplementar na programação e gestão do orçamento. A principal componente da dívida externa de Cabo Verde corresponde a empréstimos de médio e longo prazo, contraídos em condições favoráveis junto de parceiros de desenvolvimento multilaterais e bilaterais. O país deve, portanto, reembolsar a maior parte da dívida aos credores multilaterais, que recebem 63% do total do serviço da dívida (CABO VERDE, 2007).

O peso do serviço da dívida é considerável para um pequeno país como Cabo Verde, que não beneficia de nenhuma das duas iniciativas de alívio da dívida; por outro lado, a dívida

externa representa uma percentagem muito elevada, atingindo mais de 50% do PIB, o que não deixa de ser também uma preocupação (CABO VERDE, 2007).

O acréscimo da dívida efetiva em 2001 (cerca de 60% do PIB) explica-se pelo aumento dos desembolsos efetuados relativamente ao ano anterior, destacando-se os dos credores multilaterais, como o Banco Mundial (46,75%), cujos fluxos de financiamento se direcionaram para projetos ligados aos setores de infraestruturas e transportes, ao desenvolvimento da educação, capacitação dos setores público e privado, ao desenvolvimento do setor da energia e água, à construção do novo aeroporto da Praia, ao programa de apoio à reforma econômica, entre outros (CABO VERDE, 2007).

Em 2002, o comportamento menos desfavorável do stock da dívida externa reflete o esforço de regularização dos atrasados e de amortização dos empréstimos. No ano seguinte, no entanto, houve um aumento do montante da dívida externa por causa de novas contratações de empréstimos com o BM; a dívida externa cresceu 3,8% em 2006 e continua sendo contratada com credores multilaterais (80%) e com credores bilaterais (19%), majoritariamente em condições muito concessionais (taxas de juro médias de 1%, períodos de carência em torno de 5 a 10 anos e prazo de maturidade média de 20 anos) (BCV, 2007).

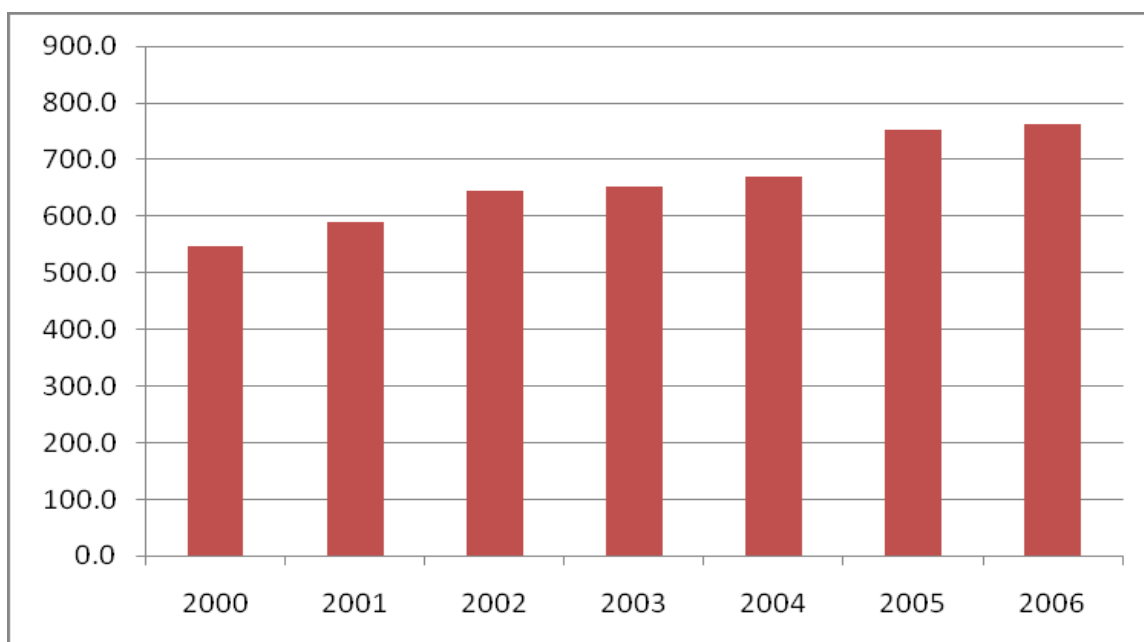


Gráfico 15 - Evolução do estoque da dívida externa de Cabo Verde (em milhões de USD), de 2000 a 2006

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2007).

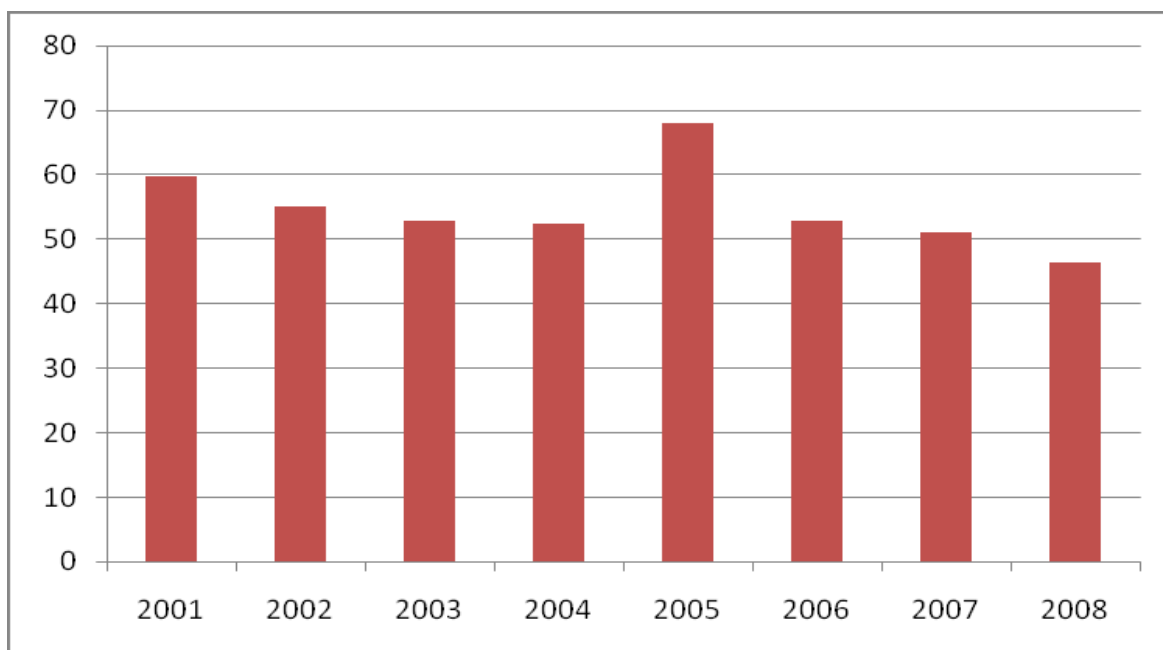


Gráfico 16 - Evolução da dívida externa (em % do PIB), de 2001 a 2008

Fonte: Autor, baseado no BCV (2008).

Ao longo desse período, tanto as importações como as exportações de bens e serviços, registraram taxas de crescimento crescentes, principalmente as exportações. Em 2001, tanto as importações como as exportações cresceram a taxas reais em relação ao ano anterior; a evolução das exportações foi determinada pelo aumento registrado nos serviços (viagens de turismo em 39,5% e transportes aéreos 17,7%); as exportações de bens decresceram, refletindo a queda nas exportações de produtos do mar, porquanto os acréscimos das exportações de produtos transformados e produtos agrícolas não foram significativos (BCV, 2001).

As importações totais cresceram, reflexo do aumento das importações de serviços, em particular, das despesas de residentes no exterior em viagens; as importações de bens também cresceram (cerca de 4,3%), destacando-se a importação de bens alimentares e de materiais de transporte (BCV, 2001).

A partir de 2002, as exportações e as importações de bens e serviços continuaram a crescer a taxas crescentes, atingindo valores mais altos em 2007; as exportações Cabo-verdianas registraram um comportamento bastante positivo em 2006, crescendo em termos reais a 30%, resultado do forte crescimento das exportações de serviços (41,9%), mas as exportações de bens decresceram 6,7%. Para esse aumento das exportações de serviços contribuiu, principalmente, o crescimento expressivo das receitas brutas de turismo (75,6%) e das exportações de serviços, relacionados com o transporte aéreo (21%). As importações

totais registraram um aumento de 17% em termos reais, consistente com a evolução da procura interna, designadamente com os crescimentos do consumo público e do investimento (BCV, 2007).

As exportações Cabo-verdianas continuaram a evidenciar um comportamento positivo, principalmente em 2007. A dinâmica do setor do turismo continua a determinar a evolução das exportações de serviços, com cerca de 40% das receitas brutas; as importações de bens e serviços registraram um aumento de 12% em termos reais relativamente a 2006. A evolução das importações é consistente com o comportamento da procura interna, particularmente das suas componentes mais dinâmicas, o investimento e o consumo das famílias (BCV, 2007).

As exportações de bens e serviços aumentaram 9,5% em 2008, mantendo a mesma taxa de crescimento de 2007, enquanto as importações de bens e serviços, que tinham aumentado 17,4% em 2007, apresentaram uma desaceleração significativa em 2008, com um aumento de apenas 3,4%; esta evolução refletiu, no essencial, o abrandamento da procura interna, particularmente do consumo das famílias e do investimento privado; as importações de serviços também abrandaram, mas a um ritmo menos acentuado, de 7,8% em termos nominais em 2007 para 5,2% em 2008 (BCV, 2008).

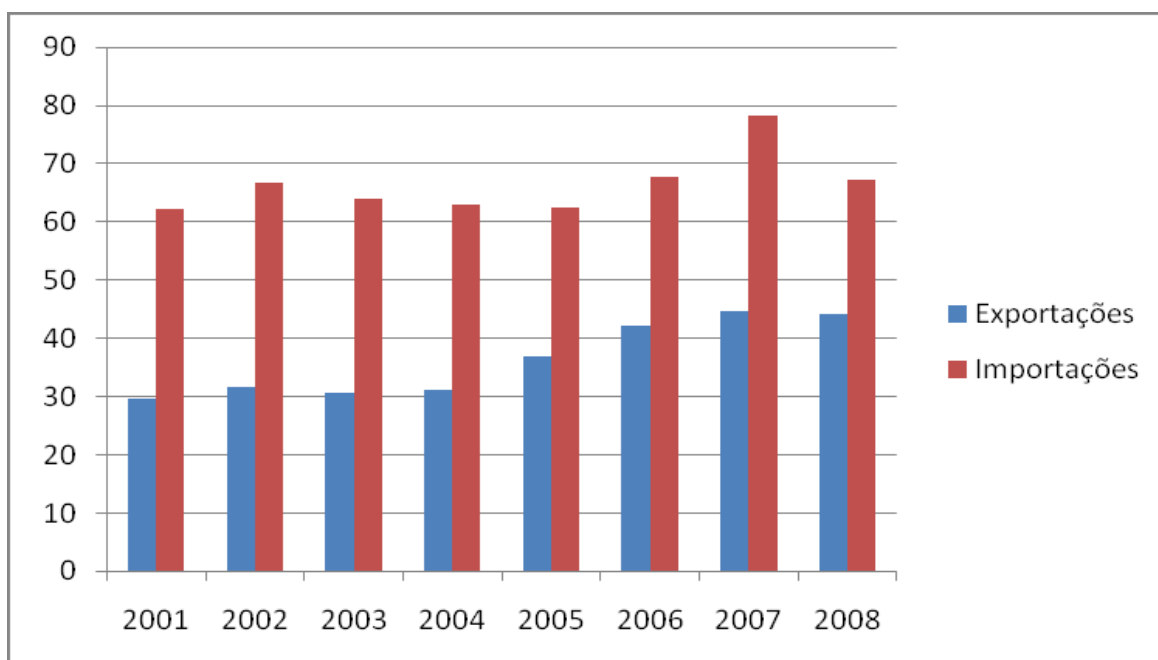


Gráfico 17 - Evolução das exportações e importações de bens e serviços (em % do PIB), de 2001 a 2008

Fonte: Autor, baseado no BCV (2008).

4 ECONOMIA DE CABO VERDE E ANÁLISE DO SEU DESEMPENHO

Neste capítulo analisam-se a estrutura da economia de Cabo Verde e o seu desempenho. Para isso, inicia-se com uma análise sobre as contas nacionais, caracterizando o produto pela ótica de produção, rendimento e despesa, o desempenho em termos de crescimento total e dos setores. Examina-se também a estrutura do emprego/ocupação, com uma caracterização do emprego e do desemprego. Faz-se, além disto, uma caracterização de alguns setores da economia, como o da agricultura, da indústria, dos serviços, e, neste, o do turismo, o do comércio e o setor financeiro. Por fim, avalia-se o desempenho da economia de Cabo Verde, em que se abordam não só os ganhos conseguidos pelo país, como também a performance menos positiva em algumas áreas que precisam ser melhoradas.

4.1 AS CONTAS NACIONAIS

Cabo Verde tem conseguido um crescimento econômico considerável nos últimos anos, tendo como base as políticas macroeconômicas adotadas e o elevado desempenho principalmente do setor terciário, como os transportes, as telecomunicações, direitos/taxas importação, comércio e serviços governamentais. Percebe-se que a estrutura econômica de Cabo Verde é basicamente dominada pelo setor terciário (cerca de 60% do PIB em 2004 e mais de 66% do emprego) (CABO VERDE, 2007).

Atualmente, o peso do setor terciário ultrapassa 70% do PIB. O comércio e os serviços são os dois setores fundamentais da economia cabo-verdiana; na realidade, estes dois setores absorvem parte mais importante do emprego e dão uma forte contribuição para a produção interna e para o crescimento econômico. Verifica-se certa estagnação da indústria e um recuo da posição relativa da agricultura (CABO VERDE, 2007).

A reduzida expressão dos outros setores da economia, principalmente do setor primário, não deve ser justificada só pela natureza insular, situação geográfica e condições climáticas, mas, principalmente, pela escassez de recursos de natureza variada, em especial, os financeiros, e pela falta de aproveitamento das condições naturais do arquipélago. No seu conjunto, o setor primário representava cerca de 10% em 2000, empregando cerca de 16% da população ativa (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A fraca expressão do setor secundário, embora muito maior que o primário, resulta da reduzida dimensão do mercado interno, que não estimula os investidores privados em um setor de ainda fraco desempenho, com uma atividade industrial exportadora de reduzida expressão na economia do país; por outro lado, os investimentos são ainda muito reduzidos nesse setor (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

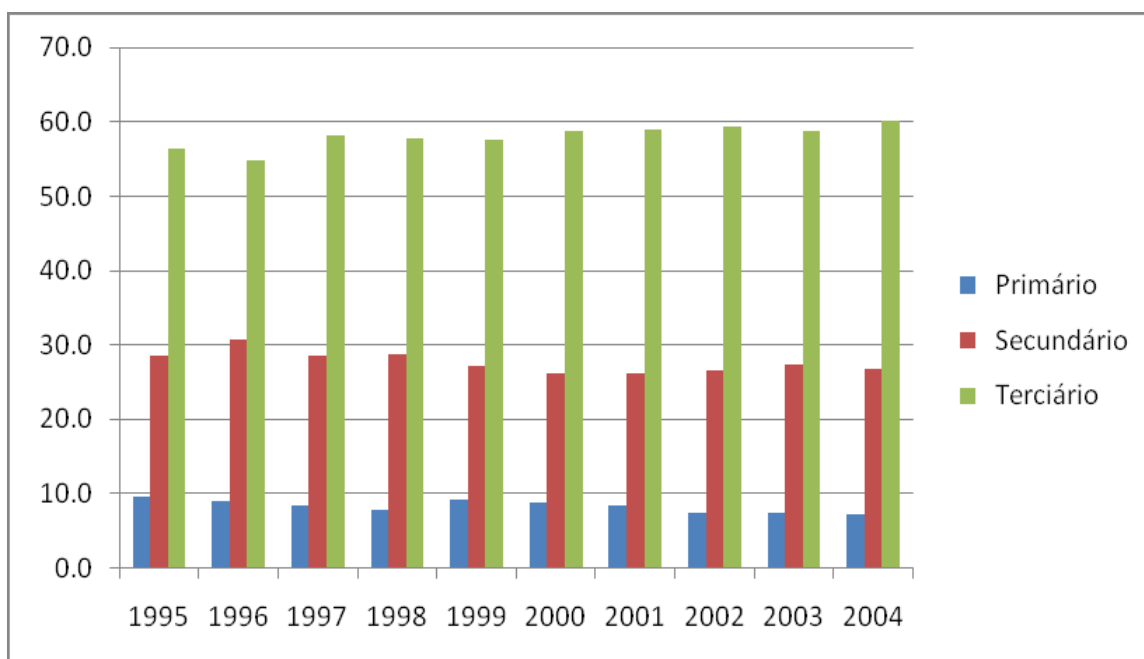


Gráfico 18 - Evolução da participação por setores (em % do PIB), de 1995 a 2004
Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

Apesar da fraca expressão do setor primário, é indiscutível o papel econômico e social do setor da agricultura, silvicultura e pecuária, particularmente nas zonas rurais. Mesmo verificando uma tendência para a diminuição da atividade nesse setor, sobretudo por parte das camadas jovens da população, é geralmente reconhecida a sua importância para o emprego e subsistência de um grande número de famílias, apesar das condições bastante precárias da agricultura praticada em Cabo Verde. Além disso, a produção agrícola tem desempenhado um papel especial na estabilização dos preços em geral, e dos bens alimentares em particular (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Analisando a contribuição dos vários ramos de atividade no PIB, constata-se que ela é maior no comércio, serviços governamentais, direitos e taxas de importação, construção; portanto, no setor secundário, a construção é o único setor que representa uma parte

considerável e também no PIB; a agricultura representa uma parte muito pequena, e menor ainda é a contribuição da pecuária.

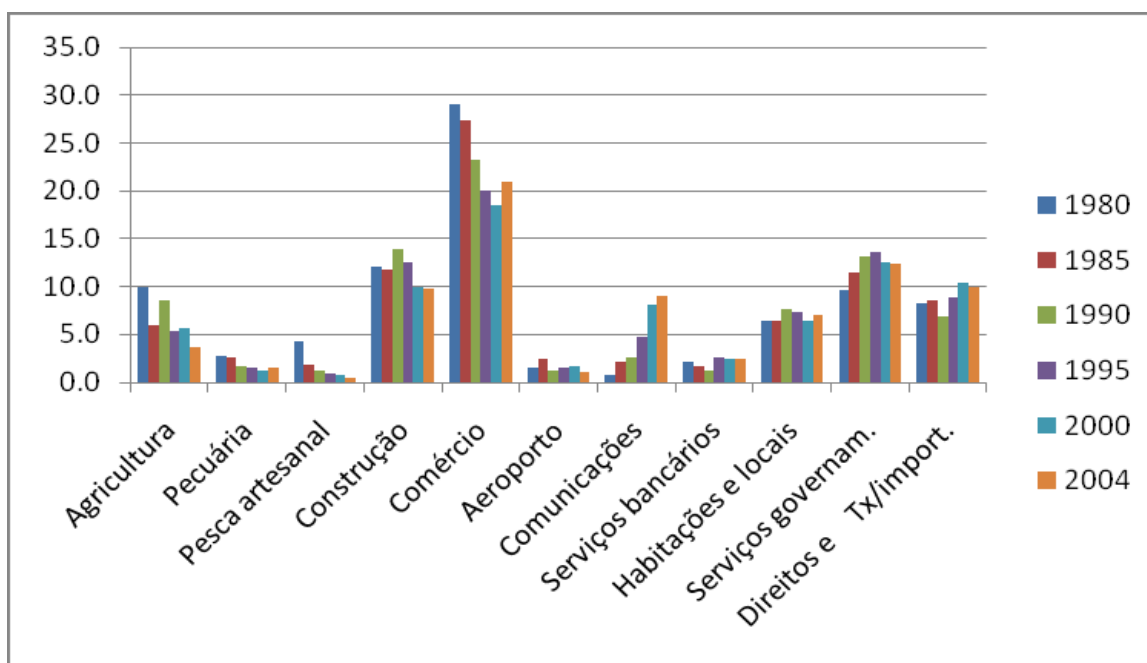


Gráfico 19 - Contribuição dos principais ramos de atividade (em %) para a formação do PIB, de 1980 a 2004

Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

Passados cerca de três décadas após a independência política do país, a estrutura do PIB atual não se distingue significativamente daquela que se conheceu durante toda a década de 1980, prevalecendo o setor de serviços, orientados essencialmente para o mercado interno, e um setor primário frágil, condicionado pela fraqueza dos recursos naturais (terra arável, água, recursos florestais e minerais): Apesar disso, o PIB real cresceu, houve progressos visíveis em matéria de exportações, tais como confecções e calçados, e melhoria das condições de vida da população; tudo isso, conseqüência das reformas estruturais implementadas, tendentes ao desenvolvimento do setor privado, ao investimento externo e às exportações (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A contribuição da indústria transformadora continua bastante modesta no panorama econômico Cabo-verdiano em termos de peso no PIB (7% em 2004, 8% em 2005 e 7,5% em 2006) e de exportação. É constituída essencialmente por produtos orientados, quase todos, para o reduzido mercado interno. A atividade industrial, porém, conheceu algum desenvolvimento nos últimos cinco anos, com a implantação de investimentos privados,

particularmente no domínio de indústrias francas e de produção voltada para a exportação. No entanto, o setor debate-se com o problema de competitividade, devido, sobretudo, aos custos de fatores relativamente elevados (CABO VERDE, 2007).

A estrutura do PIB apresentou algumas mudanças ao longo do tempo: o setor primário perde sucessivamente peso relativo, passando de 10% em 1995 para 7% em 2004; o setor secundário que vinha ganhando algum terreno atingiu o seu máximo histórico em 1996, de cerca de 31%, diminuindo em 2004 para 26%; o setor terciário que se mantém predominante (nomeadamente através dos subsectores do comércio, dos transportes, serviços governamentais, direitos e taxas sobre importações), passou de cerca de 58% em 1995 para 62% em 2004 (BCV, 2004).

Para a formação do PIB na ótica da oferta, o setor primário (agricultura, silvicultura, pecuária e pesca), contribui em 2004 com cerca de 7%, o setor secundário, com cerca de 26% e o terciário, com 60% aproximadamente; a agricultura registrou em 2000 uma redução, em termos nominais, da ordem dos 8% face ao ano transato atribuído ao fato de o ano anterior ter sido, em termos de produção agrícola, excepcional; no setor secundário, a construção civil, conservas de peixe e carpintaria são as mais expressivas, mas com uma contribuição ainda muito baixa no produto, com a exceção da construção; no setor dos serviços, o destaque vai para o comércio, transportes, administração pública, com total domínio dos serviços (BCV, 2007).

O setor do comércio, serviços governamentais e direitos/taxas de importação foram os que mais contribuíram para o crescimento; em 2004, a contribuição do comércio foi de cerca de 21%, os serviços governamentais 12%. Esse cenário, portanto, pode ser considerado como um sinal da boa dinâmica do setor privado na economia do país, que caso venha a acontecer, permite reduzir a taxa de esforço do setor público em termos relativos, para o crescimento dessas áreas, possibilitando, assim, a canalização dos investimentos públicos para setores considerados prioritários, nomeadamente, os da esfera social, as infraestruturas e o setor energético, que podem servir de suporte ao desenvolvimento do setor privado (BCV, 2004).

O turismo apesar de ser considerado o setor de oportunidade de desenvolvimento e das evidentes vantagens que apresenta, a contribuição para o PIB pelo menos até 2000 é baixo, por causa da persistência de alguns fatores negativos que precisam ser eliminados. A abertura da economia ao investimento externo permitiu que o setor ganhasse alguma dinâmica, sobretudo nos últimos anos, evidenciando uma grande dinâmica de evolução a partir de 2001, 2002 quando contribui com cerca de 10% do PIB, para em 2008 atingir cerca de 19%.

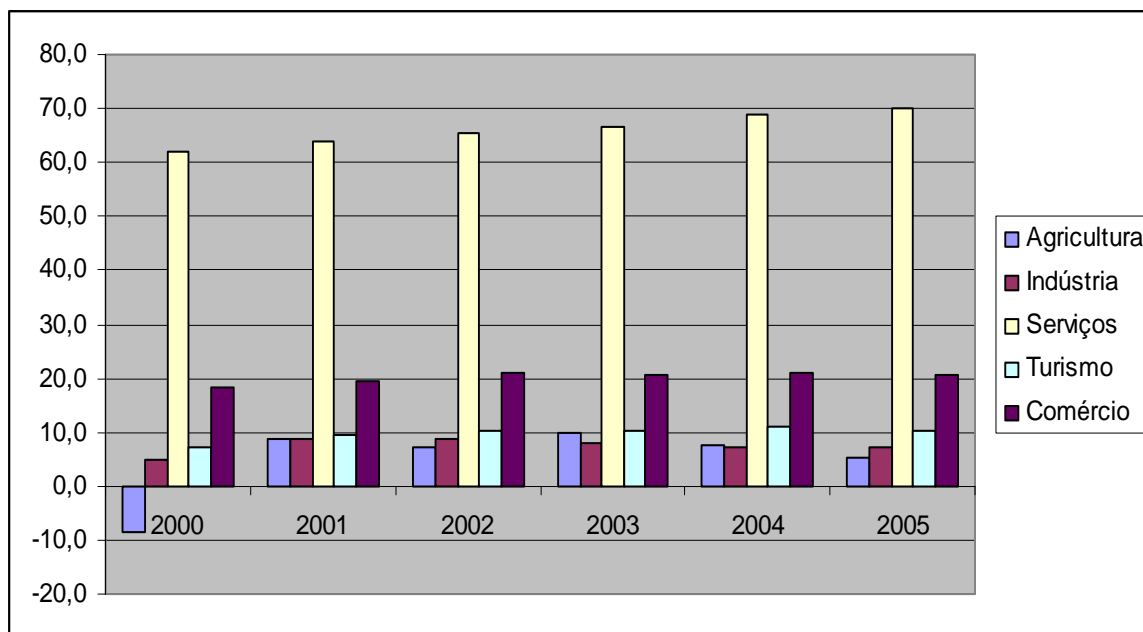


Gráfico 20 - Evolução do PIB pela ótica da oferta (em %), 2009

Fonte: Autor, baseado no BCV (2009).

Considerando a composição do produto na ótica da despesa, verifica-se que, ao longo do tempo, a participação do consumo foi sempre muito elevada, chegando mesmo seu valor corresponder a mais de 100% do PIB; o consumo privado corresponde a 80% do consumo total e o consumo público aos restantes 20%; todavia, verificou-se nos últimos anos uma diminuição relativa do consumo público no consumo total, já que, no ano 2000, aquele correspondia a 40% do produto interno, ao passo que o consumo privado correspondia a 65% do PIB (BCV, 2000).

Em relação ao investimento, a sua participação no produto apesar de ser menor, se comparado com o consumo e as importações, é também elevado; em 2000, o investimento contribui com cerca 30% do PIB e em 2004 com cerca de 40%, e tem vindo a aumentar ao longo dos anos; constata-se, ainda, que a maioria do investimento é público e concentra-se na área de infraestruturas; o investimento privado, também em crescimento, é aplicado preferencialmente no setor do turismo (BCV, 2004).

Em relação às exportações, representam uma média de cerca de 30% no PIB depois de 2000; já as importações representam uma parte muito maior do PIB, com cerca de 65%.

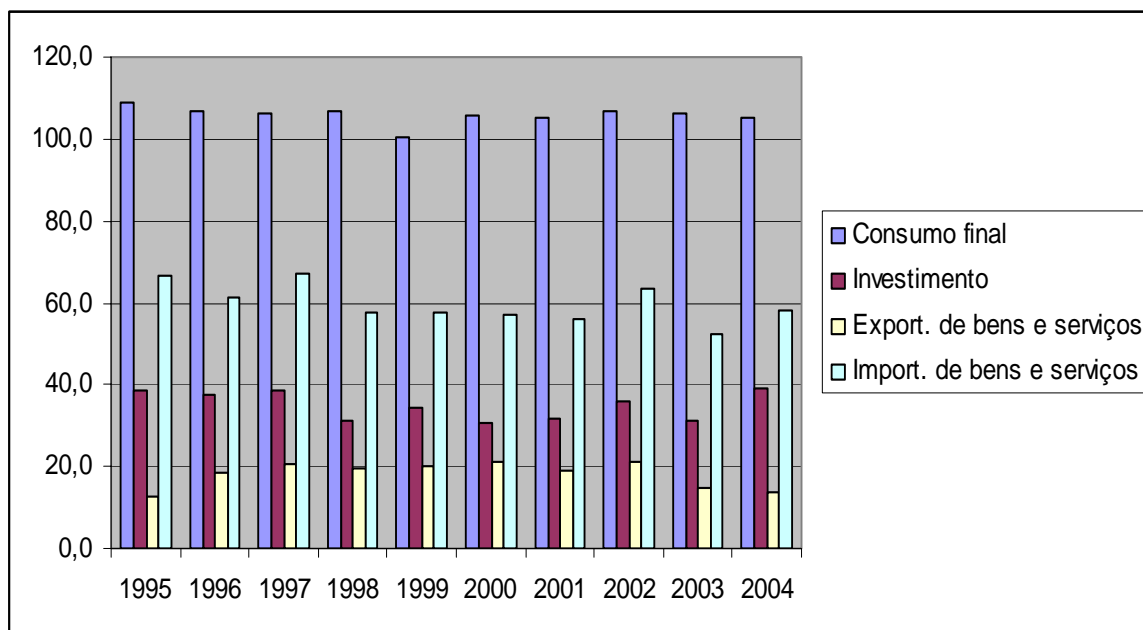


Gráfico 21 - Evolução da composição do PIB (em %) pela ótica dos gastos, de 1995 a 2004
 Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

Houve uma evolução favorável da economia real nos últimos anos, sustentada fundamentalmente pela dinâmica do investimento privado, impulsionado pela captação de investimento direto estrangeiro; o crescimento do investimento privado resultou essencialmente de aumentos da formação bruta de capital fixo (FBCF) em construção e em bens de equipamento; o setor da construção é o que mais tem crescido, a uma média anual de quase 50%, enquanto que o de equipamentos com cerca de 30%; em 2007, o investimento cresceu a uma taxa de 20%, o que corresponde a mais quatro pontos percentuais dos valores alcançados em 2006 (BCV, 2007).

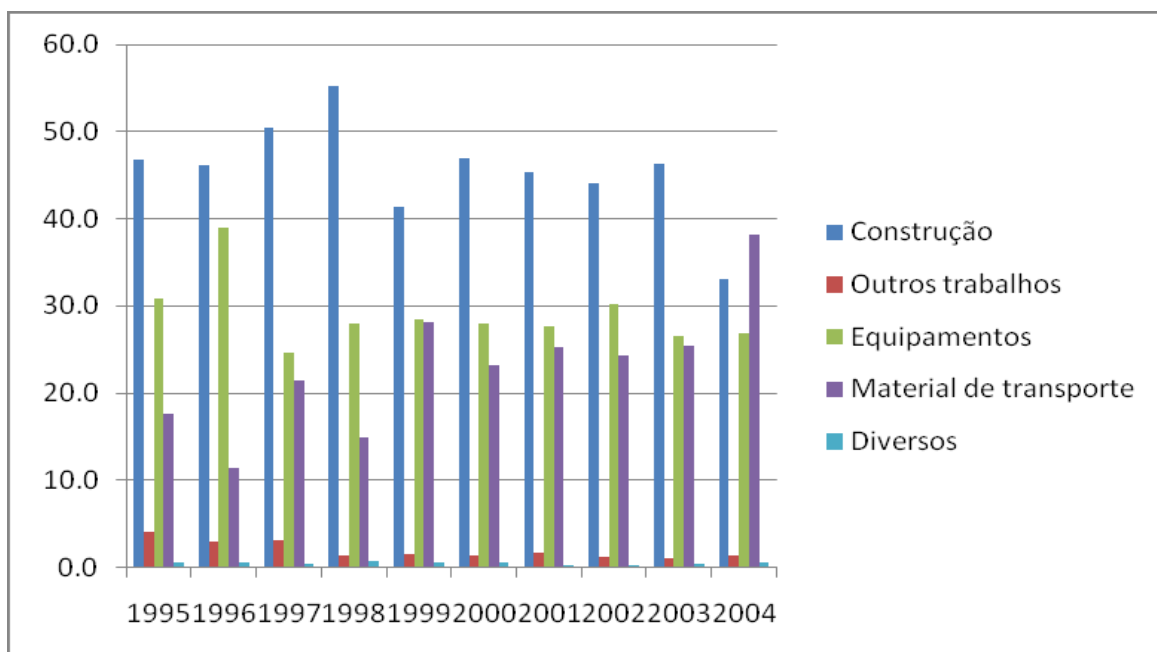


Gráfico 22 - Participação e evolução de alguns ramos (em %) no total dos investimentos, de 1995 a 2004

Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

Estes resultados sustentam-se na evolução de um conjunto de indicadores, tais como importações de materiais de construção, de bens de equipamento e material de transporte, bem como das vendas de cimento; igualmente, a evolução de alguns indicadores, como os subsectores da habitação e construção de edifícios não residenciais, o que revela uma tendência em geral de aumento e justifica o crescimento previsto de investimento privado (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Apesar disso, o potencial produtivo do país, mesmo que levando em conta os esforços empreendidos, é ainda muito fraco. A economia de Cabo Verde sustenta-se em uma forte dependência da importação dos bens de consumo e de produção. A taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens é muito fraca: 2,4% em 1994, 4,5% em 1998, 4,3% em 1999 e 4,6% em 2000 (INE, 2000).

A balança de bens, tradicionalmente, é muito deficitária. As importações ultrapassam de longe as exportações, ao passo que a balança de serviços tem vindo a apresentar saldos positivos e crescentes (6% em 2005), devido essencialmente aos proveitos líquidos do setor do turismo, incluindo os de transportes (BCV, 2007).

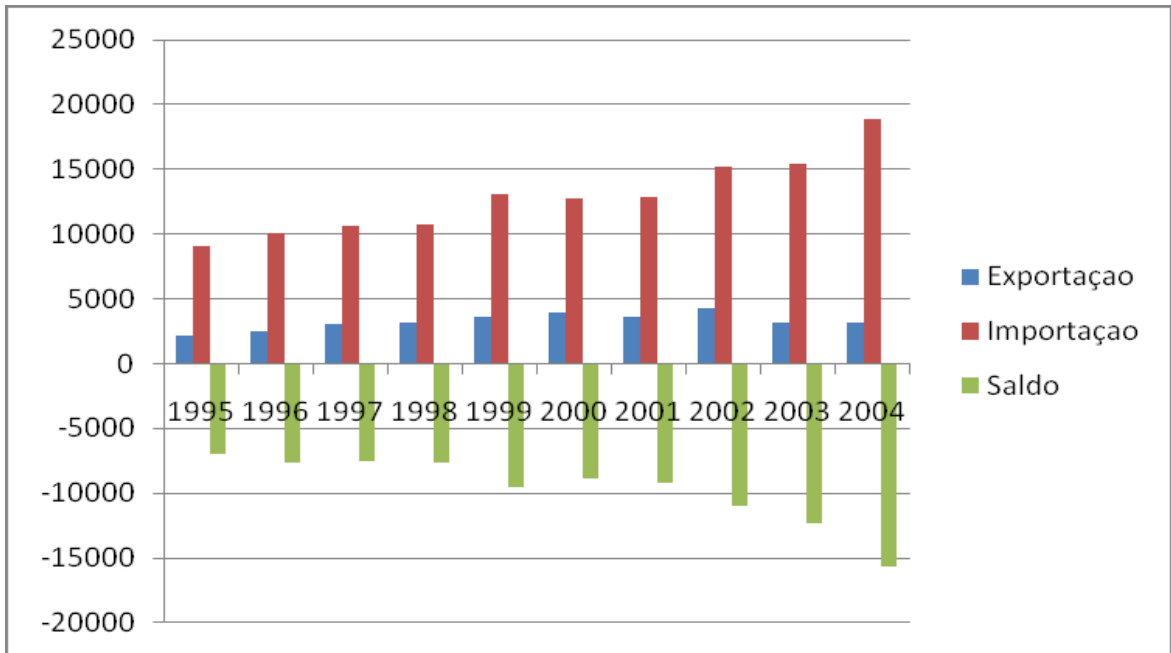


Gráfico 23 - Evolução das importações, exportações e do saldo (em milhares de CVE), de 1995 a 2004

Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

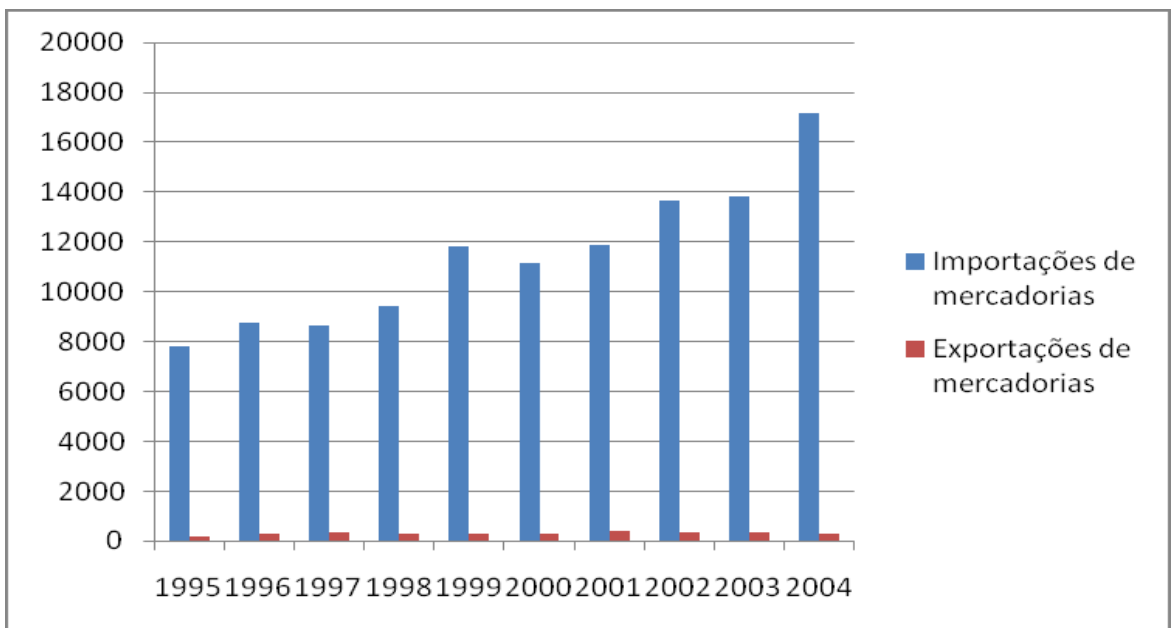


Gráfico 24 - Relação importação / exportação de mercadorias (em milhares de CVE), de 1995 a 2004

Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

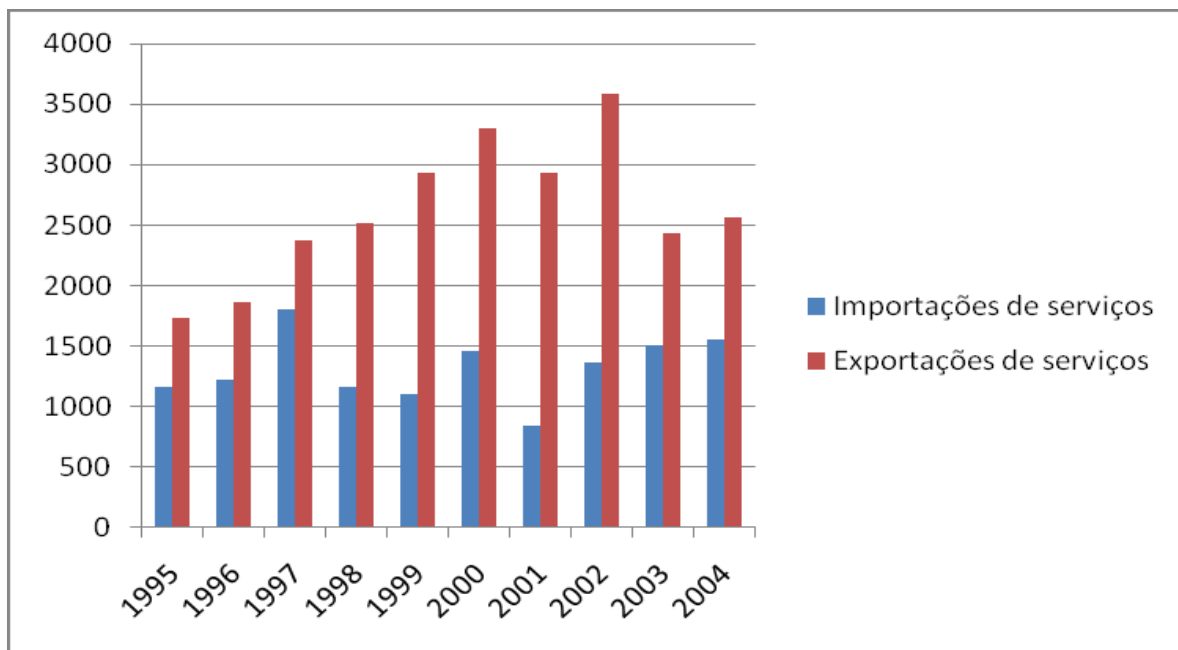


Gráfico 25 - Relação importação / exportação de serviços (em milhares de CVE), de 1995 a 2004

Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

A importação é o principal suporte do comércio interno e o maior componente do comércio externo. As importações de bens, em 2005, representavam cerca de 42% do PIB, enquanto que a exportação é o menor componente do comércio externo. As exportações de bens cobrem apenas cerca de 4% das importações; atualmente, as exportações está fortemente concentrada em torno dos serviços, principalmente as relacionadas ao turismo. De 2001 a 2005, as exportações de serviços conheceram um grande crescimento, com destaque para as exportações de serviços ligados aos transportes aéreos e às viagens ligadas ao turismo (CABO VERDE, 2007).

Quanto às exportações de bens, a sua estrutura é dominada pelas reexportações. As mercadorias mais exportadas são os que resultam da indústria de conserva, confecção e os calçados, peixe e a lagosta (CABO VERDE, 2007).

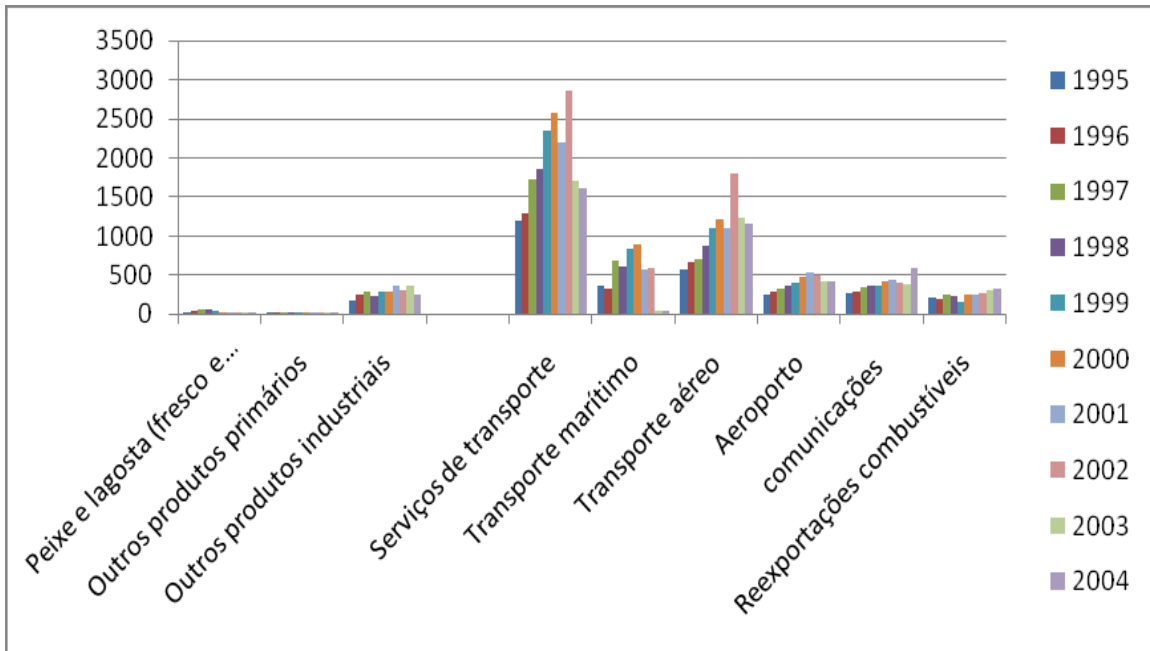


Gráfico 26 - Principais itens de exportação (em milhares de CVE), de 1995 a 2004
 Fonte: Autor, baseado no INE (2009).

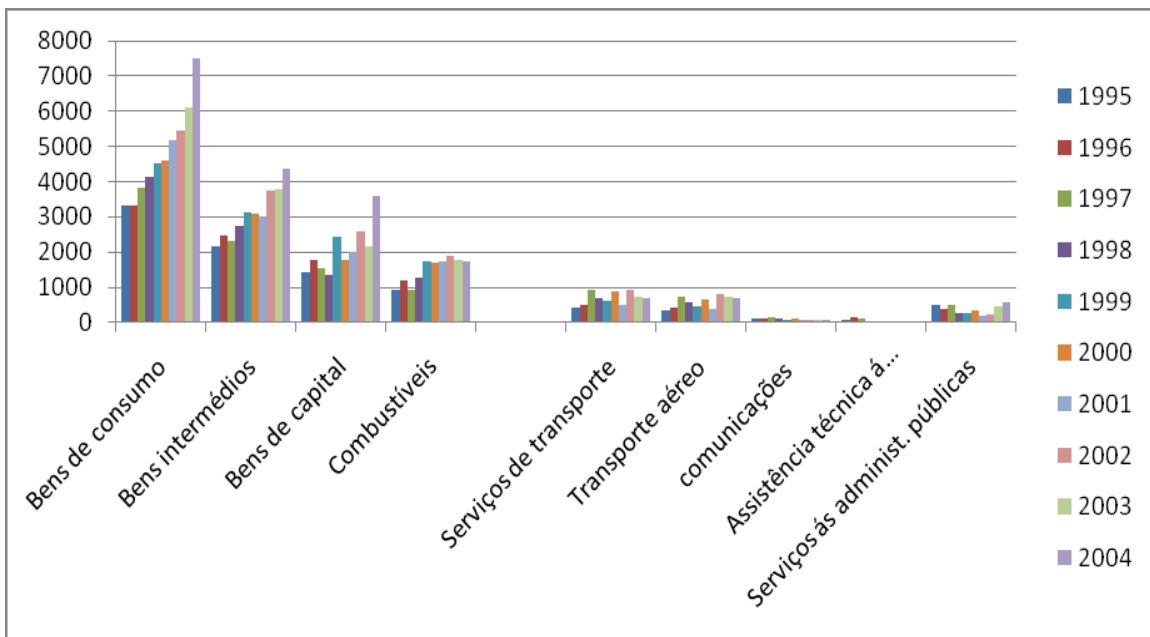


Gráfico 27 - Principais itens de importação (em milhares de CVE), de 1995 a 2004
 Fonte: Autor, baseado no INE (2009)

Outra característica da economia Cabo-verdiana é o elevado grau de abertura, que reflete o peso que o comércio externo tem no seu PIB. O comércio externo (em bens e serviços) de Cabo Verde representa cerca de 82% da produção interna. Esta abertura, contudo, deve-se à sua elevada dependência do abastecimento externo; as importações de bens e

serviços representam mais de metade do produto (57 %); os alimentos pesam 35% nessas importações, e os bens de capital 52% (BCV, 2007).

Uma vez que o grau de abertura de uma economia leva em conta as exportações e as importações, no caso de Cabo Verde, um aumento deste, pode dever-se quase exclusivamente, a um aumento das importações; o grau de abertura da economia Cabo-verdiana em percentagem do PIB tem atingido uma média de mais de 90% (BCV, 2007).

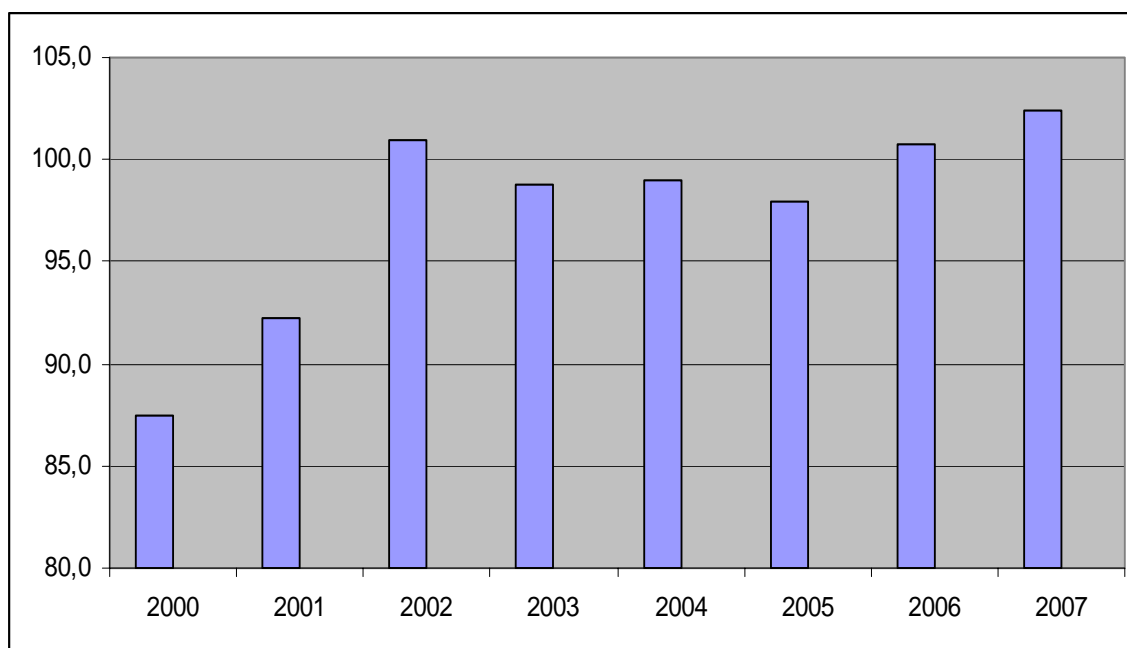


Gráfico 28 - Grau de abertura (em % do PIB) da economia de Cabo Verde, de 2000 a 2007
Fonte: Autor, baseado no BCV (2007).

4.2 ESTRUTURAS DO EMPREGO / OCUPAÇÃO

Para um melhor entendimento da situação do emprego em Cabo Verde, é importante levar em conta o tipo de produção de bens e serviços. Ao longo do tempo, principalmente durante os últimos quinze anos, houve mudanças significativas na estrutura da economia Cabo-verdiana, com um total predomínio dos serviços e a estagnação do setor primário. Verificaram-se, também, alterações na distribuição da população ativa entre os setores que não acompanharam as alterações na estrutura do PIB, porque o capital humano (educação,

formação e experiência profissional) não se tem desenvolvido e adaptado às alterações estruturais (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Pelos dados apurados, o número de indivíduos empregados em 2005 era de 125.745, dos quais 66.522 (52,9%) eram homens e 59.233 (47,1%) eram mulheres; a taxa bruta de ocupação nesse período foi de 30,8%, atingindo valores mais elevados entre os homens (34,5%) do que entre as mulheres (27,9%) (INE, 2007).

Do total da população empregada nesse período com 15 anos ou mais, cerca de 15,8% eram analfabetos; entre os homens, os analfabetos constituíam 10,6% e entre as mulheres a percentagem de analfabetos era praticamente o dobro da registrada entre os homens, ou seja, 21,7% (INE, 2007).

Na faixa etária dos 15-24 anos e dos 25-34 anos, em 2005, a percentagem de analfabetos era de 2,3% e 4,9%, respectivamente; no entanto, na faixa dos 45-64 anos e 65 anos ou mais, os valores registrados são muito elevados, 46,4% e 55,9% respectivamente.

Ainda no que concerne à faixa etária, durante esse período, a maior parte da população empregada tinha de 15-24 anos (24,5%), 25-34 anos (24,4%) e 35-44 anos (25%) que, no seu conjunto, perfazem cerca de 74% da população empregada; o percentual de homens empregados continua sendo superior ao das mulheres empregadas, exceto nas faixas etárias de 35-44 anos e 45-54 anos, em que a percentagem das mulheres empregadas era de 26,4% contra 23,8%, e 19,2% contra 14%, respectivamente (INE, 2007).

Em relação ao nível de instrução, durante esse período, cerca de 49,3% da população empregada apresentavam como nível de instrução máximo o ensino básico integrado (EBI), cerca de 23,7%, o secundário, e apenas 3,9% eram detentores de formação superior (INE, 2007)..

No que se refere á estrutura do emprego nos diversos setores de atividade econômica, em 2005, 30% trabalhavam no setor primário; no setor secundário 16%, sendo 7% na indústria transformadora e 9% na construção; os restantes 54% são trabalhadores do setor terciário; o comércio empregava 16% dos ativos e a administração pública 11%; em seguida os transportes e comunicações (5%) e os serviços prestados ás famílias (4%); os serviços de hotelaria e restauração, apesar do seu crescimento recente, empregavam apenas 3% da população ativa (INE, 2007).

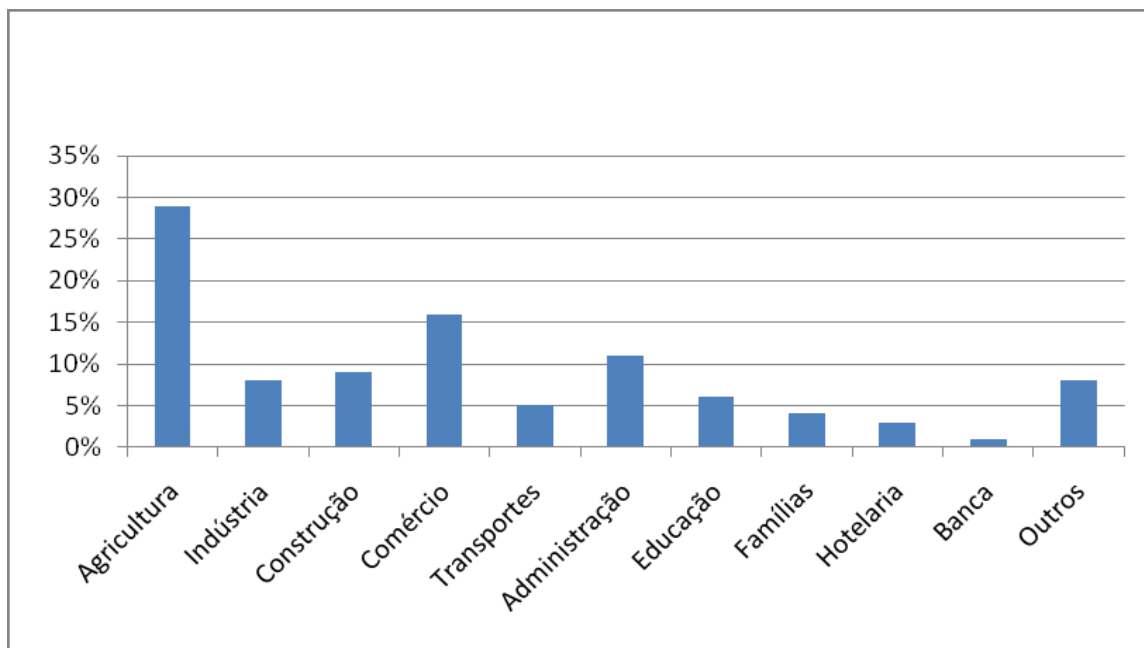


Gráfico 29 - Emprego por setor de atividade (em %), em 2005

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2007).

Em relação ao desemprego, em 2005, atingiu 45,6% do sexo masculino e 54,4% do sexo feminino; a taxa de desemprego em nível nacional é de 24,4%, sendo de 21,8% para o sexo masculino e de 27,2% para o sexo feminino (INE, 2007).

Existe uma clara tendência de diminuir a taxa de população desempregada à medida que aumenta a idade. A faixa etária dos 15-24 anos concentra mais de metade da população desempregada Cabo-verdiana; nessa faixa etária, a taxa de desemprego é de 41% e, por oposição, na faixa dos 65 anos ou mais é de apenas 3,6%; existe uma grande concentração de população desempregada nas camadas mais jovens, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino (INE, 2007).

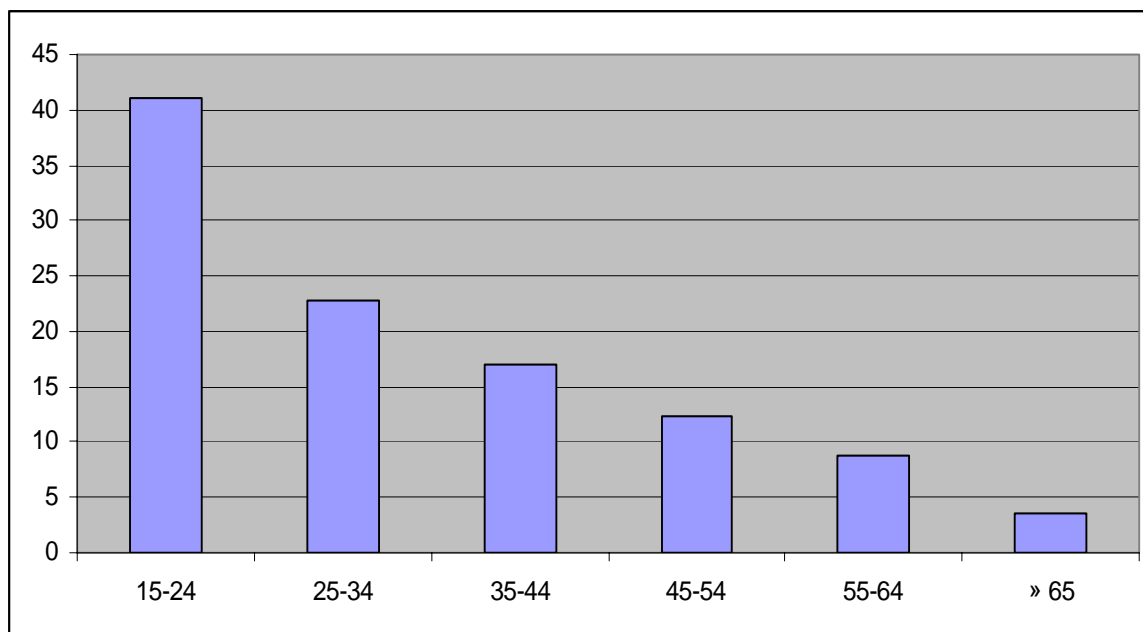


Gráfico 30 - Taxa de desemprego por faixa etária, em 2005

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2003).

Em 2005, os indivíduos com curso médio ou superior apresentaram uma taxa de desemprego de 13%, um terço dos que possuem o ensino secundário estavam desempregados, e a população com um nível de instrução inferior registrava uma taxa de desemprego de 23%. No que se refere a gênero, a taxa de atividade masculina ultrapassa 70%, e é de 58% entre as mulheres; contrariamente, o desemprego penaliza mais fortemente o sexo feminino (27%) do que o masculino (22%). Fazendo uma análise da população desempregada, mas que já havia trabalhado antes, verifica-se que a maior parte trabalhava no setor da construção (21,4%), seguido da agricultura e da pesca (11,5%), e do comércio (9,6%) (INE, 2005).

Para fazer face à situação de desemprego, uma das soluções encontradas pelo governo tem sido a garantia de rendimentos mínimos, através de frentes que ocupam alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), como sejam obras públicas, na conservação de recursos hídricos e dos solos, ou a construção e pavimentação de estradas; são empregos temporários que duram entre 3 a 8 meses, em função da situação na agricultura, e são de baixa remuneração (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

As atividades das FAIMO têm desempenhado um papel importante na luta contra a pobreza, constituindo-se em um instrumento para manutenção do nível de emprego, sobretudo em épocas de crise. Essa frente foi adotada depois da independência, para responder às situações crônicas de insegurança alimentar que vinham afetando o meio rural; o número de trabalhadores ocupados nas FAIMO tem sido expressivo, variando em função das

características das campanhas agrícolas; na década de 90, atingiu cerca de 10 a 15% da mão-de-obra ativa. Apesar da tendência de redução, a taxa de desemprego continua ainda elevada, constituindo uma preocupação das autoridades que estabeleceram 23% como meta (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

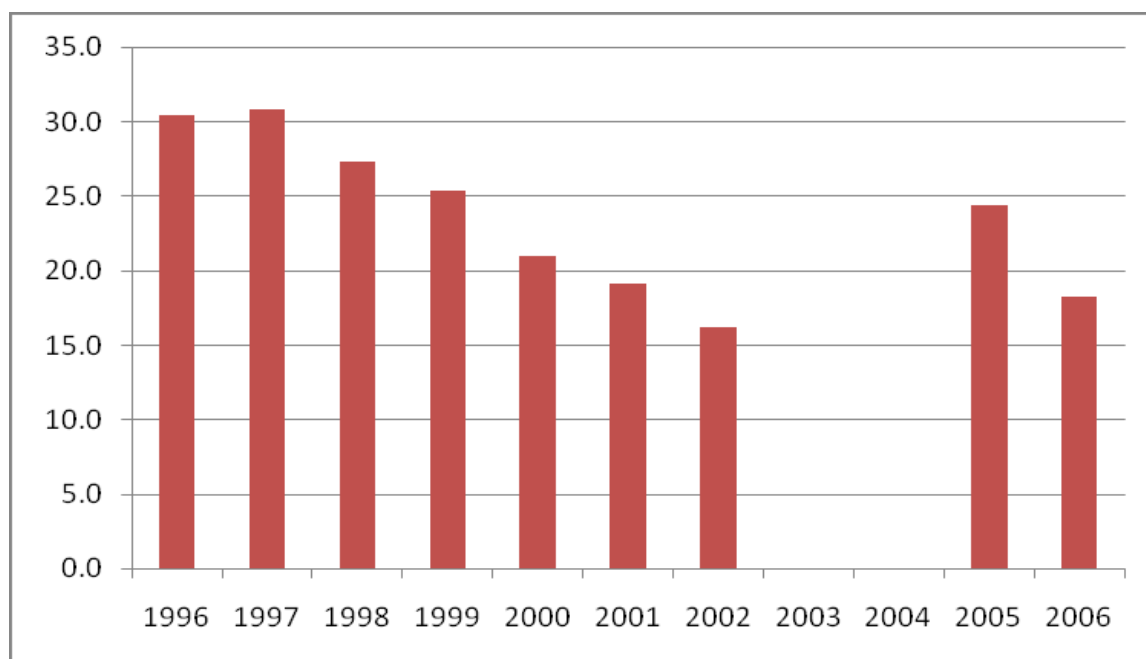


Gráfico 31 - Evolução da taxa de desemprego, de 1996 a 2006

Obs: 2003, 2004 sem dados.

Fonte: Autor, baseado no BCV (2007).

4.3 CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS SECTORES DA ECONOMIA DE CABO VERDE

Aqui se caracteriza alguns dos principais setores da economia Cabo-verdiana, tais como a agricultura, a indústria, os serviços (turismo, comércio e setor financeiro). Portanto, nota-se que apesar de serem setores importantes e estratégicos para o desenvolvimento do país, apresentam ainda diversos obstáculos que os impedem de ter uma participação maior no produto.

4.3.1 A agricultura

A agricultura em Cabo Verde caracteriza-se por ser uma atividade atrasada, distribuída em pequenas unidades familiares fechadas, de cunho tradicional e pouco organizadas. A superfície média das explorações não ultrapassam os 1,5 hectares e somente 10% da superfície total é arável, com uma distribuição desigual entre as ilhas; as superfícies cultivadas variam de 20% em Santiago, 15% no Fogo e 8% em Santo Antão; mais de 90% da área cultivada encontra-se nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e Brava. Predominam as formas de exploração indireta, arrendamento e parceria, e há um número expressivo de camponeses sem terra (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

A banana, com produção, em 2003, de 7000 toneladas, representando cerca de 8% da produção agrícola total, utiliza apenas 0,12% da área cultivada. O feijão e o milho, cultivados majoritariamente para o autoconsumo, ocupam cerca de 97% da área cultivada, representando apenas cerca de 28% da produção agrícola; a cana sacarina, ocupando apenas 1,3% da área cultivada, é responsável por 61% da produção agrícola total (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

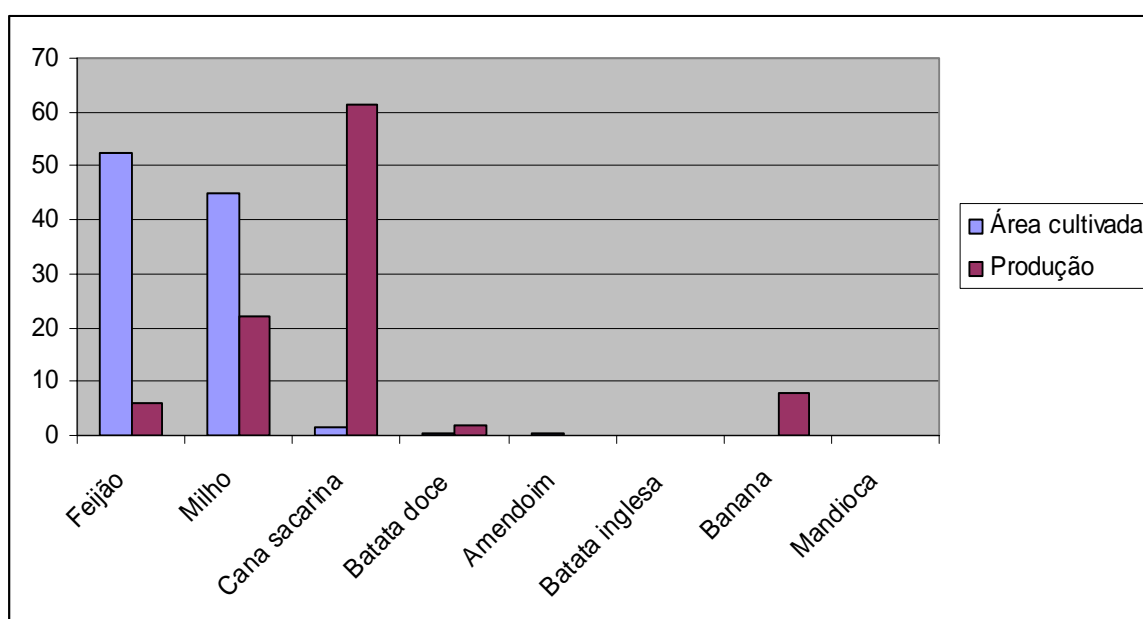


Gráfico 32 - Principais produtos agrícolas e suas respectivas áreas (em %), 2003

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2003).

O clima de Cabo Verde é do tipo tropical seco³⁶, com precipitações fracas e irregulares, de uma intensidade que pode variar entre o muito fraca, ou quase nula, e o muito forte. As precipitações são mal distribuídas no espaço e no tempo, por vezes torrenciais, em que apenas uma pequena percentagem se infiltra nos aquífero subterrâneos, perdendo-se a maior parte por escoamento superficial ou evaporação (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Os solos são na sua maioria (cerca de 80%) de origem vulcânica e pouco evoluída, encontrando-se os solos mais férteis no fundo dos vales, com grande capacidade agrícola. Apenas cerca de 10% dos solos são potencialmente aráveis, 95% deles são utilizados em culturas de sequeiro, dada à escassez de água, que dificilmente consegue satisfazer as necessidades dos 5% restantes. A gestão dos recursos hídricos, é um dos fatores críticos de sucesso do seu desenvolvimento (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Ainda segundo a mesma fonte, esses fatores, juntamente com o acesso limitado ao mercado de produtos agrícolas e ao crédito, à pequena dimensão das explorações agrícolas e ao fato de 70 a 85% das explorações agrícolas não assegurarem uma produção suficiente para satisfazer as necessidades de consumo, explicam, em boa parte, o fenómeno da pobreza rural; isto significa que a produção agrícola é incapaz de responder às necessidades do país, com as importações de produtos agrícolas, que satisfazem cerca de 90% do consumo, a crescer a um ritmo muito maior do que a produção interna.

Assim, se percebe o quanto é difícil manter o equilíbrio ecológico natural. Os efeitos da pluviosidade, associados a períodos de seca longos e à ação do homem, têm contribuído fortemente para acentuar a constante degradação do equilíbrio ecológico, que exige, urgentemente, alguma ação de controle da atividade humana e regulação de alguns dos efeitos da ação da natureza. Esse controle vai desde a introdução de novas práticas agrícolas e de utilização dos solos rurais, a construção de barragens³⁷ que regulem o leito de cheia e funcione como reserva de água para satisfazer as necessidades nos períodos de seca, a reposição de solos nas zonas sujeitas à erosão e a construção de lagos artificial (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Dessa forma, a insegurança alimentar é um problema crónico e recorrente em Cabo Verde, atingindo, sobretudo, a população mais pobre. Na verdade, o país defronta-se com um

³⁶O clima de Cabo Verde é caracterizado por uma longa estação seca que vai de 8 a 10 meses e uma curta estação pluviosa.

³⁷Com a inauguração em Julho de 2006 da Barragem de Poilão (única barragem existente em Cabo Verde), que beneficia os Concelhos de Santa Cruz e de São Jorge dos Órgãos, na ilha de Santiago, o país inicia um novo ciclo na luta contra a seca e a desertificação.

déficit alimentar estrutural, e, como consequência, a produção agrícola de cereais (sobretudo milho) não garante mais do que 10 a 15% das necessidades alimentares (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Recorda-se que esta agricultura, que se desenvolve em condições bastante difíceis, devido, essencialmente, à escassez de recursos em água e em solo, e a práticas atrasadas de exploração, é ainda a principal base de sobrevivência das populações rurais. Assim sendo, Cabo Verde depende da cooperação internacional para o abastecimento de bens alimentares, tendo em vista, por um lado, contornar as dificuldades de importação associadas à escassez de divisas, e, por outro, assegurar um nível de rendimento mínimo às famílias mais pobres através do financiamento de pequenas atividades de interesse público (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Em Cabo Verde existem duas formas de exploração agrícola: a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada; uma parte significativa do cultivo de sequeiro é feita em terrenos impróprios; o grau de cobertura, apesar da intensificação das práticas de conservação dos solos e da água, ainda não atingiu os níveis desejados; as principais culturas são o milho, o feijão e a batata doce, que cobre 93% da superfície cultivada (CABO VERDE, 2007).

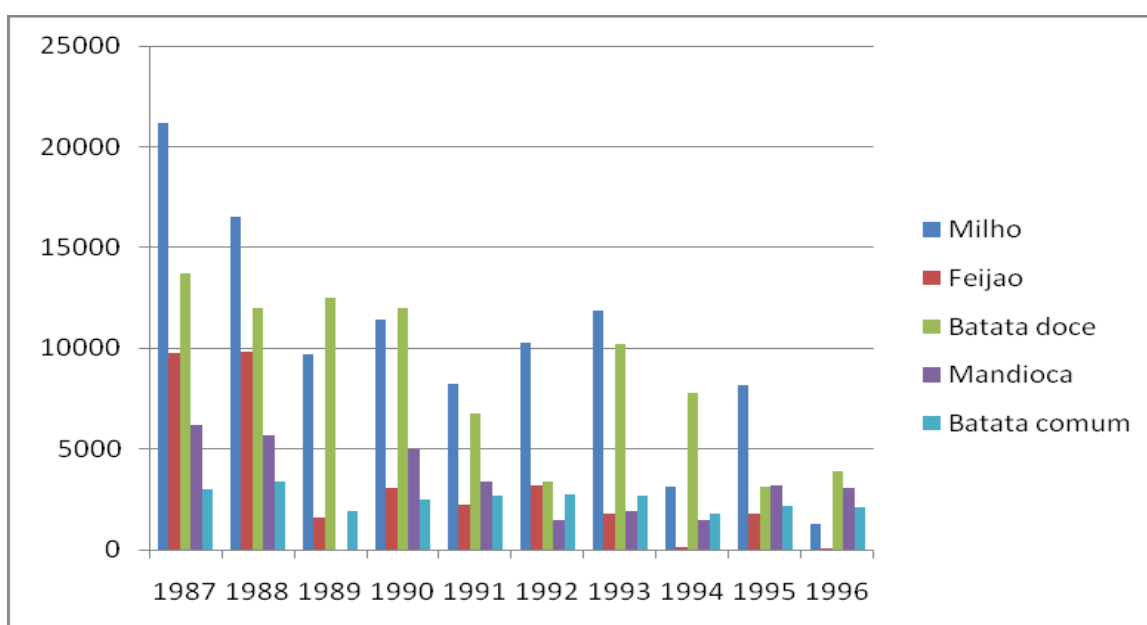


Gráfico 33 - Evolução das produções das principais culturas de sequeiro (em ton.), de 1987 a 1996

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2003).

A agricultura irrigada desenvolve-se espontaneamente; a implementação e divulgação de mais sistemas de irrigação e apoio aos agricultores é uma necessidade; sem essas ações, o resultado é um consumo excessivo de água e um rendimento baixo, na ausência de fertilizantes e de produtos fitossanitários. Metade da superfície irrigada é ocupada pela produção da cana sacarina e a outra metade pela produção de hortícolas e frutas; as culturas praticadas no regadio são produtos hortícolas, banana, tubérculos, cana de açúcar, cobrindo 7% da superfície cultivada.

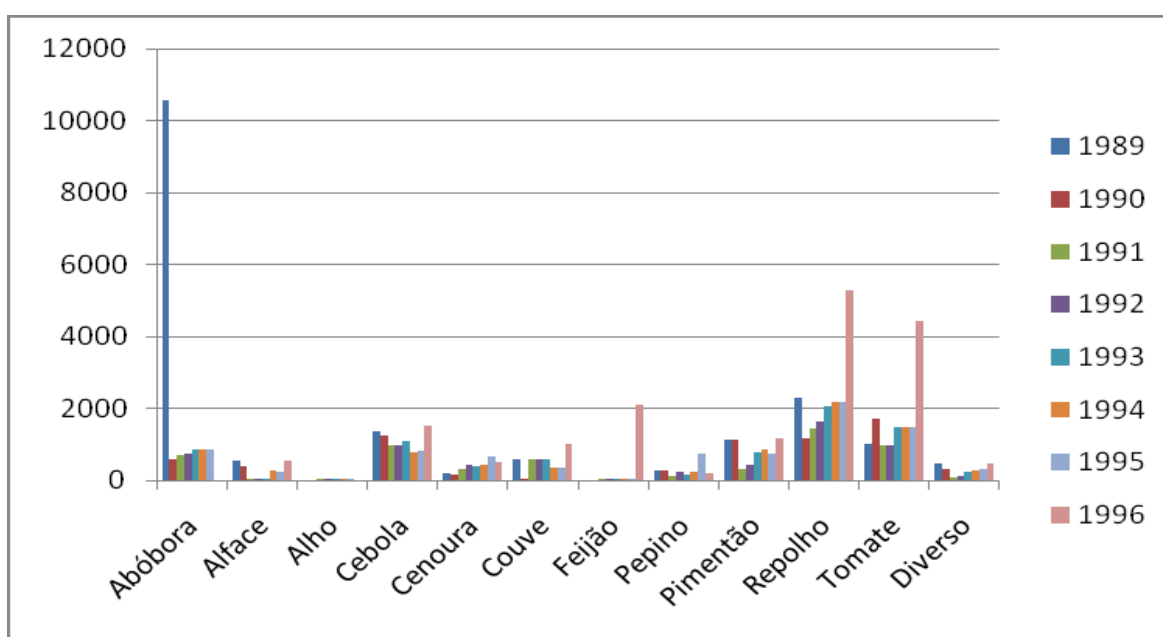


Gráfico 34 - Evolução da produção de legumes (em ton.), de 1989 a 1996

Fonte: Autor, baseado no Cabo Verde (2003).

A adoção de novos sistemas de irrigação, como o gota a gota, principalmente nas ilhas de Santiago e Maio, com aceitação crescente por parte dos agricultores com capacidade de investimento em novas práticas agrícolas, gerou um forte impacto na produção agrícola, principalmente na horticultura, pela redução das perdas de água e pelo aumento das áreas irrigadas. Ainda, a hidroponia, sistema de cultivo sem utilização de solo agrícola, com resultados positivos na ilha do Sal, é outra das novas técnicas agrícolas adotadas com resultados positivos muito animadores, justificando o investimento, não só pela rentabilidade em termos de produção agrícola, mas também pelo grande potencial de eliminação do déficit de aprovisionamento que ainda se verifica em algumas ilhas (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

4.3.2 A indústria

A atividade industrial Cabo-verdiana caracteriza-se, por um reduzido número de unidades, de pequena e média dimensão, existentes essencialmente nas ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal, em atividades como a construção naval, construção civil, artes gráficas, de transformação de pescado, alimentação, química, do calçado e têxtil, entre outras. De acordo com os dados da Direção Geral da Indústria de 1995, o potencial industrial encontrava-se assim distribuído: 107 unidades em Santiago, 52 unidades em S. Vicente e 12 unidades no Sal; essas unidades industriais compreendem, designadamente, a reparação naval, o calçado, confecções e moagem de trigo (estes preferencialmente em S. Vicente), refrigerantes, cervejas, tintas e produtos farmacêuticos (estes preferencialmente na Praia) (CABO VERDE, 2003).

É nas ilhas de Santiago e S. Vicente que se situam os dois principais pólos indústrias, mas o seu papel tem sido condicionado por um conjunto de fatores limitadores do seu desenvolvimento que vem justificar o seu fraco desempenho na economia Cabo-verdiana. Dentre esses fatores limitadores, destaque para o custo relativamente elevado da água, energia, mão-de-obra; a fraca qualificação da mão-de-obra; a dimensão reduzida do mercado interno; os reduzidos recursos financeiros (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

A política nacional de desenvolvimento industrial é orientada para a exportação. Um dos objetivos dessa política é estimular o desenvolvimento de uma indústria forte e de um setor empresarial, capaz de estimular o crescimento e criar as condições necessárias para sua modernização e competitividade (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Empresas devidamente registradas em Cabo Verde beneficiam-se de inúmeros incentivos, tais como isenção de direitos aduaneiros, de imposto de consumo e de emolumentos gerais na importação de materiais de construção, maquinaria, equipamentos, instrumentos e utensílios, material de transporte de carga, quando se destinam aos projetos industriais autorizados; mais ainda, as empresas industriais beneficiam-se de isenção de impostos diretos nos primeiros três anos de existência (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

É essa indústria tradicional, pouco evoluída, com pouca mecanização e com tecnologia antiga, de mão-de-obra intensiva, que constitui o setor industrial Cabo-verdiano; por outro lado, é a ela que se atribui alguma responsabilidade em termos de ambiente, pela utilização

intensiva de alguns poucos recursos existentes, de difícil reposição, com impactos ambientais negativos, nomeadamente, o caso da extração de inertes para a construção civil (britas e areias), nas praias e leitos fluviais, e da britagem de rochas, da extração de matérias primas, como o calcário, a argila e as pozolanas, do engarrafamento de águas subterrâneas e da ocupação dos solos (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

4.3.3 Os serviços

O setor dos serviços representa maior peso na estrutura setorial do PIB. Se, em 2000, essa contribuição foi de 62%, em 2001 era de 63,8%, em 2002 de 65,3% e em 2004 de 71,6%; estimativas do BCV e do FMI apontam que o turismo, os transportes, as telecomunicações, serviços financeiros e o comércio continuam a ser os setores com maior dinamismo em nível do crescimento da economia Cabo-verdiana; os serviços vêm sendo cada vez mais o setor com maior peso na estrutura da economia do país, com especial ênfase para o turismo e serviços afins e relevância para a captação do capital estrangeiro (BCV, 2005)).

4.3.4 O turismo

A estabilidade política, o empenho dos sucessivos governos na construção e consolidação da democracia e a situação geográfica favorável do arquipélago, beneficiando-se das influências climáticas da proximidade da África, e da equidistância à Europa e América do Sul, fazem de Cabo Verde um país com grande potencial para o investimento estrangeiro, principalmente na área do turismo e outras que possam promover ou apoiar seu desenvolvimento. Cabo Verde, consciente do enorme potencial turístico das suas ilhas, tem investido em projetos de infraestruturas básicas necessárias à captação do investimento externo e desenvolvimento do turismo, uma das prioridades do desenvolvimento da economia Cabo-verdiana (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

As diferentes constituições das ilhas permitem a existência de vários tipos de turismo, que variam tanto dentro da mesma ilha, em algumas ilhas, como de ilha para ilha, de acordo com as suas características e suportes de apoio aos vários tipos de turismo. Assim, é possível

praticar em Cabo Verde o turismo praiano principalmente nas ilhas do Sal, Boa vista e Maio, o turismo de natureza nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau, de montanhas, de circuitos, cultural, entre outros (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

Apesar de ser um país de turismo que se pretende de qualidade, Cabo Verde não tem ainda uma escola dedicada a essa atividade, que dê formação profissional adequada aos colaboradores, quadros e dirigentes da área do turismo; por outro lado, apesar de hoje se revelar como setor-chave do processo de crescimento e desenvolvimento nacional, o turismo em Cabo Verde não tem sido explorado na plenitude das suas potencialidades. Tem-se privilegiado unicamente o turismo praiano e náutico, enquanto subproduto do setor; as vertentes de negócio, histórico/culturais e ambiental/ecológico de descoberta e exploração da natureza têm sido preteridas em relação à vertente considerada tradicional, sol e praia (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Atualmente o setor é constituído por cerca de 3.563 empresas, entre as quais 150 unidades de alojamento; desses estabelecimentos hoteleiros, a ilha do Sal possui cerca de 23% da capacidade, Santiago 22%, S. Vicente 16% e S. Antão 13% (BCV, 2009).

4.3.5 O comércio

Tanto as exportações como as importações Cabo-verdianas têm conhecido um crescimento em termos reais significativos ao longo dos anos; por exemplo, em 2000, as exportações e as importações de bens e serviços registraram taxas reais de crescimento de 13,4% e 4,7% respectivamente; em 2006, registraram taxas reais de crescimento de 30% das exportações, resultado do forte crescimento das exportações de serviços (turismo e serviços aéreos principalmente) e 23% nas importações, resultado do forte crescimento do consumo público e do investimento; mas, em 2008, as exportações cresceram 1,9% (contra 12,2% em 2007) por causa da redução no ritmo de crescimento das exportações de serviços provocado pelo abrandamento da atividade económica mundial, e as importações cresceram apenas 1,5% (contra 12% em 2007) devido ao abrandamento da procura interna, particularmente do consumo das famílias e do investimento privado (BCV, 2008).

Os produtos exportados de origem pertencem majoritariamente a três categorias: produtos de pesca, vestuário e calçado; nos últimos cinco anos, essas três categorias de

produtos totalizaram 95% do total exportado; o principal produto exportado nestes anos foram os artigos de vestuário, que oscilaram entre 40% e 55% do valor total exportado (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Em relação às importações, a sua evolução resulta do comportamento da procura interna, em especial, o consumo das famílias e o investimento, considerados os mais dinâmicos; com efeito, em termos nominais e por categoria de bens, verifica-se um crescimento maior nas importações de bens de capital (71,5%), combustível (55,4%) e bens intermédios (18%) (BCV, 2006).

Em termos de mercado de destino das exportações, de referir a contínua supremacia da Zona Euro, que importa cerca de 79% dos produtos Cabo-verdianos, principalmente Portugal que continua a ser o principal mercado de destino, representando cerca de 80% das exportações totais do país; em 2005 Portugal comprou mais de metade (51,5%) dos produtos exportados pelo país; a seguir vem a Espanha, com 21% e os EUA com 12%; constata-se também, o peso crescente do Japão e do Marrocos, nesse período, com cerca de 7,4% e 7,3% respectivamente, do mercado das exportações de Cabo Verde; para os EUA, no entanto, as exportações nacionais reduziram-se grandemente, fato que poderá estar relacionado, em parte, às dificuldades de acesso dos produtos Cabo-verdianos ao exigente mercado americano (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

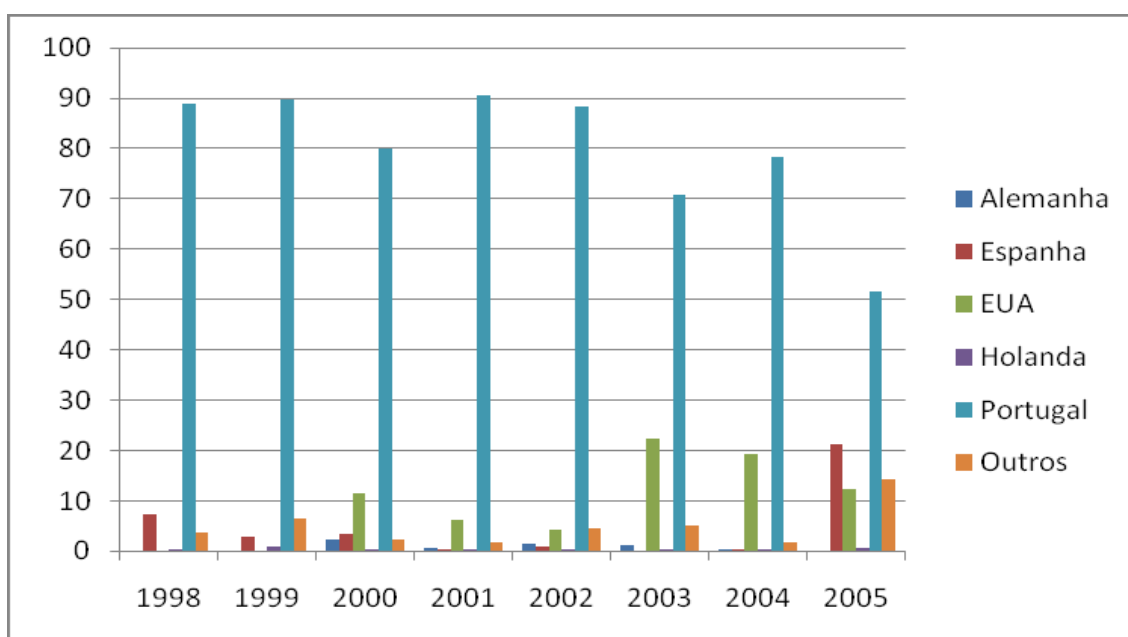


Gráfico 35 - Distribuição geográfica das exportações (em %), de 1998 a 2005

Fonte: Autor, baseado no Caixa Geral de Depósitos (2007).

No domínio do mercado das importações, Portugal continua a ser também o principal fornecedor de mercadorias a Cabo Verde, com 45% em 2005, seguindo dos Países Baixos (16,2%), o Brasil e Espanha (8%); verifica-se um peso pouco expressivo ou quase nulo de países como Suécia, R.Unido (BCV, 2005).

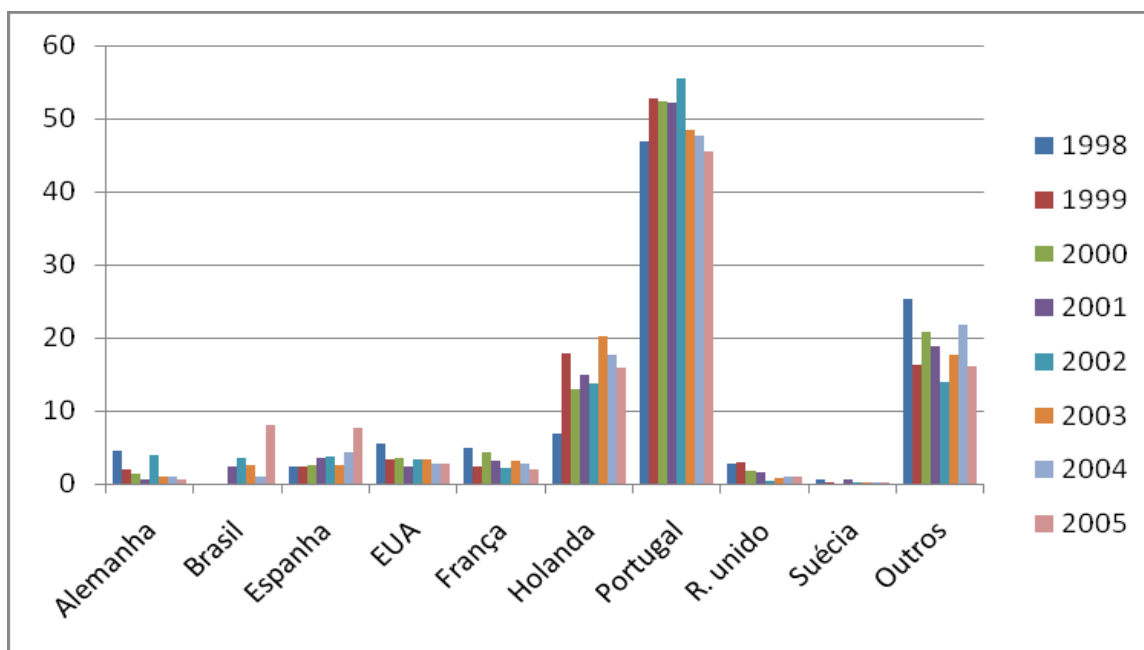


Gráfico 36 - Distribuição geográfica das importações (em %), de 1998 a 2005

Fonte: Autor, baseado no Caixa Geral de Depósitos (2007).

4.3.6 O setor financeiro

Até a independência nacional em 1975, o sistema bancário em Cabo Verde tinha a seguinte estrutura: Banco Nacional Ultramarino, com a natureza de banco emissor e comercial, com uma filial na Praia e outra em S. Vicente, e uma delegação na ilha do Sal; Caixa de Crédito de Cabo Verde, com a natureza de instituição especial de crédito do Estado; Caixa Económica Postal, com a natureza de instituição especial de crédito integrada organicamente ao então Serviços de Correios e Telecomunicações; Delegação do Mindelo do Banco de Fomento (BCV, 2009).

Em 1975, foi criado o Banco de Cabo Verde (BCV), com a natureza de banco central e comercial, com capital exclusivamente público; a partir de 1976, com a transferência dos

ativos e passivos dos Bancos Ultramarino e de Fomento, o BCV passou a ser a principal instituição bancária do país (BCV, 2009).

Segundo esta fonte, em finais de 2004, o sistema financeiro Cabo-verdiano comportava, além do Banco Central (BCV), quatro bancos comerciais com um total de 42 agências: Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA), cuja estrutura acionista é formada pelo Consórcio Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico (52,5%), Estado (10%), empresa seguradora Garantia (12,5%), trabalhadores (3,1%) e outros acionistas (21,9%); Caixa Económica de Cabo Verde SARL (CECV), com os seguintes acionistas: Instituto Nacional de Previdência Social (29,26%), Montepio Geral Associação Mutualista (17,55%), Montepio Geral Caixa Económica (9,77%), Correios (14,99%), empresa seguradora Impar (11,03%), privados Cabo-verdianos (7,6%), outros subscritores (7,02%) e trabalhadores (2,78%); Banco Cabo-verdiano de Negócios; o Banco Interatlântico tem como principais acionistas a Caixa Geral de Depósitos (70%) e privados Cabo-verdianos (30%).

Há ainda a referir a figura dos Escritórios de Representação que dependem da autorização do BCV, situados no país, com sede no estrangeiro. No momento, não existe no sistema financeiro Cabo-verdiano qualquer instituição especial de crédito que tem por objeto o exercício da atividade bancária restrita, nomeadamente as caixas económicas e as cooperativas de crédito (BCV, 2009).

No entanto, encontram-se efetivamente a exercer operações de Instituições Financeiras Internacionais três bancos: O Banco Insular, IFI, integralmente subscrito por um único acionista - a Insular Holding Limited; o Banco Fiduciário Internacional, essencialmente privado; o Banco Sul Atlântico, formado entre o Banco Africano de Investimento, a Sonangol Cabo Verde Sociedade de Investimentos e alguns privados singulares (BCV, 2009).

Em relação à atividade seguradora, neste momento, existe um quadro de mediadores de seguro que ascende a 89, todos certificados pelo Banco de Cabo Verde, dos quais se destacam três corretoras de seguro, privadas: a AGS - Assistência Global em Seguros, Lda, A PROTEGE – Corretora de Seguros, Ltda e VALOR – Serviços Financeiros e de Riscos, S.A.. Quanto ao mercado de valores mobiliários, foram criadas todas as condições jurídicas para a constituição da Bolsa de Valores - a Bolsa de Valores de Cabo Verde, SARL - integralmente subscrita e realizada pelo Estado que opera normalmente no mercado financeiro Cabo-verdiano (BCV, 2009).

No entanto, a política relativa ao sistema financeiro é um dos aspectos mais importantes da política geral do país, que ao Governo compete definir e executar. Neste aspecto, o Governo conta, para a realização dessa tarefa, com a colaboração do BCV, a quem

cabe executar a política por ele traçada; além disso, o enquadramento, a regulação e supervisão do sistema financeiro, envolvendo vários poderes (superintendência, supervisão, saneamento e disciplina) de intervenção na gestão das instituições financeiras estão a cargo do Banco de Cabo Verde. È, portanto, ao Banco de Cabo Verde que, no essencial, cabe a responsabilidade de supervisão das instituições financeiras (BCV, 2009).

4.4 ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ECONOMIA DE CABO VERDE

Desde a independência em 1975 que o país vem implementando programas de desenvolvimento nacional, primeiro, com total envolvimento do Estado na economia, em um sistema de partido único, e, depois, através de sucessivas reformas, visando inserir o país na economia de mercado, em um regime de democracia multipartidária. As reformas adotadas tiveram resultados positivos. Cabo Verde, hoje, é um Estado democrático com uma história de mais de uma década de democracia multipartidária, com vários eventos eleitorais realizados e transições pacíficas e uma efetiva participação da sociedade civil em atos de governo (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Os resultados conseguidos pelo país são satisfatórios, em virtude da forma como o país vem aproveitando os recursos, financeiros e técnicos, postos à sua disposição por parceiros internacionais; por outro lado, tais resultados são reflexos de um conjunto de ações públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos vários domínios econômicos, políticos, sociais, culturais, para a formação de uma classe média e de uma elite nacional que, por mais frágeis e escassos que sejam, ter sido uma importante vantagem de Cabo Verde (TOLENTINO, 2007).

À semelhança dos pequenos estados e territórios insulares, o sucesso de Cabo Verde desde a independência resulta, sobretudo, da conjugação de uma ajuda externa generosa e das remessas de divisas dos emigrantes; foi através de uma boa gestão destes, que Cabo Verde conseguiu melhorar a sua situação desde a independência, merecendo em 2005, elogios do Banco Mundial e da União Européia, que constataram avanços na redução da pobreza. Estes dois fatores, juntamente com a boa governação e os resultados das reformas econômicas, estão na base da história de sucesso de Cabo Verde. No entanto, dada à persistência de elevados índices de pobreza, não obstante as elevadas taxas de crescimento econômico e o fato de que a ajuda externa e as receitas dos emigrantes não estarem sob o controle do

governo, se questiona sobre a viabilidade e sustentabilidade deste sucesso (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

Graças à excelente performance da economia Cabo-verdiana, verificaram-se ganhos significativos, que permitiram combater, em parte, as limitações provocadas pelos constrangimentos característicos do país e a construção de uma das economias mais estáveis e bem-sucedidas da África subsaariana; para dar apenas um exemplo, o PIB *per capita* de Cabo Verde, era já, em 2002, de cerca de US\$1.400, uma média bem superior à da maioria dos países africanos. No espaço lusófono, por exemplo, correspondia a mais do dobro do PIB por habitante angolano, a sete vezes o da Guiné Bissau, a quase quatro vezes o de S. Tomé e Príncipe e a cinco vezes o de Moçambique (DN ONLINE, 2006).

Para um país que, na altura em que obteve a sua independência política em relação a Portugal, era considerado inviável pelas instituições financeiras internacionais, o percurso feito por Cabo Verde, a partir de 1975, é considerado notável pela generalidade dos observadores; basta reparar, por exemplo, que o PIB real *per capita*, que na data da independência era de US\$250, chegou a US\$2.100 em 2005. Esse forte crescimento do PIB real foi acompanhado de uma melhoria contínua e sensível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); este índice que exprime a situação do país em termos de esperança de vida, de rendimento e de educação passou de 0,587 em 1990 para 0,670 em 2002 e 0,736 em 2007; a esperança de vida é atualmente de 72 anos para as mulheres e 66 anos para os homens (CABO VERDE, 2003).

Em reconhecimento a esse forte desempenho e de credibilidade política, Cabo Verde foi aceito como parceiro especial da União Européia e convidado a aderir à OMC em 2007; também em 2008, o país passou a grupo dos PRD (o segundo em África subsaariana depois de Botsuana). Em pouco mais de três décadas, Cabo Verde evolui de um país por muitos considerado inviável no princípio para um país menos avançado, e, atualmente, para um país de desenvolvimento médio (IME, 2008).

Cabo Verde já alcançou alguns dos ODM. Avaliações feitas confirmam as melhorias contínuas de todos os indicadores sociais, sendo que em 2007 houve uma diminuição considerável da pobreza com relação a 2001, de 36,7% para 26,6% (INE, 2000).

A dinâmica da atividade econômica (principalmente entre 2000-2005) tem refletido numa melhoria significativa do mercado de trabalho, traduzida em uma taxa de desemprego de aproximadamente 17%. Atualmente, o desemprego é uma das maiores preocupações dos governantes por ter atingido taxas muito altas, chegando a 25% da população ativa em 2005 e a cerca de 20% em 2006 (BCV, 2005).

O forte crescimento econômico registrado em Cabo Verde na última década foi também acompanhado por um aumento da desigualdade na distribuição do rendimento, como bem expressa a evolução do Índice de Gini entre 1988-1989 e 2001-2002, quando aumentou de 0,43 para 0,57. A excessiva concentração de riqueza está ainda ilustrada no fato de 10% da população mais pobre ter apenas 1% do rendimento, e os 10% dos agregados com maiores despesas *per capita* tem um nível de despesas 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres; e as despesas dos 20% mais ricos é 5 vezes superior às despesas dos 20% mais pobres. Isso faz de Cabo Verde um país muito desigual quando comparado a outros países com o mesmo nível de rendimento (INE, 2004).

A tendência de redução da pobreza absoluta mostra que, caso o PIB continue a crescer aos níveis da década passada, a incidência da pobreza absoluta tende a reduzir-se para metade do valor verificado em 1988-1989, tal como estipulado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A situação de pobreza continua significativa e decorre essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de geração de emprego, rendimentos e bem-estar às populações (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

A política orçamental tem sido coerente com a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade da dívida. Em 2000 o déficit global foi de 9,9% e em 2005 de apenas 3,1%, refletindo, em parte, o bom comportamento das receitas, principalmente as fiscais, e a uma diminuição das despesas (BCV, 2005).

No final de 2007, se conseguiu atingir as metas em termos de receitas e despesas, havendo redução significativa da dívida pública; as reservas oficiais têm aumentado ao longo dos anos, e têm-se verificado progressos de ordem estrutural, especialmente as reformas relacionadas à gestão financeira pública, ao sistema fiscal, ao setor financeiro e ao setor de energia (BCV, 2008).

No âmbito do acordo assinado com o FMI, prevê-se para o final de 2009 uma redução da proporção do estoque da dívida pública em percentagem do PIB para cerca de 70%; em 2008, este indicador atingiu o valor de 69% do PIB, uma evolução satisfatória que revela o cumprimento antecipado da meta fixada; relativamente à dívida externa, apesar de se situar em cerca de 55% do PIB no período 2000-2005, é considerada pelo governo de Cabo Verde como sustentável (BCV, 2008).

De acordo com um estudo recente do FMI e do Banco Mundial, quanto à análise da sustentabilidade da dívida, revela que Cabo Verde continua a registrar um baixo risco de quebra de pagamentos. O Governo tem por objetivo atingir e manter uma proporção máxima de dívida pública equivalente a 70% do PIB (72,4% em 2006) e deverá estabilizar a proporção

da dívida interna em 20%, até fim de 2008 (contra 33% no fim de 2005) (BAFD/OCDE, 2008).

Cabo Verde continua obtendo excelentes desempenhos econômicos e políticos. O crescimento do PIB continua a ser forte nos últimos anos, a estabilidade macroeconômica e externa foi consolidada, com inflação sob controle, a dívida interna reduzida significativamente e a posição externa amplamente melhorada, junto com o desemprego em queda, a diminuição da pobreza a um ritmo que, se mantido, deverá permitir ao país reduzir significativamente a pobreza extrema, em consonância com os ODM da pobreza. Em 2006, a agência internacional de classificação de risco financeiro (Fitch Ratings) confirmou nota positiva para a dívida Cabo-verdiana em divisas, para a dívida em moeda local, ambos a longo prazo, e para a dívida de curto prazo em divisas (BAFD/OCDE, 2008).

5 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PAÍS, OS DESAFIOS, AS PERSPECTIVAS E AS ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA DE CABO VERDE

A inexistência de recursos naturais expressivos, condições climáticas pouco favoráveis e distanciamento em relação a Portugal, tornaram muito difíceis o povoamento das ilhas. Poucos estavam interessados em fixar residência na ilha. Assim, o povoamento de Cabo Verde só foi possível graças à concessão de diversos privilégios comerciais no lucrativo e promissor comércio de escravos com a costa da Guiné, através da célebre Carta Régia de 1466 (DE ALBUQUERQUE; SANTOS, 2001).

Desde sempre, viver nas ilhas é sinônimo de dificuldades. Muito cedo os povoadores se viram perante do problema, característico ainda hoje, de como se inserir na economia internacional, dada a extrema pobreza do país em termos de recursos. Contudo, a consciência da importância da inserção internacional e os esforços para a viabilizar constituem o verdadeiro motor da trajetória Cabo-verdiana, ou seja, ao longo da história, sempre houve esforços e estratégias no sentido de transformar os constrangimentos existentes em fonte e motor do seu enriquecimento econômico. A alternativa encontrada girava em torno da posição geográfica de Cabo Verde como fator de desenvolvimento; portanto, desde esta altura, que se viu no contexto externo, a alternativa de desenvolvimento do arquipélago (CORREIA E SILVA, 2004).

Em razão de secas, de fomes, de busca de conforto material que, desde o séc. XVIII, os Cabo-verdianos espalharam-se pelo mundo afora. É a emigração que transforma as ilhas; os primeiros a se estabelecerem no arquipélago eram já emigrantes. Sendo assim, pode-se dizer que, “somos emigrantes antes de sermos nós mesmos” (CORREIA E SILVA 2004, p. 31).

Portanto, os Cabo-verdianos sempre se preocuparam com a questão da aproximação e de inserção em espaços maiores, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida e de desenvolvimento. Dessa forma, se verifica que a política externa é de capital importância para Cabo Verde. Além da exigência da globalização, a adversidade das condições, como por exemplo, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade, a pequenez do território, etc, impossibilitam o mesmo de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento, pelo que se torna necessário a mobilização de recursos externos, tanto públicos como privados (CORREIA E SILVA, 2004).

Este capítulo se encontra dividido da seguinte maneira: na primeira parte se aborda a importância das relações internacionais do país; em seguida, trata-se dos desafios que o país enfrenta, as perspectivas de desenvolvimento face a esses desafios; por fim, examina-se o papel que as fontes externas de financiamento têm desempenhado até hoje, como alternativas de desenvolvimento do país, como a APD, as remessas de divisas dos emigrantes e o IDE, juntamente com o turismo.

5.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PAÍS

O plano internacional assumiu, desde sempre, um papel importante para o desenvolvimento de Cabo Verde. Por isso, conceder a devida atenção à esfera internacional é um imperativo para a boa gestão governamental. A inserção na economia internacional é um dos eixos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do país (CONSELHO DE MINISTROS, 2001). Esse sentimento da importância externa era já evidente, no séc. XVI:

A idéia de separação de Portugal, mesmo que pensada enquanto mera possibilidade de futuro (e das menos prováveis), não era natural, para um espaço, como o de Cabo Verde, que havia sido achado, povoado e administrado desde sempre pela soberania portuguesa (CORREIA E SILVA 2004, P. 119).

A cooperação internacional, quer de âmbito multilateral, quer de âmbito bilateral, tem sido e continuará a ser nos próximos anos decisiva para o desenvolvimento sustentado do país. Cabo Verde tem-se beneficiado de diversos programas de apoio de organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU), através do PNUD, UNICEF, FAO e a OMS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), a União Européia (U.E.), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Europeu de Investimentos (BEI) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), entre outros (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

O país integra-se em várias organizações subregionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Organização da Unidade Africana (OUA), o Comitê entre Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) e a Comunidade de

Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); também, tem participado ativamente em diversas iniciativas de mediação de conflitos internacionais (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Os principais financiadores multilaterais de Cabo Verde são: o Banco Mundial (transportes, energia, infraestruturas), o FMI, a União Européia, o BAD (um dos financiadores do Aeroporto da Praia³⁸). O apoio dessas organizações realiza-se sob a forma de donativos, empréstimos e implementação de políticas específicas (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

O Banco Mundial financia ações muito diferenciadas, em nível da gestão macroeconômica, da redução da dívida, de reformas institucionais, recursos humanos e infraestruturas; destacam-se o Projeto de Crescimento e Competitividade (2003-2007), no total de 13,5 milhões de dólares, e o Projeto de Criação de Capacidade para Privatização e Regulação (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Dos programas financiados pelo FMI, destacam-se os referentes à denominada “Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza”. No final dos anos 1990, Cabo Verde viveu uma crise financeira, traduzida num déficit do setor público e num elevado déficit da balança de pagamentos; para ultrapassar a situação, foi estabelecido com o FMI um programa de estabilização econômica, que teve como conseqüências, um maior esforço no saneamento das contas públicas, através, entre outras medidas, da concretização de reformas institucionais. Atualmente decorrem negociações para um novo programa ao abrigo do chamado “Policy Support Instrument³⁹” (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

No domínio das relações bilaterais, o país conta com o apoio de diversos parceiros, com destaque para Portugal, Estados Unidos e vários países europeus. Os Estados Unidos da América (EUA), principal destino dos emigrantes Cabo-verdianos, têm tido uma ação preponderante; entre 1977 e 1996, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento (USAID) concedeu cerca de 127 milhões de dólares para financiar projetos de ajuda em treino de recursos humanos, desenvolvimento do setor privado e ajuda alimentar (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Por outro lado, o Millenium Challenge Account (MCA), é um programa do governo dos EUA destinado a combater a pobreza mundial; em contrapartida, o governo dos Estados Unidos exige critérios de boa gestão governamental, democracia e transparência do Estado. O programa estimula o desenvolvimento do capital humano, investindo na educação e

³⁸É a Cidade Capital do país que fica na ilha de Santiago.

³⁹Política de Suporte Instrumental.

assistência médica e promove a liberdade econômica através de liberalização do comércio. Em 2004, o conselho de administração do Millenium Challenge Corporation (MCC), agência do governo americano que rege o MCA, aprovou a proposta do governo de Cabo Verde de acesso aos fundos que ascende a 117,8 milhões de dólares dos EUA, dos quais 110,1 milhões de dólares financiados pelo MCC e 7,7 milhões pelo governo de Cabo Verde (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

A relação entre Cabo Verde e a União européia iniciou com a adesão de Cabo Verde à Convenção de Lomé⁴⁰ II, dois anos após a sua independência em 1975; essas relações desenvolveram-se através das sucessivas Convenções de Lomé, as quais foram substituídas, a partir do ano 2000, pelo acordo de Cotonou⁴¹ ACP⁴²-UE (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2006).

Ainda segundo a mesma fonte, ao longo de todos esses anos, a Comunidade Europeia tem sido uma das principais doadoras de ajuda pública ao desenvolvimento de Cabo Verde. Ela contribuiu no período de Lomé II a Lomé IV (1977 - 2000) com uma média de 8,5 milhões de Euros por ano. Além do mais, a Comunidade e os Estados Membros contribuem com mais de 70% do comércio externo de Cabo Verde; o Acordo de Cotonou constitui o marco dessa relação, cuja principal característica reside no fato de estabelecer uma parceria baseada em um diálogo político sobre questões essenciais e fundamentais, na perspectiva de virem a ser estabelecidos Acordos de Parceria Econômica (APE), e em uma cooperação financeira em apoio ao desenvolvimento econômico, social e cultural de Cabo Verde.

A localização geográfica no cruzamento das rotas que ligam os continentes europeu, africano e americano, aliada à realidade intrínseca de Cabo Verde, pequeno país arquipelágico, confrontado atualmente com um novo patamar de exigências resultantes da sua graduação a país de rendimento médio, constitui desafios e oportunidades nos campos da segurança, da luta contra tráfico ilícitos e do seu próprio desenvolvimento. Ponderados esses desafios e oportunidades, o país alimenta o projeto de ancorar as suas relações em espaços que ofereçam respostas às suas especificidades e necessidades nos campos da segurança e do desenvolvimento, projeto esse intitulado de Transformação Estratégica de Cabo Verde. A União Européia surge como um desses espaços, por partilhar os mesmos valores democráticos e de boa governação econômica, as mesmas preocupações e vontade política de fazer face às

⁴⁰Capital do Togo.

⁴¹Maior cidade do Benin.

⁴²África, Caraíbas e Pacífico.

ameaças que lhes são comuns, incluindo as que resultam de uma fronteira partilhada (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2006).

Assim, segundo a mesma fonte, Cabo Verde espera desse novo quadro de relações, novas oportunidades para o seu desenvolvimento nos planos da cooperação/ajuda das relações comerciais e do investimento privado. Em suma, Cabo Verde alimenta o projeto de desenvolver com a União Europeia uma Parceria Especial ou reforçada que, indo além da ótica de Cotonou, possa ser sustentado com acordos políticos e programas de cooperação mais abrangentes nos vários domínios citados.

Os Acordos de Parceria Económica (APE) constituem, portanto, instrumentos concebidos para transformar as relações comerciais em regimes compatíveis com as regras de Organização Mundial do Comércio, e que visam alcançar a liberalização comercial considerada como um objetivo que contribuirá para o crescimento económico, criação de riqueza e desenvolvimento sustentável. No entanto, a celebração do APE entre a UE e os Países ACP tem levantado reservas por parte destes últimos, devido às dificuldades em avaliar adequadamente custos e benefícios deles decorrentes. Receia-se que as perdas sejam superiores aos ganhos face aos ajustamentos que a estrutura das economias existentes terão de sofrer diante da liberalização comercial, nomeadamente na parte de eliminação das barreiras alfandegárias e dos direitos aduaneiros (CABO VERDE, 2006).

Essa questão assume contornos ainda mais complexos, quando surge a vontade de que a celebração dos APE se faça num quadro de um processo de integração regional por blocos dos Países ACP, no seio dos quais não só os efeitos nacionais se fazem sentir, como a diversidade estrutural entre países ACP se manifesta sobremaneira. A celebração de APE com incidência regional, diminuindo o poder regional dos Países ACP, nomeadamente face aos evidentes recursos superiores da União Europeia, torna os países mais vulneráveis (nomeadamente os PMA, os estados exíguos e os países insulares), em um quadro de negociação conjunta que não salvaguarda as especificidades de cada país (CABO VERDE, 2006).

Cabo Verde encontra-se também integrado na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁴³, que visa ao estabelecimento de uma união aduaneira e de um mercado comum entre os seus membros. A comunidade visa à promoção e integração na perspectiva de uma visão económica da África Ocidental tendo em vista aumentar o nível de

⁴³A CEDEAO foi criada através do Tratado de Lagos em 1975 com o objetivo de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região; é país integrante, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

vida das populações, de manter e estabilizar o crescimento econômico, de reforçar as relações entre os estados membros e de contribuir para o progresso e o desenvolvimento do Continente Africano – Tratado CEDEAO (CABO VERDE, 2006).

5.2 OS DESAFIOS

Quando se equaciona a problemática geral de desenvolvimento dos pequenos estados insulares, e o caso específico de Cabo Verde, surgem algumas questões essenciais, motivadas por algumas particularidades próprias do país, como a insularidade. Os seus constrangimentos influenciam as orientações das políticas de desenvolvimento a adotar, devido à descontinuidade territorial que contribui para o aparecimento de deseconomias de escala. Essa situação repercute no mercado interno, criando dificuldades acrescidas ao processo de desenvolvimento. A reduzida população de Cabo Verde é outro elemento característico, que pode impedir a formação de um mercado potencial gerador de vida autônoma e de rentabilidade de infraestruturas técnicas (FERREIRA, 1998).

Nos países pobres, o estímulo para investir é limitado pelo tamanho do mercado. O uso do capital do equipamento na produção de bens e serviços para o mercado interno está restringido pelo pequeno tamanho desse mercado, pela falta do poder de compra. Assim, o problema fundamental desses países não é a pequenez do mercado, mas sim o fato de serem muito pobres a ponto de não fornecer mercados para as indústrias locais (NURKSE, 1957).

A distância geográfica e o isolamento econômico é outra dificuldade. Dessa forma, os problemas relacionados aos transportes e comunicações, decorrentes da necessidade de se ter de multiplicar e manter infraestruturas independentes em cada ilha, são evidentes. Há também dificuldades acrescidas às necessidades de dependência, relativamente a transportes marítimos e aéreos, com o conseqüente agravamento dos custos inerentes aos transportes e redução dos benefícios do comércio internacional, mas também com a necessidade de afetação de elevados montantes para as infraestruturas aéreas, portuárias e rodoviárias, devido à dispersão das ilhas. Tudo isso se repercute no agravamento da distância tempo e, sobretudo, da distância custo, que aparecem como dois obstáculos de consideráveis dimensões à circulação de pessoas e mercadorias (FERREIRA, 1998).

A insularidade provoca também vulnerabilidade emergente da segurança, com fortes implicações orçamentais e institucionais. Com efeito, a localização estratégica e a extensão do

litoral e da zona econômica exclusiva expõem o país às novas ameaças, tais como o tráfico de droga e de pessoas, a imigração ilegal e a criminalidade internacional. A luta contra essas ameaças traduz-se em uma grande pressão sobre o orçamento do Estado, já apertado, tendo por conseqüências imediatas a diminuição de recursos dos setores sociais para fazer face aos desafios de segurança (CABO VERDE, 2007).

Em virtude dos elevados custos da insularidade, os avanços verificados no país ainda não conseguiram criar uma capacidade interna de acumulação de capital, que permita ao país financiar, com os seus próprios recursos, as suas necessidades de desenvolvimento. O crescimento dinâmico de Cabo Verde continua longe de ser autossustentado, e o país deverá ainda, durante muito tempo, contar com as fontes externas de financiamento para sustentar o crescimento da economia (CABO VERDE, 2007).

É bom ter em mente também que os donativos ou os empréstimos estrangeiros são meios desejáveis para a correção das deficiências do fundo de subsistência, e podem produzir efeito múltiplo no total da corrente de recursos disponíveis para o investimento, mesmo sendo utilizado para a importação de bens de consumo. Permanece sempre, no entanto, a tentação de utilizar inteiramente tais fundos estrangeiros no aumento do consumo, e não resultando em correspondentes aumentos da taxa de acumulação, e, com isso, fazendo persistir os problemas antigos (NURKSE, 1957).

Em relação aos setores, o turismo, considerado promissor, e apesar das vantagens comparativas do país neste setor ser evidente, o seu peso no PIB continua pouco expressivo, cerca de 6,6% em 2000; persiste ainda os fatores negativos, principalmente em relação às infraestruturas, que precisam ser eliminados ou minimizados para que o setor progrida mais rapidamente e passe a desempenhar o papel que dele se espera no desenvolvimento do país (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Além disso, a base de exportação de serviços é estreita, com especialização cada vez maior no turismo. O desafio aqui é limitar a vulnerabilidade associada com esta especialização, diversificar as fontes de crescimento e aumentar a flexibilidade da economia para aumentar a resistência aos choques (IMF, 2008).

Quanto às exportações de bens, a sua estrutura é dominada pelas reexportações que totalizam mais de 2/3; as mercadorias mais exportadas em valor são geralmente as que resultam da indústria de conserva, de confecção e de calçados, e as associadas aos recursos naturais piscícolas, como o peixe e a lagosta (CABO VERDE, 2007).

Diante desses constrangimentos, o reforço do sistema financeiro se reverte de capital importância. O setor financeiro ainda depende de depósitos dos não residentes, e seu

crescimento exige a ampliação das fontes de financiamentos para dar autonomia aos bancos e crescer em relação aos depósitos dos não residentes (IMF, 2008).

Uma redefinição da cooperação com os organismos internacionais que estimule o desenvolvimento econômico, social e institucional, e que Cabo Verde tenha uma participação mais ativa em prol desse desenvolvimento, e, principalmente, que gera agendas de desenvolvimento, são também desafios importantes. Além disso, torna-se importante uma redução da dependência externa em termos de economia de serviços, estimulando o surgimento de novas instituições privadas nacionais.

Dada a morfologia do país, com uma vasta zona econômica exclusiva, a pesca é outra atividade com grandes possibilidades de desenvolvimento, mas o seu peso no PIB ainda é muito baixo, oscilando entre 1 e 2% desde 1985; por outro lado, a frota pesqueira existente tem pouca expressão, utilizando métodos de pesca artesanal e uma fraca preparação dos trabalhadores. A produção de pesca artesanal destina-se basicamente ao consumo direto de peixe fresco; a pesca industrial é constituída na sua maioria por embarcações obsoletas, de reduzida dimensão e fraca potência, fraco equipamento de navegação, dedicando-se quase exclusivamente à pesca do atum de caráter sazonal. O escoamento de produção é difícil, traduzido na pouca eficiência do setor de comercialização, carências em nível da conservação e transformação do pescado (FERREIRA, 1998).

A agricultura e a pecuária, apesar de absorver uma larga fatia da população, e representar perto de 50% dos empregos, a sua contribuição para o PIB também é reduzida, devido principalmente ao baixo potencial agrícola; à extrema fragilidade do seu ecossistema (fortes declives, chuvas irregulares e torrenciais, vento permanente, escassez de água); à escolha de culturas por parte dos camponeses (como é o caso do cultivo do milho), em zonas de acentuado declive; à falta de investimento; à falta de infraestruturas de captação e retenção de água; a técnicas de produção inadequadas; à falta de um sistema de crédito adequado aos setores da agricultura. Assim, persistem as principais fraquezas da agricultura Cabo-verdiana, sendo a sua eliminação, através de projetos de captação de água, uso do potencial produtivo, agricultura familiar, cooperação técnica, etc, um dos importantes desafios que se colocam nos próximos anos (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

O aumento da produtividade agrícola deve ter prioridade, visto que se dedicam à agricultura, a grande maioria da população; são possíveis alguns aumentos na produtividade agrícola que exigem pouco ou nada de capital, como a possibilidade de aplicação de melhores conhecimentos na seleção de sementes, conservação do solo, rotação das colheitas, uso de fertilizantes, combate aos insetos (NURKSE, 1957).

O fraco desenvolvimento da agricultura ilustra a impossibilidade de Cabo Verde em cobrir as necessidades alimentares da população; a produção de cereais do país só cobre 10 a 15% das necessidades; normalmente, o déficit alimentar está na ordem dos 85 a 90%, chegando muitas vezes a 100%. Esse déficit alimentar é absorvido pelas importações de cereais e pela ajuda alimentar, que desempenha um papel crucial na garantia permanente das necessidades de base de cerca de 25% da população, sobretudo, para as populações rurais cuja maioria representa a camada mais pobre do país (CABO VERDE, 2007).

Em Cabo Verde, uma das questões fundamentais que se coloca, é a da insegurança alimentar, que gira quase exclusivamente em torno da questão do acesso para as populações mais pobres; a fragilidade da base produtiva interna faz com que o consumo interno de bens alimentares essenciais seja fundamentalmente garantido pela importação; por outro lado, o baixo nível de rendimento das famílias, condiciona significativamente as possibilidades de acesso aos bens alimentares de base (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A indústria tem desempenhado um papel limitado na economia do país. O tecido industrial é constituído, sobretudo, por empresas de pequena dimensão, pertencendo a maior parte ao setor privado e, basicamente, se concentra na Praia e Mindelo, onde se localizam cerca de 94% das unidades industriais. O desenvolvimento industrial em Cabo Verde se encontra condicionado, por uma série de fatores, nomeadamente, a reduzida dimensão do mercado, escassez de recursos, quer em matérias-primas e em recursos humanos, elevados custos dos fatores de produção (mão-de-obra, os transportes e as telecomunicações), pouca tradição industrial, escassez de recursos financeiros, limitando a capacidade de investimento, e aumentando a dependência externa (FERREIRA, 1998).

A contribuição da indústria transformadora continua bastante modesta no panorama econômico Cabo-verdiano em termos de peso no PIB (menos de 7%) e de exportação; ela é constituída essencialmente por produtos orientados, quase exclusivamente, para o reduzido mercado interno (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Assim, o ambiente externo constitui-se de capital importância para Cabo Verde. As remessas de divisas dos emigrantes, em conjunto com a APD, tradicionalmente têm sido as duas maiores fontes de financiamento da economia desde a independência (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

No entanto, as autoridades Cabo-verdianas vêm com preocupação o surgimento de uma situação paradoxal: o país recebe uma ajuda externa considerável, visando combater as vulnerabilidades e a sustentá-lo no seu processo de desenvolvimento; contudo, os bons resultados e os indicadores atingidos graças a este apoio poderão determinar a sua redução,

com conseqüências negativas no desempenho econômico e nos indicadores atingidos pelo país, até agora (CABO VERDE, 2007).

A redução da ajuda pública ao desenvolvimento põe em causa diversas iniciativas que visam diretamente aos pobres, com efeitos globais sobre a política de redução da pobreza; exemplo disso é o das atividades das FAIMO, cujo financiamento tem sido, desde há muito, assegurado pela contrapartida da ajuda alimentar, que baixou de 6-12% do PIB nos anos 1980 para 2-4% nos anos 1990, e atualmente não representa mais que 1 a 2% do PIB. No caso de se registrar períodos de seca, com todas as conseqüências sobre o mundo rural, os custos das atividades das FAIMO aumentariam de novo, aumentando por sua vez, a pressão sobre o respectivo financiamento (CABO VERDE, 2004).

Existe também, uma forte dependência dos setores em relação à ajuda, principalmente, no setor da educação, em que o financiamento chegou a 50% em 2002; entretanto, a dependência do país em relação à APD em todos os setores é forte, e a tendência é a de uma diminuição das doações e aumento dos créditos, principalmente com a saída do país do grupo dos países menos avançados (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Ainda, as novas políticas de imigração dos países do Norte, o reagrupamento familiar dos Cabo-verdianos e o envelhecimento da população constituem fatores de diminuição, em longo prazo, das remessas de divisas dos emigrantes para o país. Tal fato poderá ter repercussões negativas na economia se outras fontes de financiamento, tal como o IDE não forem exploradas (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Há que destacar também que, com a retirada progressiva do PAM do país (2010), a ajuda alimentar diminuirá. Como conseqüência disso, as importações de cereais aumentarão, o que vai exigir um esforço orçamental suplementar para manter o nível de déficit alimentar, a fim de evitar o aumento das desigualdades no país (CABO VERDE, 2007).

O grande desafio de Cabo Verde é alterar o perfil ainda rentista da economia, o que vai exigir uma produção muito maior do que a verificada até o momento, a fim de substituir de uma forma progressiva o peso que as transferências unilaterais, particularmente a APD, têm no financiamento da economia e ser capaz de gerar capacidade de poupança. Por outro lado, o país deverá ser capaz de gerar recursos adicionais para financiar o elevado esforço de infraestruturação, a melhoria significativa da qualidade das suas instituições e o desenvolvimento do capital humano, necessários para colocar o país em situação de sair da permanente posição de “fio da navalha” (SILVA, 2007).

Observa-se assim, que a economia cabo-verdiana, continua fortemente dependente dos fluxos de recursos externos, sob várias formas. A pobreza atinge uma parte importante da

população e constrangimentos diversos continuam a afetar o desenvolvimento dos setores da educação, formação e emprego, saúde, etc. É justamente por causa do problema de estrutura que o relativamente elevado PIB *per capita* não pode ter, em Cabo Verde, a mesma relevância que esse indicador tem nos países com um nível de desempenho semelhante, e incluídos no mesmo grupo em termos de desenvolvimento, sobretudo se se considerar a forte monetarização da economia Cabo-verdiana (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A pobreza continua sendo um problema para algumas camadas vulneráveis específicas da população. O fraco ritmo de criação de emprego e a elevada taxa de desemprego entre a camada jovem (41,8% em 2007) e entre as mulheres tornam o problema mais grave nesses grupos da população. Nas zonas rurais, o baixo nível de qualificação e a falta de acesso ao crédito bancário diminuem a capacidade das populações em investir e financiar projetos viáveis que aumentem os seus rendimentos e salários; para os mais pobres, o sustento, muitas vezes, depende do sistema não contributivo de proteção social, assim como as remessas de divisas dos emigrantes (ONU, 2008).

O país precisa crescer, e a um ritmo acelerado, para fazer face às crescentes demandas da sociedade, às exigências do processo de maturação da democracia e à afirmação da cidadania. Continuam a subsistir dificuldades enormes nos domínios dos transportes, da energia, da água e do saneamento que bloqueiam ou retardam o processo de desenvolvimento, não permitindo dar passos necessários ao surgimento de uma economia competitiva (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A contribuição de energias alternativas (eólica e térmica) na matriz de fornecimento de Cabo Verde ainda é modesta, com menos de 4% do total, sendo a produção energética feita com base nos geradores a diesel (96%). Relativamente à energia elétrica, esta é produzida essencialmente a partir de centrais térmicas, utilizando o diesel e o fuel óleo. A utilização da energia solar é praticamente insignificante, limitando-se praticamente à bombagem de água. O combustível com maior peso no consumo interno é o gasóleo, que representa cerca de 41%, seguido da lenha e outra biomassa e do fuel com 19,4% e 16% respectivamente (INE, 2007).

A produção de água dessalinizada está diretamente ligada à produção de energia elétrica e consome cerca de 10% da energia elétrica produzida em Cabo Verde; em 2006 do total da água produzida pela Electra⁴⁴, 88% era água dessalinizada e 12% de origem subterrânea (INE, 2007).

⁴⁴ Empresa pública de abastecimento de água e energia.

Há ainda por destacar, segundo a mesma fonte, a fatura resultante da importação de combustíveis que absorve consideráveis recursos financeiros, e exerce uma pressão permanente sobre os recursos financeiros do país, quer via balança comercial, quer sobre os custos de produção das empresas. O preço do combustível tem uma participação de 85 a 90% no custo variável da concessionária, Electra.

Confrontada recentemente com as subidas do preço médio do petróleo no mercado internacional, a tarifa de energia praticada pela Electra é assunto colocado permanentemente em pauta em todas as ilhas de Cabo Verde, seja pelos consumidores que consideram a tarifa muito alta, seja pela própria empresa que não consegue cobrir seus custos operacionais com os valores cobrados; recorda-se que as tarifas de água e energia são, de certa forma, fixadas e autorizadas pelo Governo (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

Deste ponto de vista, se constata que as necessidades básicas das populações estão ainda longe de serem satisfeitas, com impacto negativo na qualidade de vida. Permanecem ainda, grandes disparidades e assimetrias no acesso aos serviços de base entre as ilhas, entre municípios, entre zonas urbanas e rurais (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

O quadro vigente em nível nacional em relação às infraestruturas de saneamento básico é bastante precário de acordo com os levantamentos mais recentes do QUIBB 2006; cerca de 38,9% dos agregados familiares não tem acesso a um serviço mínimo e adequado de evacuação dos excreta, recorrendo à natureza para a satisfação das suas necessidades fisiológicas, quadro, este, que piora nos centros rurais (56,6%). Apenas 54% da população possui banheiro com vaso sanitário, estando estas mais concentradas nas zonas urbanas (68,2%); apenas 34,5% dos agregados familiares declararam escoar as águas residuais através de fossa séptica ou de rede de esgotos, ou seja, aproximadamente 66 de cada 100 famílias dão destino impróprio às águas residuais, despejando-as principalmente em redor da casa (38,4%) ou na natureza (26,5%) (INE, 2006).

Mesmo no meio urbano, apenas 53,5% das famílias declararam escoar de forma correta as águas residuais, embora a grande maioria (68,2%) tenha banheiro com vaso sanitário, ou seja, tem ligação à fossa séptica ou à rede de esgotos; no meio rural apenas 7% do agregado familiar escoar as águas residuais através da rede de esgotos ou de fossa séptica (INE, 2007).

No que respeita á utilização do sistema de coleta de resíduos sólidos domésticos (lixo), apenas 59,7% das famílias utilizam os contentores e o carro de lixo, sendo que 27,3 atiram-no à natureza; este quadro piora nos centros rurais onde apenas 21% do agregado lançam os

resíduos sólidos nos contentores e no carro de lixo, sendo que a maior parte os devolve à natureza (53,4%) (INE, 2007).

Essas graves lacunas na destinação de excretas, combinadas com a fraca cobertura das comunidades pelos sistemas de drenagem das águas residuais, e deficientes práticas de higiene por parte da população, constituem potenciais riscos para a saúde pública e ao meio ambiente; representam também, importantes entraves para o desenvolvimento económico do país, com significativa redução da qualidade de vida dos habitantes e perpetuação dos ciclos de pobreza (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

Assim, está-se consciente de que muito há por fazer, em virtude de falhas ainda subsistentes, tais como: (i) base produtiva nacional pouco diversificada; (ii) elevados custos de bens e serviços (água, energia, telecomunicações, etc); (iii) baixa qualidade do ensino; (iv) ensino superior ainda incipiente e ausência de mecanismos de formação de elites; (v) formação profissional muito aquém das necessidades crescentes do sistema produtivo; (vi) mercado laboral pouco flexível; (vii) sistema financeiro pouco desenvolvido; (viii) défice de infraestrutura económica do país; (ix) fraco desempenho das comunicações (aéreas, marítimas, rodoviárias, etc); (x) sistema regulatório incipiente; (xi) existência de barreiras administrativas ao investimento; (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

5.3 AS PERSPECTIVAS

Cabo Verde precisa de um modelo estratégico de desenvolvimento, de longo prazo, capaz de mobilizar esforços nacionais, realista e integrado, que promova mudança no modo de perspectivar o seu desenvolvimento; esse modelo deve indicar as etapas e as prioridades, combinar o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social, por forma a combater a pobreza e evitar o agravamento das disparidades sociais (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A mudança mais importante a ser realizada nas políticas estruturais dos países subdesenvolvidos é a compreensão da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento económico. Cada um dos países subdesenvolvidos necessita de um plano nacional de desenvolvimento global e integrado, cabendo ao Estado a responsabilidade, não só de iniciar o processo, como de controlar a sua execução (MYRDAL, 1972).

Torna-se fundamental para Cabo Verde definir uma visão de futuro, que seja partilhada e participativa e que, de igual modo, possa ser operacionalizada, independentemente das alternâncias políticas e governativas. Neste contexto, a elaboração e apresentação das Grandes Opções do Plano é uma oportunidade ímpar, para discutir e definir a concepção e filosofia do desenvolvimento do país, rumo ao futuro (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Como consequência das ações desenvolvidas e dos programas de reformas económicas implementados ao longo dos últimos anos, Cabo Verde tem conseguido uma performance económica relevante. O PIB real *per capita* aumentou, em média, mais de 7% ao ano desde 2001, mais rápido do que a média de outras economias de pequenas ilhas e de outros países da África subsaariana. Em 2006, o crescimento real do PIB atingiu dois dígitos, impulsionados pelo turismo, telecomunicações e construção (IMF, 2008).

A taxa de desemprego diminuiu mais de 10% entre 2001 e 2006. Cabo Verde já alcançou alguns dos ODM e a maioria poderá ser alcançada antes de 2015; avaliações feitas confirmam as melhorias contínuas de todos os indicadores sociais, e que, em 2007, houve uma diminuição considerável da pobreza com relação a 2001, de 36,7% para 26,6%. As estimativas indicam que, mantendo o atual ritmo robusto de crescimento do PIB, em 2015 a pobreza poderá diminuir pela metade o seu nível de 1990, de 32% para 21% em 2002, e 16% em 2014; e a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos) que, em 1990, era de 45%, em 2004 chegou a 26%. Isso é notável para uma pequena economia sem recursos naturais (INE, 2000).

A situação é, porém, diferente no que se refere à evolução da pobreza relativa. Na verdade, a tendência atual afasta Cabo Verde do objetivo de reduzir pela metade a pobreza relativa em 2015. A redução pela metade em 2010 pressupõe uma redução média anual da taxa de pobreza de 9%; com efeito, situando-se a pobreza extrema atualmente em cerca de 20%, a redução para 8% em 2010 e 7% em 2015 implica uma taxa média de redução anual de 11%. Assim, as perspectivas de redução, até 2015, dos níveis de pobreza e extrema pobreza para 15% e 7%, respectivamente, estarão comprometidos, se não for possível alterar as tendências do passado recente (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

Mesmo assim, as perspectivas de curto prazo são amplamente favoráveis, apesar dos riscos derivado da persistência de preços elevados do petróleo e desaceleração da economia mundial. Mas, o fato de a economia Cabo-Verdiana ser predominantemente baseada em serviços, o impacto do preço do petróleo pode ser minimizado; por outro lado, como os bancos em Cabo Verde são praticamente dominados pelos bancos portugueses, que não

sentiram grandes efeitos da crise, Cabo Verde poderá também ser pouco afetado pela crise internacional (IMF, 2008).

Por isso, se espera um forte desempenho econômico a médio prazo. Projeta-se um crescimento médio de cerca de 6,5% até 2013, sustentado pelo turismo, IDE e investimento público. Cabo Verde deverá consolidar sua posição das economias baseadas no turismo. O déficit em conta corrente provavelmente vai aumentar e ser cada vez mais financiado pelos fluxos de IDE (não criação de dívida), ao contrário de uma década atrás, quando dívida e as remessas financiaram a balança de pagamentos e aumentar as reservas de cerca de 2 meses de importações anualmente para cerca de 4 meses em 2013 (IMF, 2008).

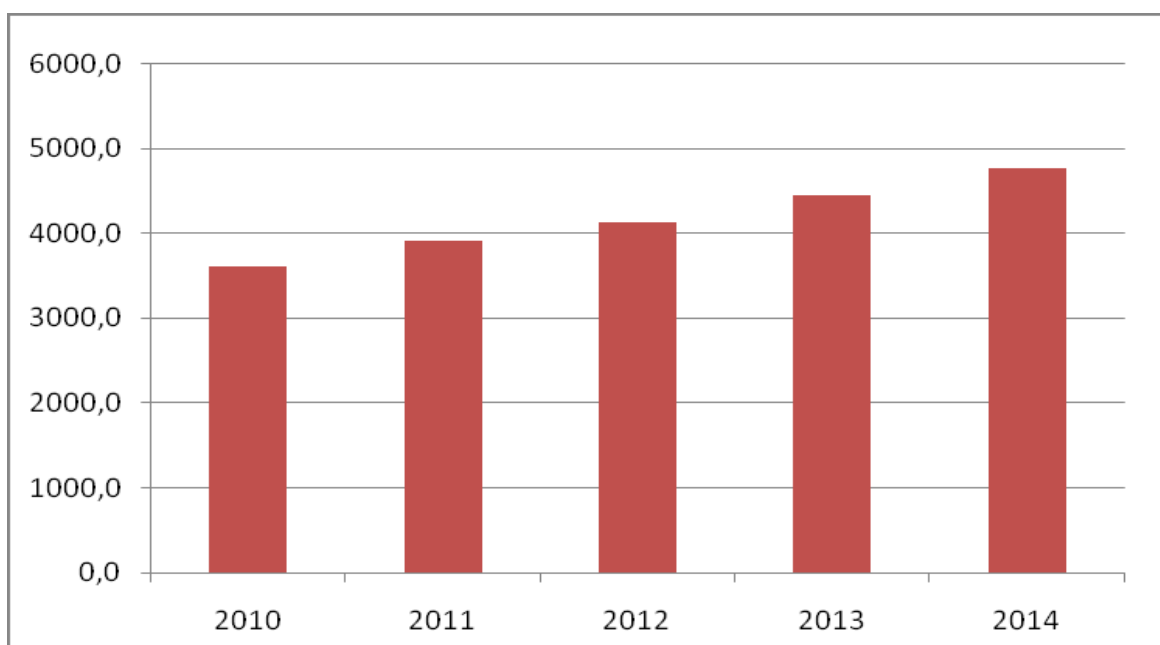


Gráfico 37 - Previsão da evolução do PIB per capita (em USD) de Cabo Verde, de 2010 a 2014

Fonte: Autor baseado no IMF (2009).

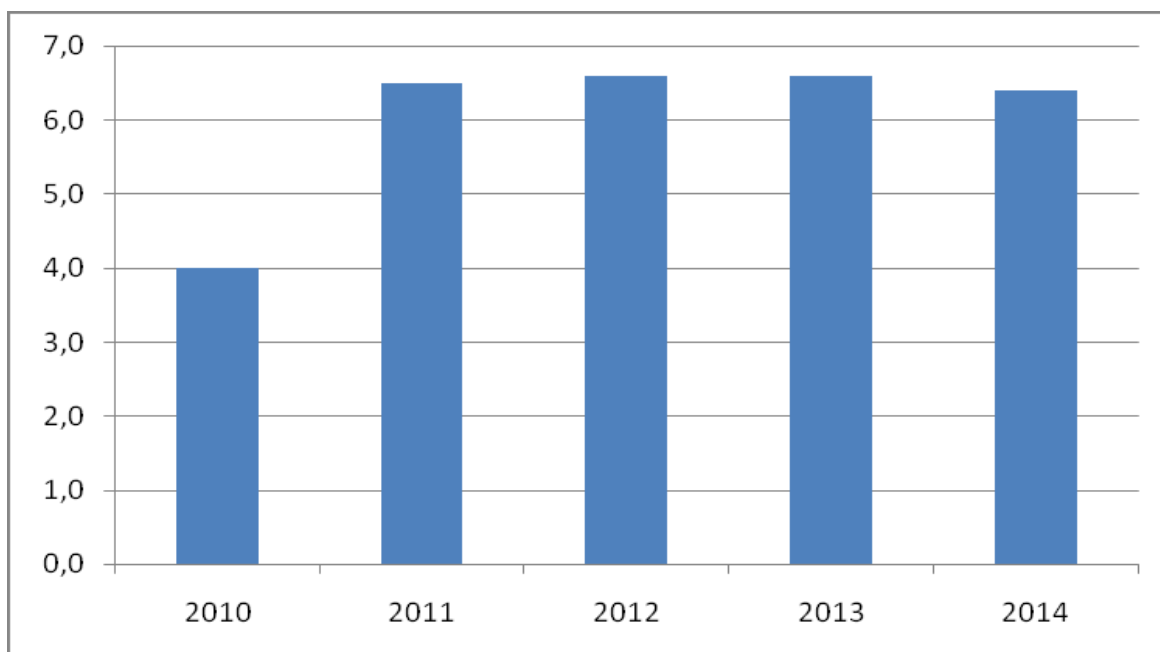


Gráfico 38 - Projeção da evolução do PIB de Cabo Verde (em %), de 2010 a 2014

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

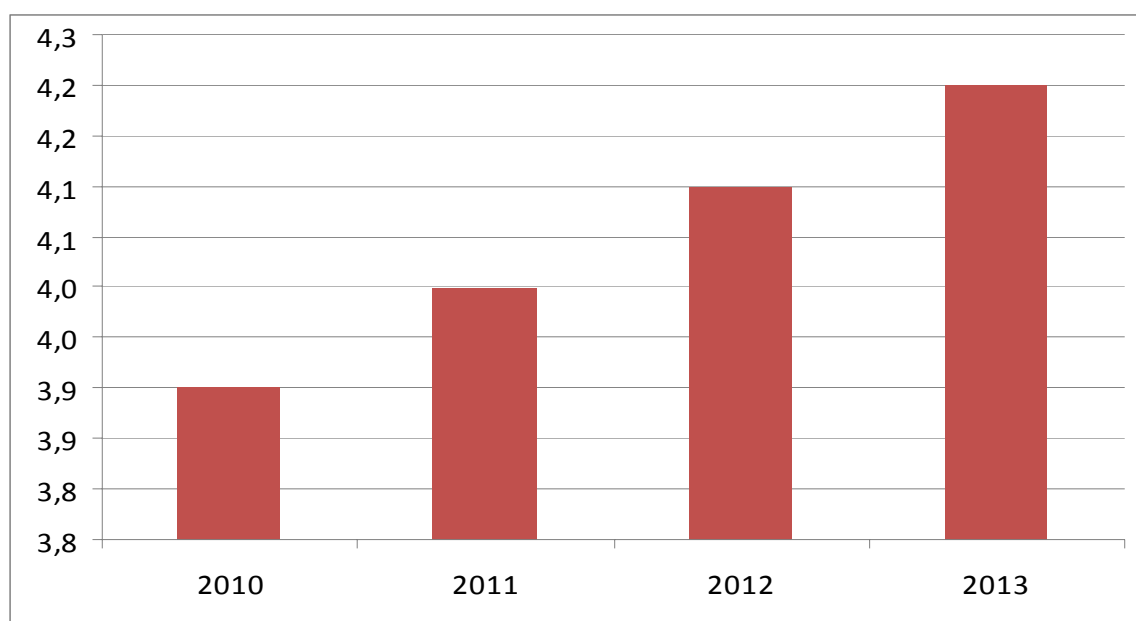


Gráfico 39 - Projeção das reservas internacionais brutas (em meses de importação), de 2010 a 2013

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009)

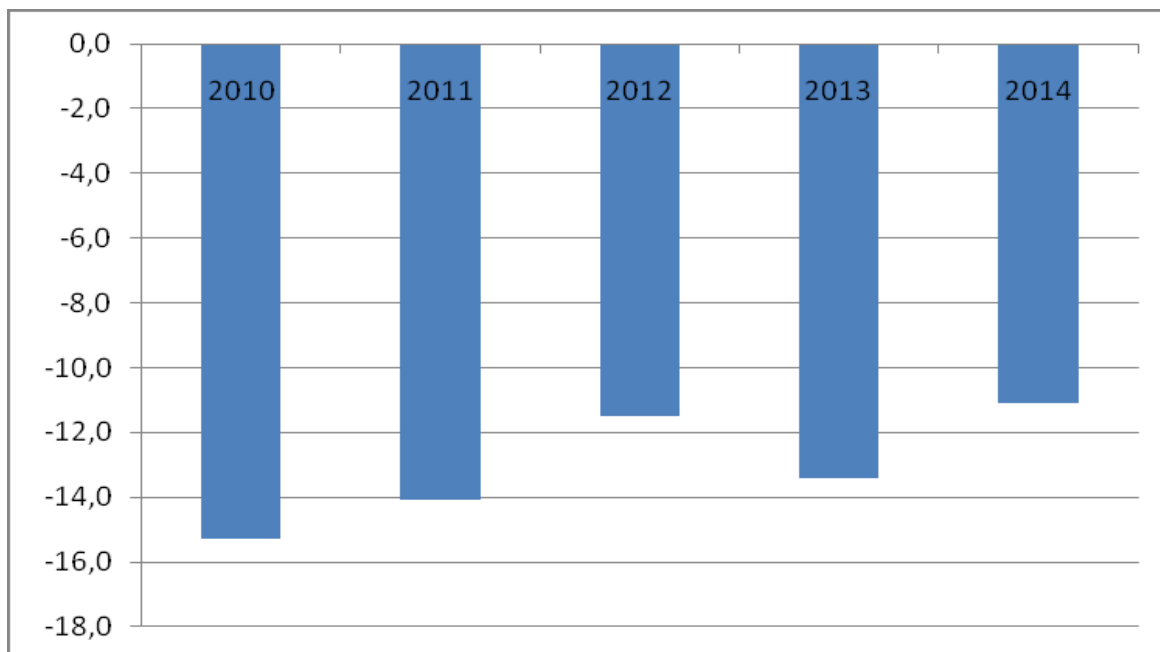


Gráfico 40 - Projeção da balança corrente (em % do PIB), de 2010 a 2014

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Dado o espaço fiscal criado pela expectativa de redução da dívida interna, em 2007 se espera que o déficit orçamental atinja, em média, cerca de 5% do PIB até 2013, diminuindo a dívida nominal total em relação ao PIB de 67% no final de 2007 para 49% em 2013. Este cenário pressupõe que, uma vez que as autoridades já atingiram o objetivo da dívida interna de 20% do PIB, eles vão manter a relação abaixo, para oferecer espaço para aumentar gastos previstos em infraestruturas a fim de sustentar o crescimento do turismo e reduzir a pobreza. Os resultados mostram que o risco de constrangimento da dívida continua a ser baixo; além disso, as recentes medidas tomadas pelas autoridades, para melhorar o mecanismo de preços da energia, juntamente com o plano de reforma do setor da energia, também vão ajudar a reduzir os riscos orçamentais a médio prazo e, potencialmente, para o desenvolvimento de infraestrutura, por meio de um maior espaço fiscal (IMF, 2008).

Por outro lado, para evitar consequências negativas nos domínios do comércio internacional, do financiamento do desenvolvimento, e da assistência técnica concedida a Cabo Verde, a Comunidade Internacional não deve poupar os seus esforços no apoio que permitiu a Cabo Verde atingir o nível de desenvolvimento atual; a maioria dos doadores confirmou que não haverá um fim abrupto das ajudas e doações. A restrição fiscal continuada está prevista a médio prazo e as perdas de receitas da adesão à OMC e do acordo de parceria econômica com a UE será limitado e gradual (IMF, 2008)..

O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento já garantiram a possibilidade de Cabo Verde continuar a se beneficiar dos empréstimos concessionais, com taxas de juro mais baixas, mesmo a partir de 2008. O país continua a se beneficiar das ajudas orçamentais de diversos países europeus, como Espanha, Luxemburgo, Portugal e do programa MCA, dos EUA (IMF, 2008).

Para a mesma fonte, Cabo Verde tem honrado os seus compromissos internos, comprovado pela análise comparativa entre alguns países. No entanto, em algumas áreas, o país pode apresentar uma capacidade limitada, que pode dificultar a implementação de políticas. Neste contexto, haverá a necessidade de continuidade em receber assistência técnica, em algumas áreas. Cabo Verde reafirma também seu compromisso com as metas estratégicas descritas no seu recente Memorando de Políticas Econômicas e Financeiras (MEFP) (IMF Country Report 08/37) e atualizações de seus planos para cumprir esses objetivos.

Segundo o FMI (2008), as autoridades Cabo-verdianas devem aproveitar a janela de oportunidade oferecida pelo *boom* do turismo, para diversificar a economia e melhorar a flexibilidade de preços, no sentido de aumentar resistência aos choques. As reformas estruturais para tornar a economia mais flexível serão fundamentais para a competitividade e para a manutenção de um elevado crescimento a longo prazo.

O governo continuará a centrar-se no reforço da estabilidade macroeconômica e implementação de reformas estruturais, para melhorar e incentivar o crescimento da produtividade e desenvolvimento do setor privado. Também é necessário avançar com a agenda de reformas estruturais para diversificar a economia e melhorar a flexibilidade de preços. Com o orçamento de 2008, a dívida em relação ao PIB deverá continuar a cair abaixo de 20% no final de 2008, com a meta original sendo alcançada dois anos antes do previsto e consistente com a trajetória da dívida de médio prazo inicialmente acordada com o FMI (IMF, 2008).

A estabilidade externa de Cabo Verde parece estar bem protegida, apesar do recente aumento do déficit em conta corrente, com o investimento direto estrangeiro a crescer e a financiar esse déficit; a taxa de câmbio tem servido para alcançar uma inflação baixa; acredita-se que a continuidade da política orçamental prudente será crucial para a manutenção da taxa de câmbio fixo em relação ao Euro e redução da vulnerabilidade de Cabo Verde face aos choques (IMF, 2008).

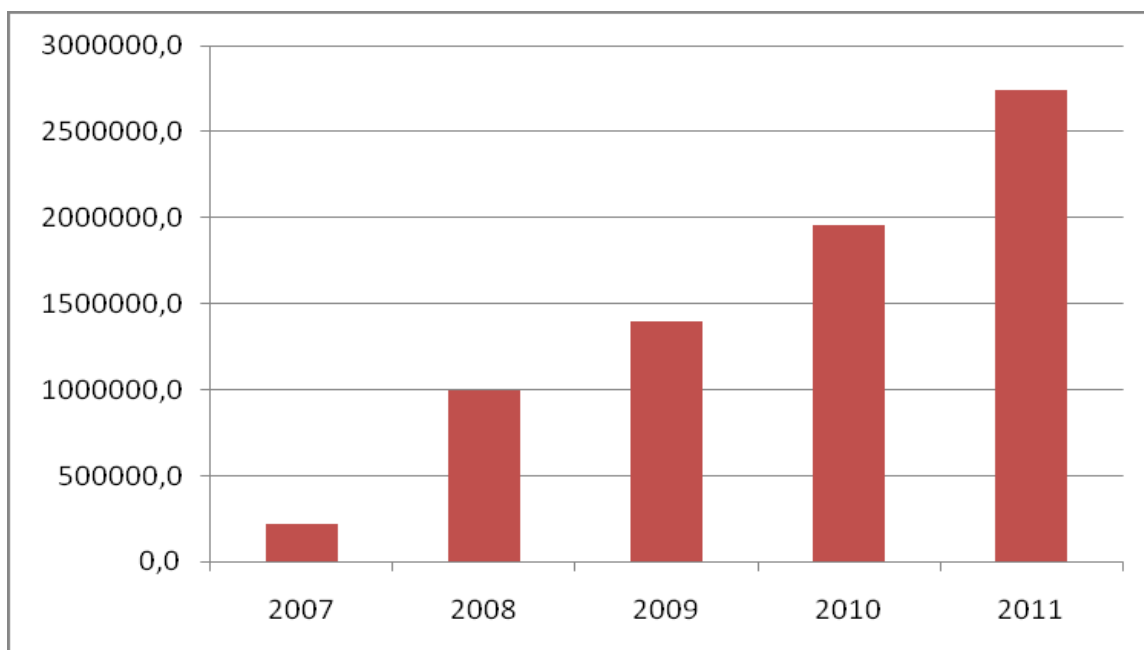


Gráfico 41 - Previsão de aprovação de IDE (em milhares de USD), de 2007 a 2011

Fonte: Autor, baseado em Banque Africaine de développement (2008).

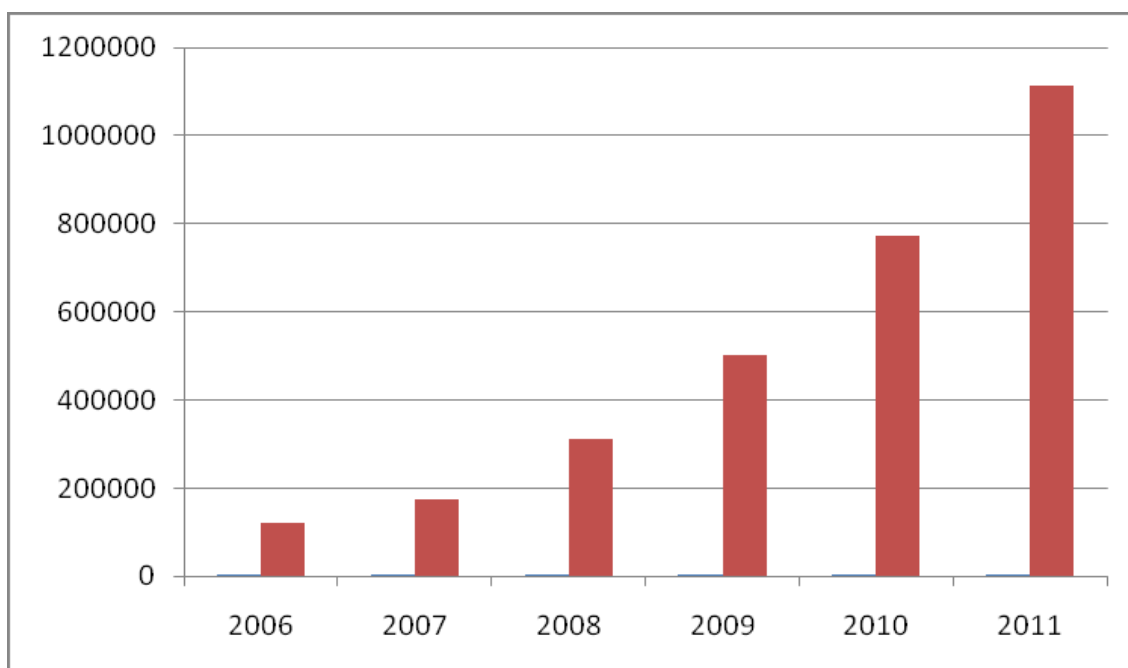


Gráfico 42 - Previsão de realização de IDE aprovados (em milhares de USD), de 2006 a 2011

Fonte: Autor, baseado em Banque Africaine de développement (2008).

Espera-se com o programa “policy support instrument” acordado com o FMI, ajudar o país a reduzir os riscos macroeconômicos, fornecer uma margem de segurança contra choques, e se preparar para um possível declínio em longo prazo, no acesso ao financiamento

externo favoráveis. As principais medidas são direcionadas para a redução da dívida pública, a construção de reservas internacionais, melhoramento da gestão das finanças públicas, fortalecimento do setor financeiro e regulação do setor energético (IMF, 2008).

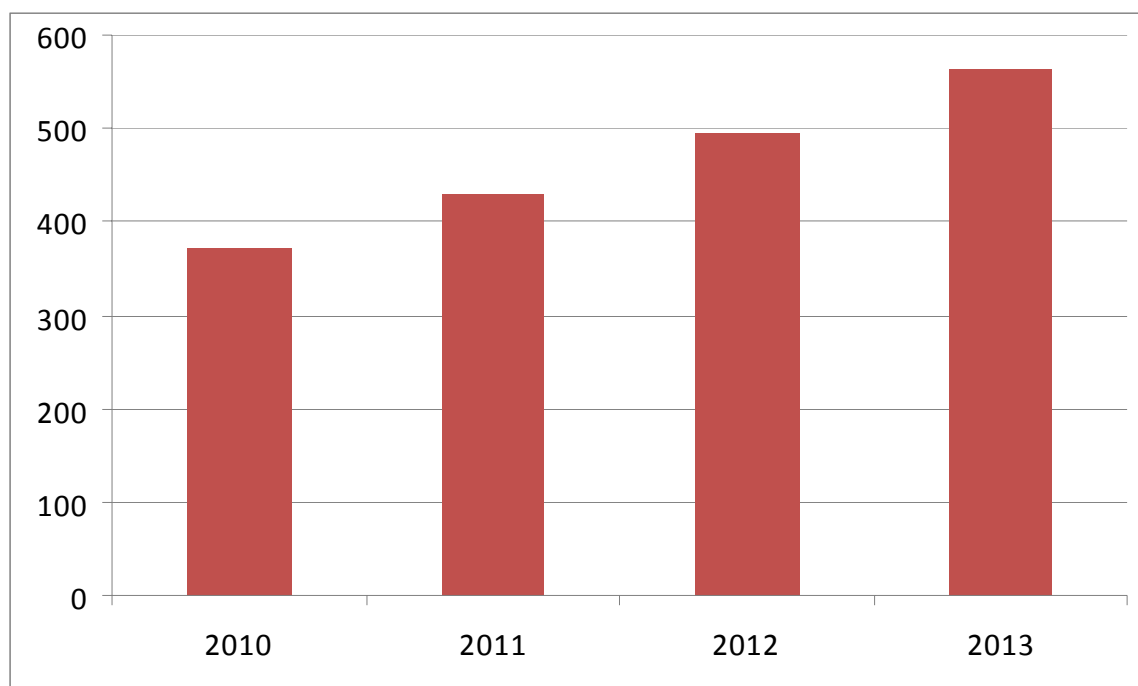


Gráfico 43 - Projeção das reservas internacionais brutas (em milhões de Euros), de 2010 a 2013

Fonte: Autor, baseado no IMF (2009).

Apesar das inúmeras conquistas e perspectivas otimistas, o país continua a enfrentar uma série de desafios: pobreza e desemprego ainda são altos, apesar de se verificar uma forte trajetória descendente ao longo dos últimos anos; o crescimento é ainda prejudicado por um conjunto de impedimentos, como a seca, infraestrutura precária e, mais recentemente, os preços elevados dos alimentos e da energia (IMF, 2008).

Mas, o importante é que as autoridades nacionais continuam a mostrar uma vontade forte para transformar estes desafios em oportunidades, acelerar o crescimento e reduzir a pobreza. E, neste esforço, Cabo Verde mostra-se esperançoso de que continua a beneficiar do apoio dos Parceiros internacionais, nomeadamente o FMI (IMF, 2008).

5.4 AS ALTERNATIVAS

Neste ponto, analisam-se as principais oportunidades de desenvolvimento para a economia de Cabo Verde. Inicia-se com uma análise do setor do turismo, abordando as oportunidades que este setor traz para o desenvolvimento do país; em seguida, discute-se o importante papel desempenhado pelos recursos externos no desenvolvimento do país, principalmente, a APD, as remessas de divisas dos emigrantes e os IDE.

5.4.1 O turismo

Cabo Verde está situado perto do maior mercado mundial de turistas potenciais (Europa), de onde provém a maioria destes. As ilhas possuem um clima favorável, com temperatura média anual de cerca de 25 graus Celsius durante todo o ano, e várias das ilhas, particularmente Sal, Boa vista e Maio, possuem praias de areia brancas, consideradas as melhores águas do mundo para a prática do *windsurfing*; têm um povo amável e possuem uma rica herança cultural, histórica. A estabilidade política, o empenho dos sucessivos governos na construção e consolidação da democracia fazem de Cabo Verde, um país com um potencial de eleição para o investimento estrangeiro, principalmente na área do turismo, e outras que possam promover ou apoiar o seu desenvolvimento (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

O setor do turismo, apesar de ainda se encontrar em fase de desenvolvimento, rapidamente está se tornando num dos pilares da economia Cabo-verdiana. Com uma dimensão plurissetorial, vem conhecendo uma expansão espetacular; só em 2005, Cabo Verde recebeu 235.000 turistas, o que representa 26,4% a mais do que em 2004; o número de turistas que tem entrado no país tem crescido a ano, tendo quadruplicado entre 1998 e 2005 (BCV, 2005).

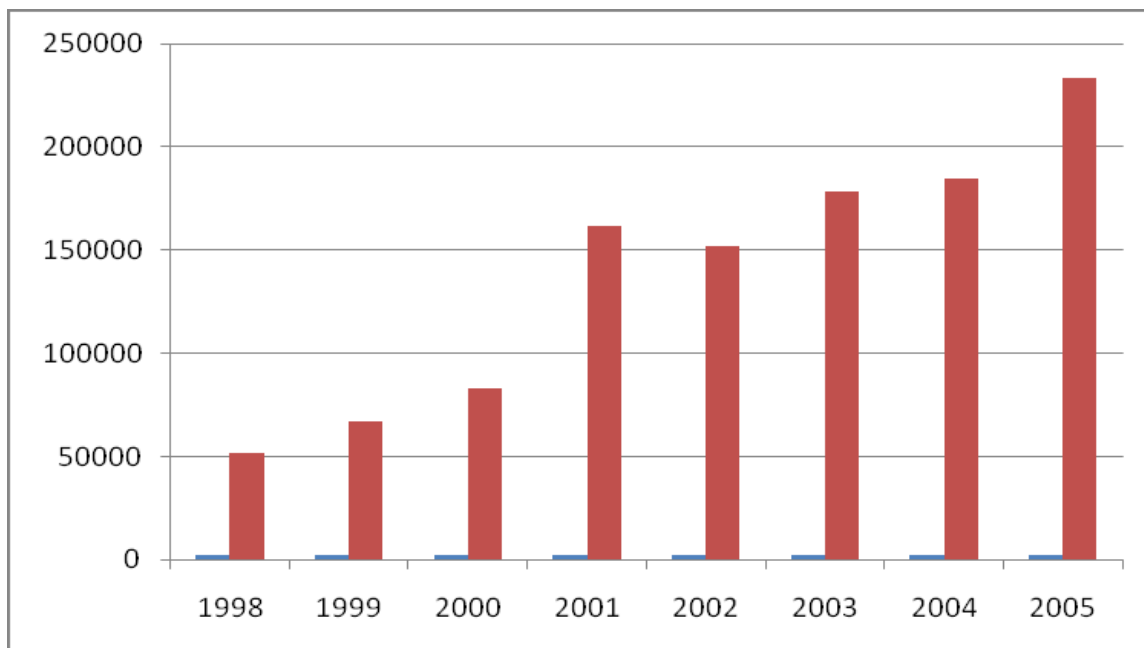


Gráfico 44 - Número de turistas entrados em Cabo Verde, de 1998 a 2005

Fonte: Autor, baseado no INE (2007).

Em 2006, as receitas do turismo conheceram um aumento de 23% com relação ao ano anterior; conseqüentemente, o setor correspondeu a 18% do PIB, 75% das exportações de serviços e mais de 95% do investimento estrangeiro. No entanto, as receitas do turismo atingiu seu valor mais alto em 2007, de cerca de 24% do PIB, para depois diminuir em 2008, mas continuando ainda com uma taxa considerável de cerca de 19% do PIB (BCV, 2008).

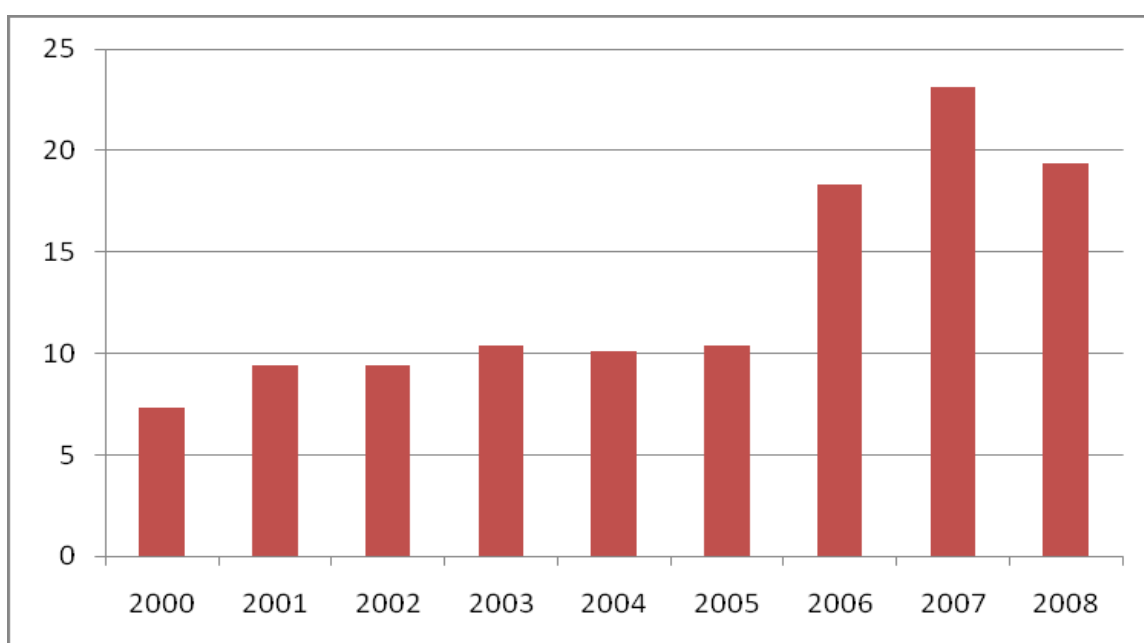


Gráfico 45 - Receitas do turismo (em % do PIB), de 2000 a 2008

Fonte: Autor, baseado no BCV (2008)

Em relação à procura de Cabo Verde como destino turístico, verificou-se uma diminuição do peso de mercados considerados tradicionais, especialmente da Itália (cerca de 29%), havendo compensação pelas entrada do Reino Unido (em mais de 100%), da Suíça (31%) e Espanha (12%). Igualmente, regista-se um aumento substancial da estadia média dos hóspedes britânicos, de 3,9 para 5,9 noites, logo a seguir aos italianos, que lideram com uma média de 6,5 pernoites (BCV, 2005).

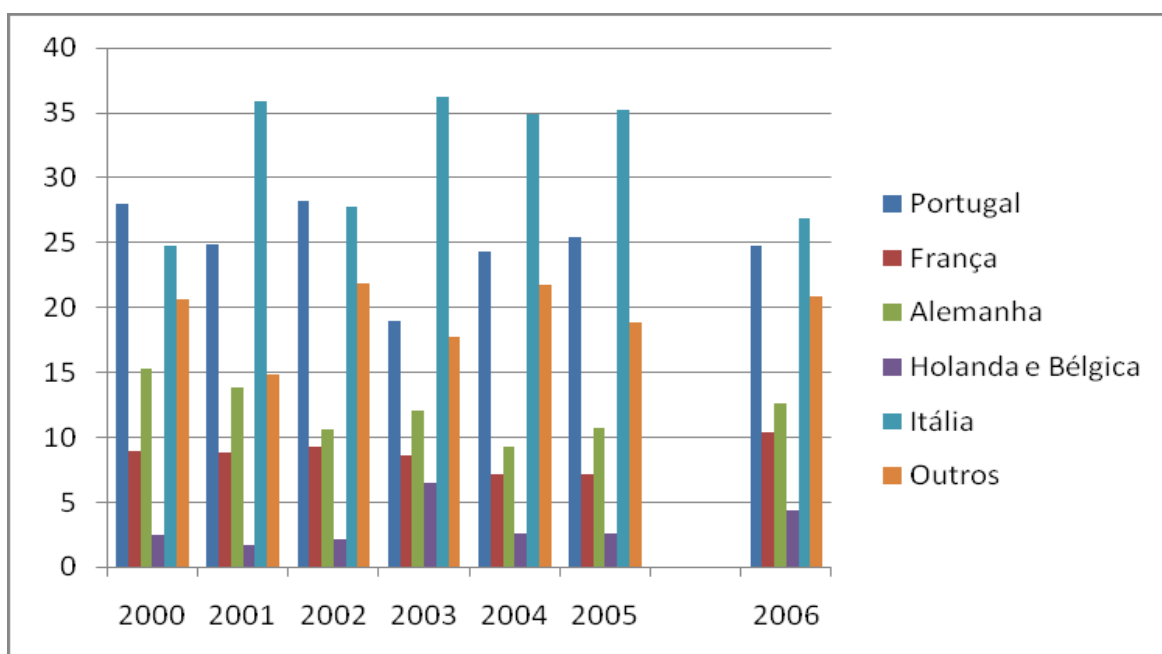


Gráfico 46 - Procura turística (em %), de 2000 a 2006

Fonte: Autor, baseado no BCV (2006).

A taxa de ocupação média, em nível nacional, é atualmente de cerca de 80%; em Santiago essa taxa é de cerca de 70%, no Sal situa-se entre 75% a 80%, em São Vicente é de aproximadamente 50% e nas restantes ilhas não ultrapassa os 35%. A abertura recente de novos aeroportos internacionais no país contribui para o aumento considerável da taxa de ocupação em nível nacional (BCV, 2005).

Em nível da oferta de hotelaria, constata-se também um forte dinamismo do setor, no intuito de fazer face à demanda. Registrou-se, em 2007, um aumento do número de estabelecimentos, passando das 142 unidades, em 2006 para 150 em 2007, do que resultou em um crescimento de 11% no número de leitos (INE, 2008).

Segundo estimativas do BCV (2008), até 2015, o número de turistas em Cabo Verde deve atingir cerca de um milhão, o setor contribuirá com 30% do PIB e empregará cerca de

53.000 pessoas. A preparação de quadros qualificados para dar resposta a esta expansão do setor é, sem dúvida um desafio; a primeira Escola de Turismo e Hotelaria do país deve abrir as portas ainda em 2009.

Os sucessivos Governos de Cabo Verde têm apostado no setor do turismo, como vetor principal do desenvolvimento econômico e social sustentado, atraindo investimentos consideráveis, destinados a promover um crescimento espetacular nos próximos anos, liderado pela imobiliária turística. Essa aposta revela-se uma decisão estratégica importante, com impacto positivo nos demais setores, com a criação de empregos e o crescimento do produto. Exigirá, por consequência, investimentos em projetos de infraestrutura básica (rede de distribuição de água potável, vias de comunicação rodoviária, transportes aéreos, transportes marítimos), necessárias à captação do investimento e desenvolvimento do turismo. Além das várias ações de promoção turística das ilhas (como as feiras internacionais de turismo, por exemplo), que desde há vários anos têm vindo a desenvolver, as autoridades Cabo-verdianas concedem, entre outros benefícios, bonificações nas aquisições de terrenos, incentivos fiscais e facilidades aduaneiras aos investidores que escolham o país como destino dos seus investimentos (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

É no setor do turismo que está concentrado o maior volume de investimento realizado no país, cerca de 81% do total, seguido do setor da indústria, com 10% e, por fim, os outros setores de atividade, com 9% do total. O setor de turismo registra o maior nível de diversificação do produto, com a introdução de novas atividades e novas formas de prestação de serviços com maior valor acrescentado, tais como turismo de habitação de luxo e novos pacotes turísticos, com maior diversificação das opções oferecidas, tais como resorts, campos de golf, parques aquáticos e novas modalidades de desportos náuticos, como o *surf*, o *winsurf* e a vela, entre outras possíveis que a procura obrigará a desenvolver (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

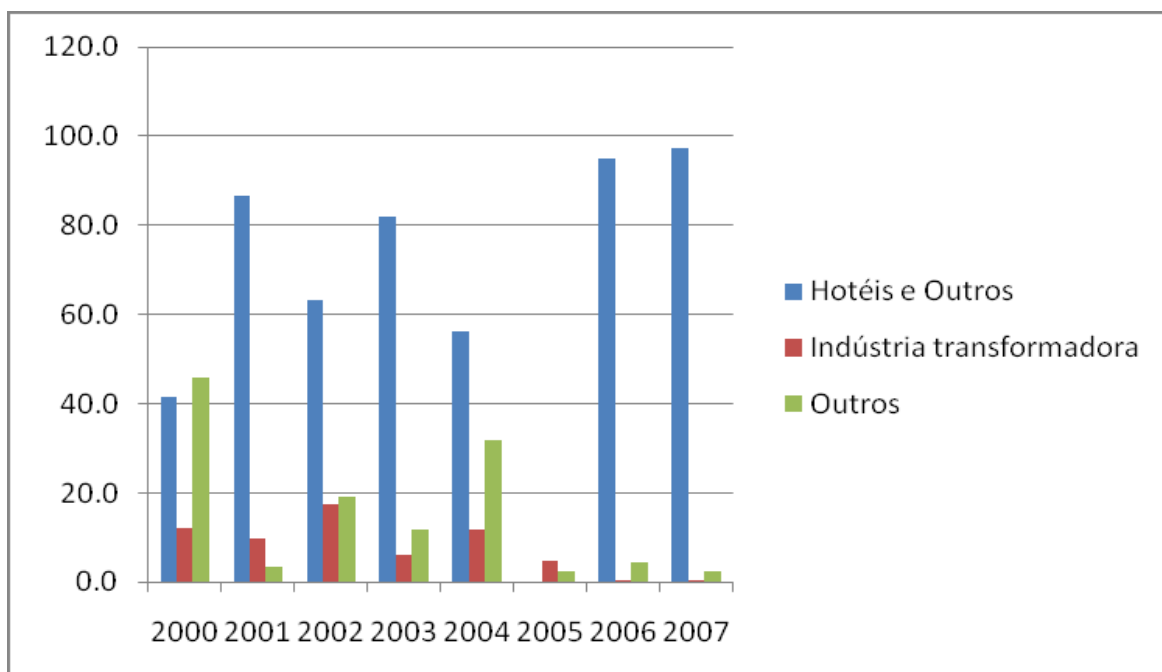


Gráfico 47 - Investimento externo direto por sectores de atividade (em %), de 2000 a 2007
Fonte: Autor, baseado no BCV (2006).

As indústrias hoteleiras e afins foram responsáveis por cerca de 90% do investimento estrangeiro em 2005; as ilhas de Santiago, S. Vicente, Sal e Boa vista foram os destinos da totalidade do investimento realizado, com as ilhas de Santiago e S. Vicente a disputar cada vez maior fatia do montante global investido (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

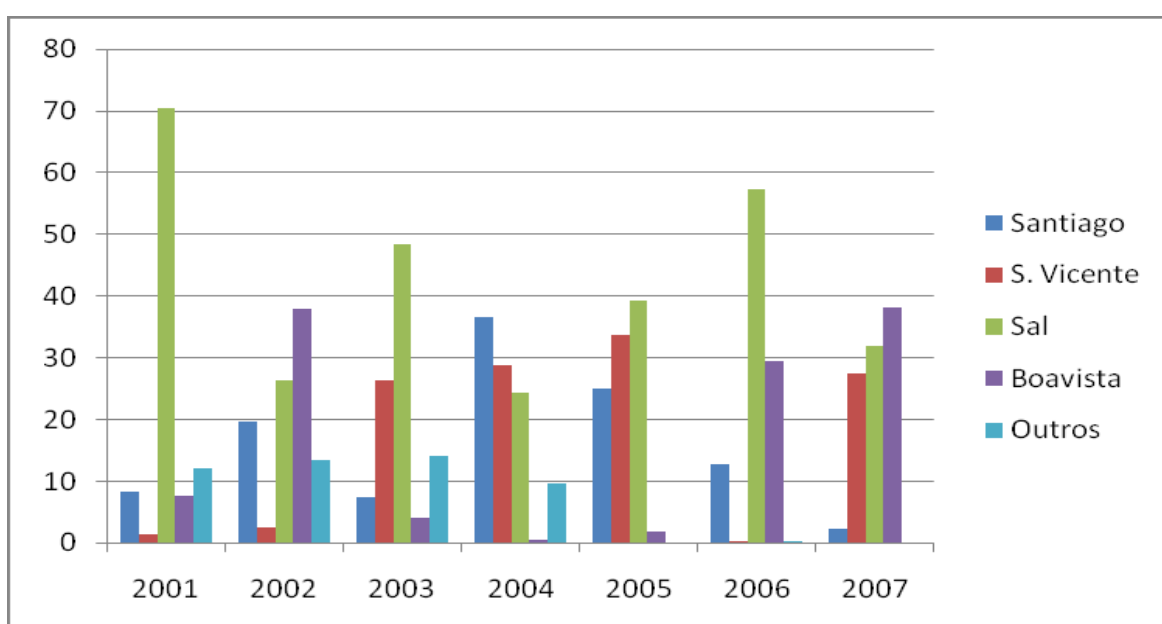


Gráfico 48 - Distribuição do investimento externo por ilhas (em %), de 2001 a 2007
Fonte: Autor, baseado no BCV (2007).

Os grandes investimentos nessa área têm tido origem, principalmente, em capitais italianos e portugueses, seguidos por investidores espanhóis e alemães, e mais recentemente, em parceria com Cabo-verdianos, ingleses e irlandeses, com grandes investimentos previstos para S. Vicente, Sal, Santiago e Boa vista; esses investimentos estão direcionados para os novos e modernos formatos de turismo, como habitação de turismo de luxo, *resorts*, marinas e outras estruturas de qualidade destinadas a atrair o melhor do turismo internacional (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

Cabo Verde elevou o seu potencial turístico quando decidiu transformar as suas fragilidades naturais em pontos fortes de interesse estratégico. No entanto, também são essas mesmas fragilidades que, aliadas à localização e dimensão do país, o vão obrigar a uma gestão cautelosa e prudente, pois o país terá de decidir ou pelo turismo de massas, que origina grande afluxo de capitais, mas com elevada probabilidade de desaparecimento dos pontos de atração, ou seguir a prática de turismo não agressivo para o meio ambiente, mas suficientemente seletivo para atrair os turistas de mais elevados rendimentos (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2007).

5.4.2 Os recursos externos

Desde a independência em 1975, que Cabo Verde vem se beneficiando das ajudas e apoios da comunidade internacional, que permitiram ao país atingir níveis consideráveis de desenvolvimento econômico e social; assim, tanto a ajuda externa como a emigração devem, e são consideradas indispensáveis, a curto e médio prazo, e uma oportunidade capaz de minorar os efeitos das fraquezas internas do país. Dentre as fontes externas de financiamento do desenvolvimento de Cabo Verde, destaque para a APD (66%), as remessas de divisas dos emigrantes (7%), o IED (9%) (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Portanto, a ajuda externa e a emigração devem ser encaradas, simultaneamente, como indispensáveis a curto e médio prazo e, acima de tudo, como uma oportunidade ligada às fraquezas internas do país. Por isso, uma política ativa de mobilização da ajuda pública internacional e as políticas para as comunidades emigradas deverão estar subordinadas a uma estratégia de transformação dessas oportunidades, no sentido de transformar em forças a médio e curto prazo as atuais fraquezas internas, geradoras do fenômeno de assistência. Tal estratégia recomenda a reestruturação do atual sistema global de afetação e gestão da ajuda,

designadamente, em nível institucional, das políticas, dos instrumentos e dos setores prioritários, de forma a assegurar a necessária coordenação da gestão da ajuda externa, garantindo-lhe maior transparência e eficácia (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

Neste contexto, é importante assinalar que, após a assinatura do documento “Poverty Reduction and Growth Facility”⁴⁵ (PRGF) com o FMI em 2001, os resultados globais do programa foram muito positivos. O país conheceu um crescimento sólido que permitiu um bom desempenho da sua política econômica, com um notável crescimento e com a redução da pobreza; decorrido cerca de três décadas pós-independência, resultado em parte desses acordos, Cabo Verde foi alçado, a partir de 2008, a País de Desenvolvimento Médio (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

É bom lembrar também que, antes da saída efetiva de Cabo Verde do grupo dos PMA, o país, com o apoio dos seus parceiros técnicos e financeiros para o desenvolvimento, desenvolveu iniciativas que podem ajudá-lo a preparar uma transição suave, elaborando, para isso, uma estratégia que será implementada no decurso do período transitório, com vista a evitar reduções bruscas da APD, da assistência técnica e das vantagens ligadas ao estatuto dos PMA. Isto quer dizer que, para manter os níveis de crescimento, é fundamental a continuidade de uma particular atenção, dado que a vulnerabilidade econômica do país se mantém consideravelmente elevada, o que justifica que continue a beneficiar da APD até ao fim da sua independência econômica, apoiada em bases macroeconômicas consolidadas e duradouras (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Atualmente, os projetos de cooperação internacional representam um suporte importante para a redução dos custos associados à insularidade e outros constrangimentos que o país apresenta, não apenas no quadro da ajuda à estabilidade macroeconômica e financeira, mas também em numerosos projetos no setor de infraestrutura, social e privado (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Contudo, é importante salientar que, não obstante tais condicionalismos, Cabo Verde tem conhecido, em alguns domínios, avanços significativos designadamente nos setores da educação, saúde, infraestrutura, democratização e participação política dos cidadãos. No entanto, tais conquistas carecem de sustentabilidade e, neste domínio, grandes desafios se colocam ao Estado e à sociedade cabo-verdiana, na busca de soluções viáveis e eficientes. É neste sentido que o plano internacional se apresenta como instrumento de capital importância para o desenvolvimento de Cabo Verde, e, por isso, conceder a devida atenção à esfera

⁴⁵Crescimento e Redução da Pobreza.

internacional é um imperativo para a boa governabilidade. Com efeito, a credibilidade do país e a efetividade da sua ação internacional podem ser transformadas em elementos da competitividade (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

5.4.3 Ajuda pública ao desenvolvimento

Desde a independência, Cabo Verde beneficiou-se de fluxos consideráveis de ajuda pública ao desenvolvimento e é devido à herança da estrutura socioeconômica colonial que o país é dependente da ajuda externa. Apesar de a ajuda perder sucessivamente peso relativo no produto interno bruto, continua ainda com um peso expressivo no PIB, passando de 60,3% em 1980 para 32,3% em 1993, 14,3% em 2002 e 10,7% em 2004; a esse ritmo, a ajuda externa aproximar-se-á dos 5-8% do PIB em 2010 (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

A APD, em dólares correntes, flutuou em torno duma média ligeiramente inferior a US\$90 milhões durante o período 1990-2005, onde a ajuda bilateral é bem superior à multilateral; mas, a análise da evolução da APD em relação ao PIB oferece um panorama diferente, mostrando claramente sinais de redução em relação ao PIB (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

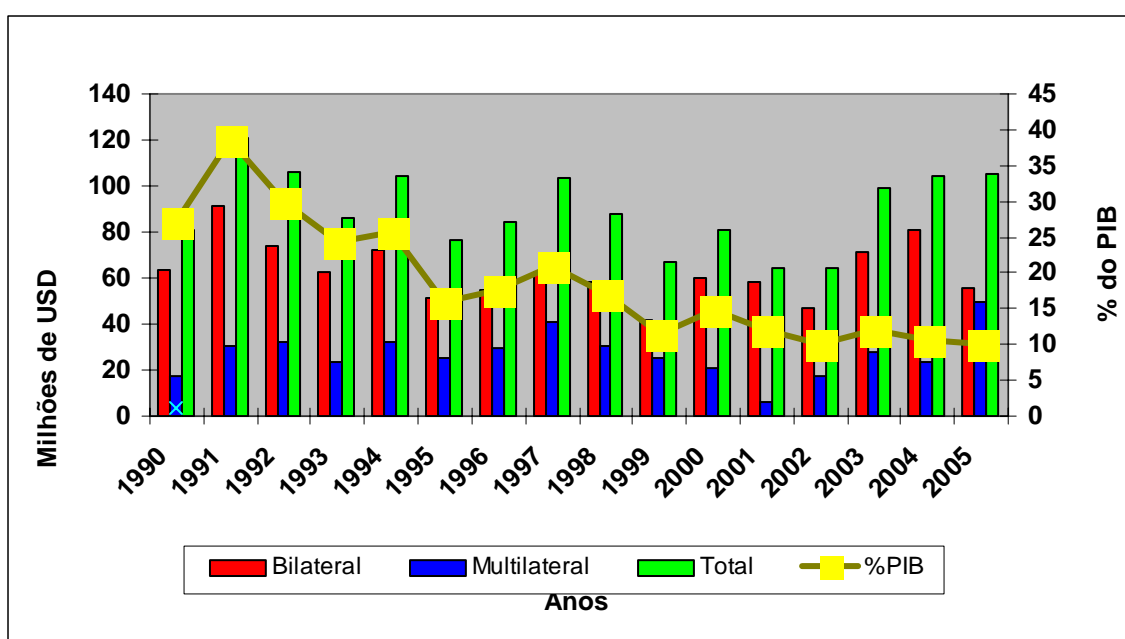


Gráfico 49 - APD em milhões de dólares e em % do PIB, de 1990 a 2005
Fonte: Banque Africaine de Développement (2008).

Apesar da atual posição do país, continuam a coexistir elementos que são devidos à vulnerabilidade econômica e alimentar. As projeções do FMI demonstram essa realidade, e parece necessário desenvolver uma estratégia evolutiva para Cabo Verde com vista a garantir as taxas de crescimento do PIB para poder reduzir a pobreza. De acordo com os cálculos do Governo, para atingir os ODM, o país deve manter os investimentos públicos acima dos 12% do PIB, um esforço que exige, sem dúvida, a continuação da APD e a mobilização dos recursos externos, nos quais se encontram incluídos os investimentos privados (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

De uma forma geral, a APD foi, e continua sendo, indispensável para o financiamento dos investimentos públicos necessários para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, através do aumento da produtividade da mão-de-obra, que exige a mobilização de uma poupança ainda inexistente. A ajuda financiou, em média, mais de 80% do investimento público (CABO VERDE, 2007).

A ajuda pública ao desenvolvimento é um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde; ela contribui, em geral, para a melhoria de infraestruturas econômicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos setores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos (CABO VERDE, 2007).

Seja como for, pertencer ao grupo dos PMA era crucial para que Cabo Verde tivesse acesso aos recursos da APD, concedidos sob a forma de donativos ou a taxas concessionais. Se hoje Cabo Verde está relativamente bem situado na subregião Oeste africana, onde está geograficamente inserido, em relação aos indicadores sociais e em termos de desempenho econômico, é, sobretudo, graças a uma utilização ponderada e a fins exclusivos de desenvolvimento da APD (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

A dependência em relação à ajuda nos setores da saúde e da educação mostra até que ponto a evolução dos indicadores que entram no índice compósito de capital humano está ligada ao apoio esperado do exterior. Na educação, a parte dos empréstimos no financiamento externo passou de 13% em 1999 para 36% em 2001, ultrapassando os 50% em 2002. A dependência do país em relação à APD em todos os setores é forte, e a tendência vai em direção a uma diminuição do volume da ajuda sob a forma de donativos e um aumento da ajuda sob a forma de empréstimos (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Essa é a alteração importante verificada na ajuda ao desenvolvimento de Cabo Verde; ou seja, a diminuição das doações e o correspondente aumento dos créditos, e uma tendência à substituição da ajuda bilateral pela ajuda multilateral. Atualmente, a parte dos créditos situa-

se entre 20 e 25%, enquanto que em 1980 não ultrapassava os 5%, e vai aumentar ainda mais, com a saída do país do grupo dos PMA (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO, 2004).

A parte dos donativos na APD conheceu uma evolução irregular, que refletiu certa instabilidade da ajuda bilateral, e a tendência geral foi a de diminuição. Os empréstimos foram marcados por uma evolução inversa, e a sua parte no financiamento dos programas de investimento público não parou de aumentar, oscilando em torno dos 4500 milhões de CVE no período entre 2000 e 2005, atingindo valores mais elevados nos anos 2001 e 2005; através dos fundos de contrapartida, a ajuda alimentar financia entre 12 e 16% dos investimentos públicos (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

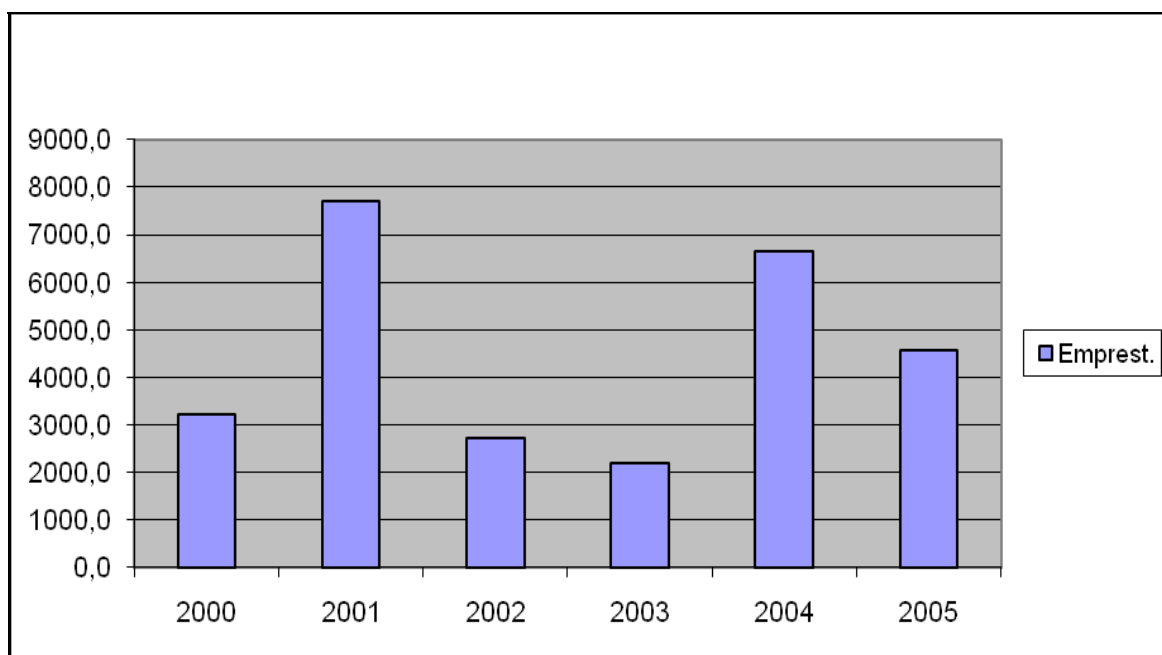


Gráfico 50 - Empréstimos (em milhões de CVE), de 2000 a 2005
Fonte: Autor, baseado no BCV (2007).

5.4.4 Remessa dos emigrantes

As remessas de divisas dos emigrantes, em conjunto com a APD, tradicionalmente têm representado as duas maiores fontes de financiamento da economia desde a independência do país. Durante o período 2000-2005 as remessas dos emigrantes mantiveram-se relativamente

estáveis e ligeiramente acima dos cerca de 10 milhões de CVE por ano, representando os cerca de 12% do PIB durante este período (BCV, 2007).

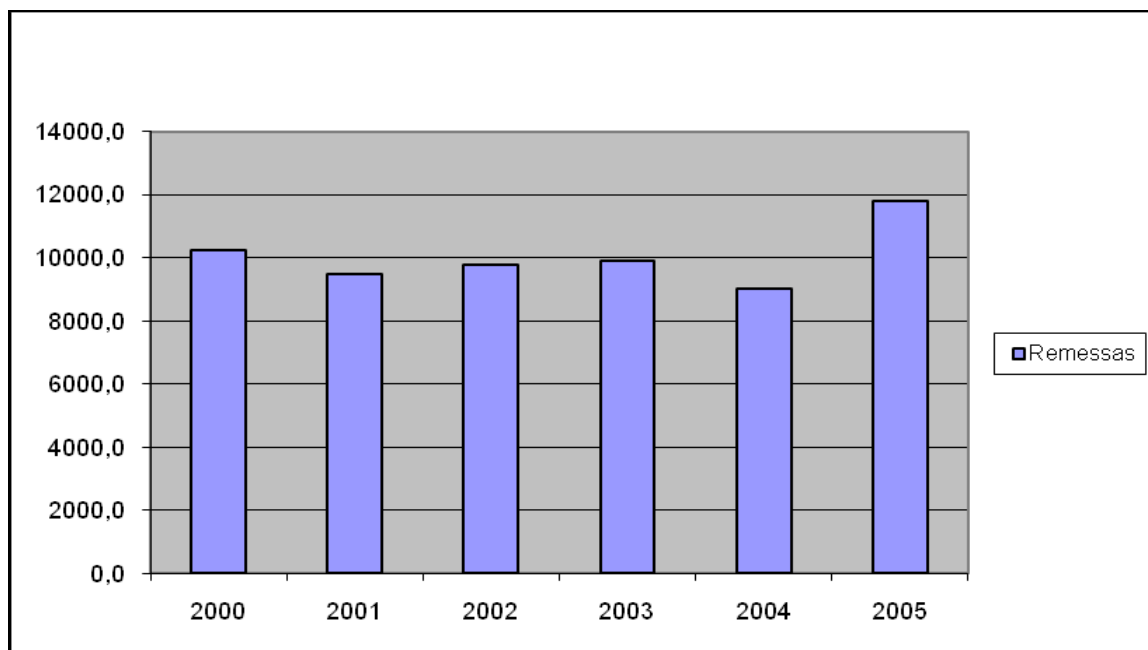


Gráfico 51 - Remessas dos emigrantes (em milhões de CVE), de 2000 a 2005

Fonte: Autor, baseado no BCV (2007).

As remessas de divisas contribuem para o equilíbrio da balança de pagamentos, assim como para a melhoria do nível de vida das famílias beneficiadas. De regresso a Cabo Verde, os emigrantes geralmente investem as suas poupanças, sobretudo, nos sectores da construção civil, dos transportes e do turismo, pelo que se reveste de grande importância na utilização da mão-de-obra, sobretudo nas regiões rurais das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo. Também, os depósitos dos emigrantes, que representavam em 2004 cerca de 46% do total dos depósitos, têm um peso fundamental nas reservas externas/divisas do país (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

Os recursos provenientes da comunidade dos emigrantes representavam nos anos 1990, em média, cerca de 18% do PIB, passando para cerca de 12% no período 2000 a 2005 e durante este período, o seu valor é praticamente idêntico àquele da ajuda acordada pelos parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Cabo Verde. A contribuição das remessas para a formação do PIB tem decrescido com a expansão de outros setores económicos, nomeadamente o turismo (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

5.4.5 Investimento direto estrangeiro

Além dos vários constrangimentos que o país apresenta que dificulta o seu desenvolvimento, a insularidade e a dispersão do território aumentam consideravelmente os custos dos investimentos. No entanto, apesar dos pontos fracos e das ameaças existentes no país, a boa governabilidade, a disciplina orçamental, a melhoria de infraestruturas, com o apoio dos parceiros internacionais, a situação geoestratégica privilegiada do país e outros fatores positivos fizeram com que o investimento privado conhecesse uma dinâmica crescente ao longo dos anos (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Dos projetos do IDE aprovados entre 2000 a 2007, verificam-se aumentos significativos ao longo do período; se em 2000 foi na ordem dos 131 milhões de Euros, em 2006 foi de 406 milhões de Euros e em 2007 de 1148 milhões de Euros (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

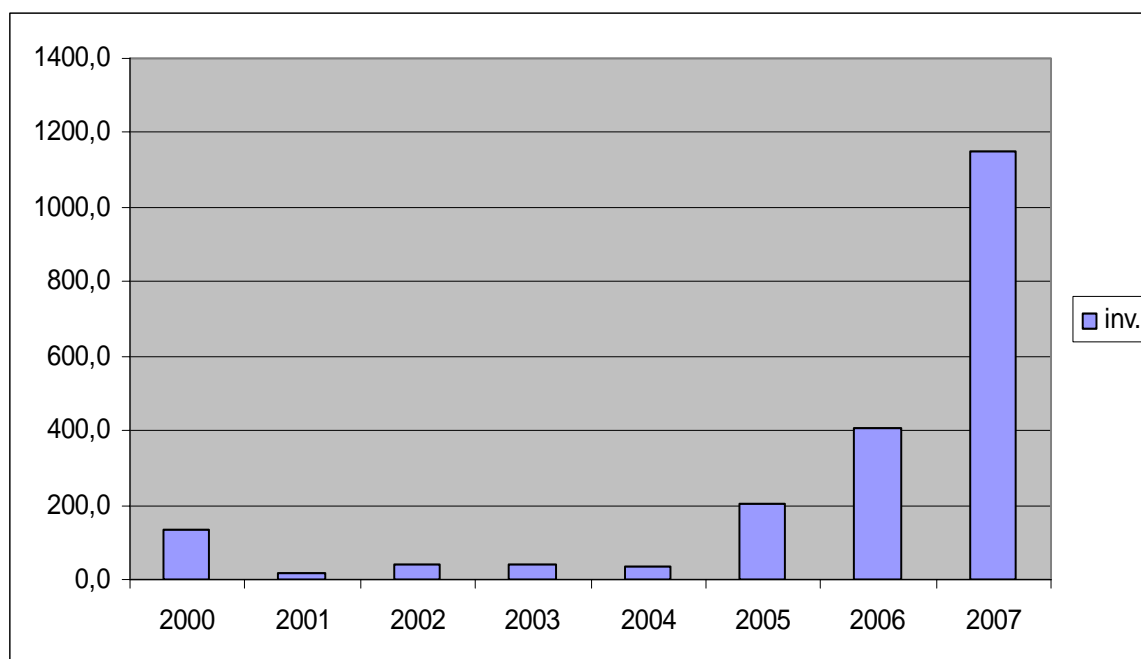


Gráfico 52 - IDE aprovados (em milhões de Euros), entre 2000 a 2007

Fonte: Autor, baseado no Banque Africaine de Développement (2008).

O IDE conheceu um aumento espetacular nos últimos anos; o estoque do investimento estrangeiro, que no período 2000-2003 era inferior a USD 50 milhões, atingiu USD 250

milhões em 2005 e USD 323,5 milhões em 2006; grande parte do IDE, ou seja, cerca de 95,6% é orientado para o turismo, com a predominância da Grã-Bretanha e Espanha, com cerca de 30% cada, seguindo-se a Itália e Portugal com cerca de 15% cada (ONU, 2008).

Portanto, pelas observações da comunidade internacional, o investimento externo é considerado como um dos principais responsáveis pela evolução positiva da economia Cabo-verdiana, dado confirmado pela evolução anual do PIB *per capita*, que passou de 1.300 dólares em 2000 para 2.160 em 2005. Verifica-se uma concentração deste investimento com origem externa no setor do turismo e, pela análise dos dados da Cabo Verde Investimentos (CVI), dos 250 milhões de dólares aprovados entre 2000 e 2005, 231 estarem ligados ao turismo e apenas 12 estavam no setor da indústria (VOZDIPOVO-Online, 2008).

O crescimento econômico dinâmico que reflete o nível de desenvolvimento atingido nas últimas décadas é resultado de um enorme esforço de investimento, equivalente a 40% do PIB. Até 1995, o investimento público representava o essencial do esforço do crescimento econômico de Cabo Verde. Atualmente, o investimento privado começou a ganhar terreno e a tornar-se, à semelhança das despesas públicas, em um dos estimuladores do crescimento econômico; esta evolução que está, conforme as orientações da política econômica, definida pelos poderes públicos mantêm-se em harmonia com o IDE; por exemplo, de 1994 a 1999 foram executados projetos num valor de cerca de 173 milhões de USD (CABO VERDE, 2007).

A meta de crescimento anual de fluxo do IDE no período 2005-2007 foi de 20% e para o período 2008-2010 de 15%; em 2006 foram aprovados projetos no valor de 406 milhões de Euros e um montante de 95 milhões de Euros de projetos realizados. (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

A marginalização na África parece tão radical no domínio do IDE como no domínio do comércio. Os investimentos diretos estrangeiros interessam-se essencialmente pelos países petrolíferos (Nigéria, Angola) ou pelos outros países em desenvolvimento (África do Sul). Não sendo dotado de recursos naturais ou de um atrativo particular que possa atrair os investidores privados, Cabo Verde consagrou uma boa parte do investimento público ao financiamento de infraestruturas do país (CABO VERDE, 2007).

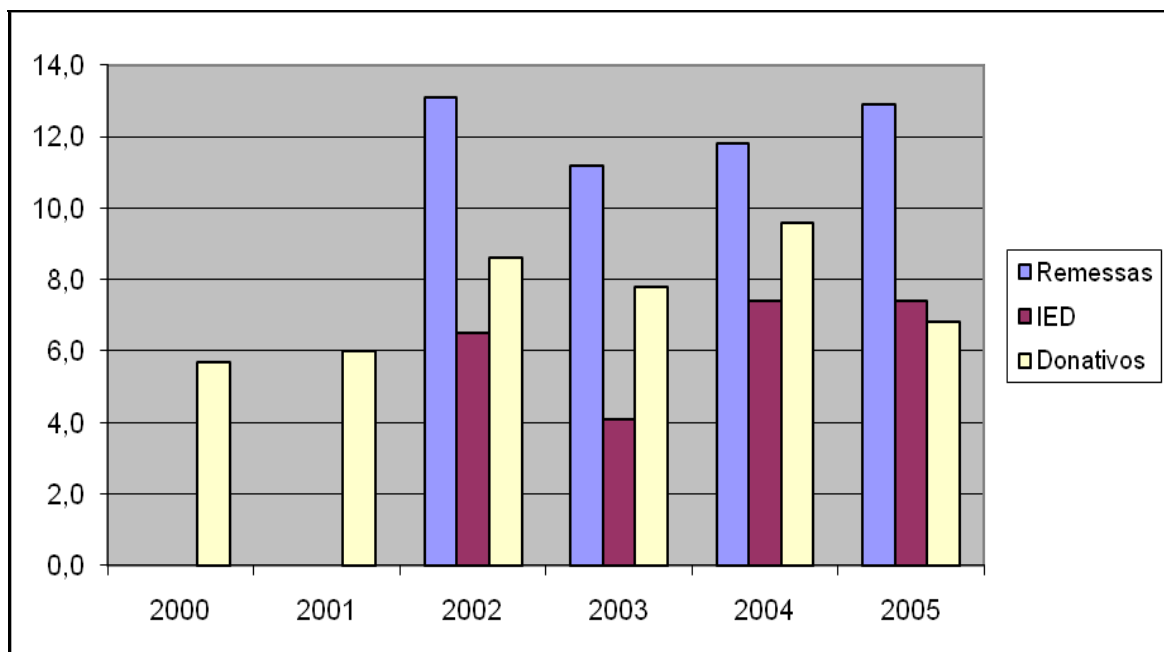


Gráfico 53 - Remessas, IDE e donativos (em % do PIB), de 2000 a 2005

Obs.: em 2000 e 2005 só consegui dados de donativos.

Fonte: Autor, baseado no BCV (2005).

O investimento em Cabo Verde, tanto público como privado, encontra-se fortemente dependente de financiamento externo, constituído pela ajuda, pelas transferências de divisas dos emigrantes e, mais recentemente pelo IDE. Essas ajudas significam os grandes determinantes do crescimento. Este fato coloca Cabo Verde em uma situação de grande vulnerabilidade em relação aos riscos relacionados com as fontes de financiamento. Portanto, apesar de ser fundamental manter os investimentos públicos, e, para isso, é importante a continuidade das ajudas e a mobilização dos recursos externos, verifica-se uma tendência de queda em relação ao PIB não só da APD, mas também das remessas de divisas dos emigrantes; apenas as projeções do IDE são favoráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa nos estudos sobre os problemas do subdesenvolvimento, é que os países subdesenvolvidos apresentam limitações de variados tipos (como a falta de água e de recursos naturais, deficiente capacidade industrial, clima pouco favorável, solo pouco fértil, etc), sendo a escassez de capital considerada como uma das causas fundamentais do subdesenvolvimento. Muitos autores, no entanto, consideram que o problema dos países subdesenvolvidos não está na escassez de capital, mas sim no destino que é dado a esse capital, uma vez que eles conseguem elevadas quantias externas provenientes de ajudas, de remessas dos emigrantes, dos investimentos, entre outros fatores. Parece, na verdade, que, na maioria das vezes, esse capital não é utilizado para aumentar a capacidade produtiva e gerar mais rendas, mas sim é desviado para gastos em bens de luxo, corrupção, gastos militares, etc, tornando imprescindível uma estratégia de desenvolvimento nacional envolvida com os interesses nacionais, eficaz e capaz de transformar esses recursos em novas fontes de renda. A política econômica interna dos países subdesenvolvidos é fundamental para o sucesso dos recursos recebidos.

Observa-se também que as oportunidades de desenvolvimento para os países mais pobres existem, e, por isso, há uma perspectiva otimista desses países rumo ao desenvolvimento. Essas oportunidades vão desde facilidades na obtenção de capital, aproveitamento das tecnologias dos países desenvolvidos, etc.

Mesmo para os pequenos estados e territórios insulares em desenvolvimento, que apresentam alguns desafios peculiares, como, por exemplo, o isolamento e dispersão territorial, vulnerabilidades elevadas, existe também um forte otimismo em relação ao seu desenvolvimento. Esses países podem atingir níveis de desenvolvimento semelhantes aos países grandes, apesar do tamanho limitado e das limitações de opção para resolver o atraso. Tem-se alguns exemplos de países que conseguiram algum sucesso no processo de desenvolvimento, como o caso de Seicheles, um pequeno país insular africano, que apresenta um índice de desenvolvimento humano elevado (0,845).

Cabo Verde encontra-se numa posição razoavelmente confortável, em termos de desenvolvimento, quando comparado a países da subregião africana. Torna-se fundamental seguir exemplos de alguns desses microestados, como Seicheles, Maurícias, que conseguiram avançar um pouco além, atingindo níveis consideráveis de desenvolvimento.

O país tem alcançado taxas de crescimento econômico elevado ao longo dos anos. Nos primeiros anos pós-independência (entre 1975 e 1985), a taxa de crescimento econômico foi alta (cerca de 10%), o que se explica pela política de substituição de importações adotada e, por outro lado, pelo nível da APD e das remessas de divisas dos emigrantes, que atingiram uma média de 60% do PIB nesse período; verifica-se que, entre 1980 a 1990, a taxa de crescimento caiu (4,8% em média); isso se explica pelo fato de essa estratégia se traduzir quase sempre em um elevado crescimento na fase inicial, mas vindo depois a falhar, devido à estreiteza do mercado, às técnicas pouco adaptadas às condições locais, e, principalmente, à fraca competitividade das indústrias protegidas.

A partir de 1991, foi implementado um modelo de economia de mercado, baseado na redução do papel do estado na economia, setor privado como agente principal, abertura ao investimento externo e procura da inserção plena e dinâmica do país na economia mundial. Adotou-se também um conjunto de reformas na administração pública, em nível do ensino, da política fiscal, cambial e monetária. Em 1998, mais reformas na economia foram implementadas, como por exemplo, o Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, o Acordo Stand-By com o FMI, acordos com o BM; outras reformas foram praticadas em 2001, tais como a modernização e internacionalização da economia, acompanhada de uma maior liberalização dos preços e do comércio externo, apoio à iniciativa privada, incentivos ao IDE, abertura do sistema financeiro.

A política de tornar o setor privado no agente econômico direto de produção e redução da intervenção do estado na economia, adotada em 1991, não produziu resultados satisfatórios. Isso porque em um país como Cabo Verde recém saído da independência, em que o setor privado ainda é quase inexistente, a cada vez maior intervenção do estado nessa fase, com vista à regulação e o apoio ao setor privado, torna-se uma necessidade.

Entretanto, o que se verifica, é que o país tem conseguido enormes transformações econômicas graças ao programa de reformas econômicas internas; por exemplo, o PIB real *per capita* aumentou mais de 7% ao ano desde 2001; em 2006 o PIB real atingiu dois dígitos; a taxa de desemprego diminuiu mais de 10% entre 2001 e 2006 e há tendência para redução pela metade da pobreza de 1990 até 2015. Cabo Verde tem conseguido reduzir a dívida em relação ao PIB, aumentar as reservas, melhorar a gestão financeira, e, tudo isso, graças a um conjunto de reformas relacionadas à gestão financeira pública, sistema fiscal, setor financeiro e regulação do setor energético.

Deve-se também realçar as particularidades do comércio externo do país, nomeadamente, a forte propensão para a importação e a ausência de uma capacidade

produtiva interna forte, resultando na falta de qualquer produto ou setor que seja um exportador líquido significativo. Dessa forma, a estrutura econômica de Cabo Verde tem se caracterizado ao longo dos tempos por um atrofia do setor das exportações. Em vista disso, as importações sempre foram muito maiores do que as exportações, o que faz com que a balança comercial ainda seja muito deficitária. As transferências públicas e privadas são os grandes financiadores das importações. Em relação às finanças públicas, verifica-se que ela é sempre deficitária, com as despesas a ultrapassar sempre as receitas, embora nos últimos anos haja tendência para um maior equilíbrio, graças a uma maior arrecadação fiscal em virtude das reformas implementadas no setor.

Observando o comportamento da economia Cabo-verdiana, verifica-se o elevado peso do setor terciário, considerado claramente como setor dominante. Trata-se de um setor tradicionalmente dominado pelas atividades de comércio, serviços governamentais e transportes, com o turismo a aumentar cada vez mais o seu peso. Significa uma mudança importante e recente, uma vez que as atividades de turismo poderão constituir um fator de dinâmica capaz de incrementar a articulação com a economia mundial, mas desde que acompanhado de profundas reformas em algumas áreas, principalmente na de infraestruturas.

Observa-se também que o desemprego é ainda muito alto, atingindo, sobretudo, as populações mais jovens e as mulheres, e, à medida que aumenta a idade, o desemprego diminui. A pobreza também continua alta, principalmente nas zonas rurais.

Assim, se observa que os principais setores de atividade, principalmente a agricultura e a indústria, apresentam muitas limitações, e o turismo, considerado setor estratégico, também apresenta limitações diversas, principalmente em relação a infraestruturas.

Quanto às perspectivas de inserção internacional, principalmente em relação à União Européia, é natural que os países menos desenvolvidos possam beneficiar da solidariedade internacional mediante a celebração de Acordos de Parceria Econômica. A liberalização da economia, juntamente com a eliminação das barreiras alfandegárias, pode suscitar efeitos perversos nos setores produtivos de Cabo Verde na medida em que a insularidade, o custo elevado dos transportes marítimos e aéreos e a fraca produtividade dos portos afetam negativamente a competitividade de todos os setores da economia. Por outro lado, a insuficiência da oferta e o custo elevado de fatores como a água e a energia travam um maior aumento quer do IDE, quer do setor privado em geral. A isso se juntam a debilidade do sector primário, a ausência de tradição industrial e a falta de quadros qualificados.

Verifica-se que há uma vontade enorme de Cabo Verde para o estabelecimento de relações cada vez mais próximas com a União Européia justificada pelas limitações do país.

Mas, por outro lado, essa aproximação pode representar uma ameaça e uma eventual contradição às opções de desenvolvimento, pelo fato do país ter seu comércio externo centrado nos países da União Européia, em particular, Portugal, tornando mais vulnerável face à eliminação das barreiras alfandegárias pela fraca capacidade de produção interna e de competir com os produtos europeus; por outro lado, em virtude das dificuldades existentes a nível dos transportes do país e de outros constrangimentos, torna cada vez mais difícil a diversificação de mercados tanto em relação à importação como em relação à exportação.

Assim, pode-se dizer que o diagnóstico das relações econômicas e de comércio internacional em Cabo Verde não é muito positiva, quer pelo aumento dos custos de investimento e de vida, em virtude da insularidade, vulnerabilidades, quer porque a estrutura e infraestruturas do país não estão ainda preparadas para o aumento previsto da população residente e dos visitantes, quer ainda porque os esforços para aproveitar as vantagens trazidas pelo comércio e pelas possibilidades regionais são deficientes.

Cabo verde apresenta também desafios enormes em termos de investimentos na educação, principalmente em nível do ensino superior, que é certamente um dos maiores desafios que os estados de pequena dimensão têm a vencer, principalmente em relação à possibilidade de recrutar pessoal docente qualificado, criar ambiente científico e disponibilizar os meios financeiros. Grande parte dos investimentos no país depende do financiamento externo. Assim, o grande problema que se coloca a todo sistema educativo em Cabo Verde, e principalmente do ensino superior é o da sua sustentabilidade, particularmente em termos de financiamento. Para Cabo Verde, torna-se importante, uma maior diversificação da cooperação com as instituições de ensino superiores estrangeiras e com outros países.

A educação é fundamental para o futuro de desenvolvimento de Cabo Verde, pois, com enorme carência em recursos naturais, a sua população tem sido considerada como sendo a principal riqueza e onde deverá alicerçar-se o desenvolvimento. A criação da Universidade de Cabo Verde (UNICV) é um passo muito importante; a universidade influencia de diversas maneiras no desenvolvimento econômico, social e cultural, e cada vez mais desempenha um papel de ator econômico e social, mas também representa ao mesmo tempo um enorme desafio para o país.

Os profundos desequilíbrios e distorções econômicas, sociais e regionais acabam por revelar os limites de um crescimento ineficaz da economia Cabo-verdiana; estes desequilíbrios e distorções podem ser considerados estruturais na medida em que, afirmando-se cada vez mais desde os anos 90, persistem até hoje.

Por outro lado, a posição do país ao grupo dos PRM pode ter conseqüências muito desastrosas; a debilitada taxa de poupança interna e os avultados investimentos necessários em infraestruturas econômicas e sociais para o desenvolvimento do país fazem com que a APD continue a ser vital nos anos seguintes à graduação.

Cabo Verde realizou progressos importantes no seu percurso de desenvolvimento, mas continua ainda com constrangimentos estruturais que limitam o alcance desse percurso, ou seja, as políticas de desenvolvimento implementadas ainda não revelaram eficácia suficiente para conduzir à superação desses constrangimentos. Na base desses constrangimentos estão, por exemplo, as dificuldades em fazer do investimento o verdadeiro motor do crescimento econômico e em realizar as modificações estruturais necessárias para sustentar a dinâmica do crescimento, a erradicação da pobreza e do desemprego. Essas são as duas dimensões importantes do desenvolvimento econômico, de cuja inter-relação pode ou não gerar um círculo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. Recordar-se que grande parte desses investimentos estão ligados a infraestruturas, principalmente no setor das construções e não na criação de capacidade produtiva.

Os principais constrangimentos que hoje continuam a limitar o seu desenvolvimento, e a reprodução desses constrangimentos se devem precisamente à ausência de transformações significativas nas estruturas econômicas do país. É preciso haver um esforço maior na oferta de infraestruturas, reduzir as dificuldades nos domínios da água, transportes, energia, saneamento. A mobilização de recursos externos deve ser integrada em um sistema em nível nacional que seja coerente e coordenado, mas, acima de tudo, o país precisa crescer mais e a um ritmo acelerado, a fim de exportar mais, aumentar a capacidade produtiva da economia, gerar mais emprego, melhorar as condições de vida das populações, reduzir a pobreza, etc.

Cabo Verde enfrenta vulnerabilidades antigas e novos desafios: falta de infraestrutura ainda limita o crescimento; o contínuo crescimento do setor do turismo exigirá investimentos de grande escala em transporte e infraestrutura energética; o setor financeiro ainda depende de depósitos dos não residentes, que constituem cerca de 40% dos depósitos bancários totais, fazendo com que o financiamento do sistema bancário de base dependa deles; a base de exportação é estreita; a economia é vulnerável à demanda internacional para o turismo, especialmente tendo em conta a escassez de recursos naturais; as reformas estruturais não foram ainda suficientemente amplas para sustentar o crescimento em alta a longo prazo; limitar a vulnerabilidade associada a essa especialização, diversificação das fontes de crescimento e aumentar a flexibilidade da economia como amortecedor contra choques, representam um desafio; no setor financeiro, precisa é necessário dotar os bancos de maiores

fontes de financiamento; no setor agrícola, é necessário repensar estratégias de ajuda agrícola externa, desenvolver mais projetos de captação de água, uso do potencial produtivo, etc; estabelecer vínculos de cooperação internacional com instituições de pesquisa, como criar alicerces para o desenvolvimento de pesquisadores nacionais.

No entanto, apesar dessas enormes distorções e desequilíbrios que o país enfrenta, as perspectivas de curto prazo são amplamente favoráveis, não só internamente como em nível das organizações internacionais; basta, para isso, ver as projeções de crescimento econômico, da inflação, do PIB *per capita*, de reservas internacionais, de dívida externa.

Por outro lado, essa expectativa favorável se explica também pelo fato de, ao longo dos anos, Cabo Verde ter conseguido melhorias significativas em vários domínios, conseqüências de inúmeras reformas implementadas. Constata-se um esforço de políticas para a consolidação dos ganhos da estabilidade macroeconômica e aprofundamento das reformas estruturais para sustentar um crescimento elevado a médio prazo. Percebe-se um esforço do governo de Cabo Verde na implementação de um conjunto de medidas para dar resposta aos desafios e minimizar os custos para preservar a estabilidade, tais como a política fiscal para uma maior acomodação das autoridades nos investimentos em infraestrutura, reformas do setor financeiro, reformas estruturais para diversificar a economia, políticas de atração do IDE que estão quebrando a dependência das ajudas, maior participação do setor privado, etc. Há evidências de que é cada vez menor os efeitos da crise internacional no país, pela forte presença dos bancos portugueses em Cabo Verde, que não sentiram muito com a crise mundial.

Em relação às alternativas de desenvolvimento de Cabo Verde, observa-se que ela depende quase que, exclusivamente, de fatores externos muito frágeis, tais como APD, IDE e remessas de divisas dos emigrantes, e também do turismo. Cabo verde tem atraído elevados recursos externos graças à boa governabilidade, boa gerência da ajuda externa, estabilidade das instituições políticas, democracia política, baixo nível de corrupção. O governo de Cabo Verde tem se pautado por princípios de rigor e de transparência na gestão dos recursos externos, e tem-se orientado para a intensificação da democracia.

Verifica-se que há uma preocupação dos governos de criar um ambiente político, legal, econômico e financeiro que favoreça o investimento externo e as exportações. Por outro lado, existe a preocupação de mobilização de toda a sociedade rumo ao desenvolvimento sustentado do país. Para o governo, a imagem externa é um recurso estratégico que deve ser potencializado.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES NOS AÇORES. **Remessas Ajudam a Combater Pobreza no Mundo: Cabo Verde entre os Países mais Beneficiados.** Disponível em: <<http://www.aipa-azores.com/noticias/ver.php?id?=618>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

BAfD/OCDE. **Perspectivas Econômicas na África.** Cabo Verde, 2008.

BANCO DE CABO VERDE. **Relatório do Conselho de Administração.** Disponível em: <<http://www.bcv.cv>>. Acesso em: 25 Out. 2009.

BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT. **Estudos sobre os Custos de Insularidade em Cabo Verde.** Lisboa, 2008.

BRESSER-PERREIRA, Luiz. Estratégia Nacional de Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 2, p. 203-230, 2006.

CABRAL, José. **O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde.** Turismo e Combate à Pobreza: no Djunta-mô. 2005. Dissertação (de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

CABO VERDE. **Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Econômica.** 2006. Trabalho apresentado no Reforço das Capacidades de Apoio à Preparação de Acordos de Parceria Econômica. Praia, 2006.

CABO VERDE. **Relatório de Informação ao Secretário Geral das Nações Unidas sobre o Processo de saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA.** Praia, 2007.

CABO VERDE. **Visão Nacional da Água, a Vida e o Ambiente.** Praia, 2003.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS. **Cabo Verde: Dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes.** Lisboa: SGE-Mediateca, 2007.

CORREIA E SILVA, António. **Combates pela História.** Praia: Spleen, 2004.

CONSELHO DE MINISTROS. **As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica.** Praia, 2001.

DE ALBUQUERQUE, Luis; SANTOS, Maria. **História Geral de Cabo Verde**. 2. edição. Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

DN ONLINE. **Cabo Verde: um exemplo para a África**. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/2006/01/02/suplemento_negocios/cabo_verde_exemplo_para_africa>. Acesso em: 23 Jul. 2008.

FERREIRA, Eduardo. **Reflexão Sobre o Modelo de Desenvolvimento Cabo-verdiano**. [1998]. Trabalho apresentado no CEsA, Lisboa, 1998.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção os Economistas), 1986.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito ao Emprego**. Praia, 2006.

INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA. **Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar**. Praia, 2006, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **O Perfil da Pobreza em Cabo Verde, IDRF 2001-2002**. Praia, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Comércio Externo**. Praia, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais**. Disponível em: <http://www.ine.cv/pesquisa_portal.aspx?id=contas%20nacionais>. Acesso em: 25 Set. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND. **World Economic Outlook Database**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 26 Out. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Fifth reviews under the Policy Support Instrument.** Washington, DC, p. 3 - 36, Dez. 2008, 2009.

JÚNIOR, Paulo. Cabo Verde: do Subdesenvolvimento Profundo á Graduação ao Grupo dos Países de Rendimento Médio. In: FONSECA, Jorge (Org.). **Cabo Verde: Três Décadas Depois.** Praia: 2007. p. 61-78.

LAURENT, Éloi. **Economic Consequences of the Size of Nations, 50 years on.** Paris: Collection OFCE/ANR, N.6, 2008.

LÓPEZ, Josefa. **El Impacto de la Globalización en el Médio Local.** Un Panorama Histórico y actual, visto por Protagonistas de 13 Países. [2002]. Trabalho apresentado no Programa a Distancia de Formacion, Información, Asistencia Técnica y Trabajo en Rede n Desarrollo Local, Praia, 2002.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Conta Geral do Estado.** Praia, 2006.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005.** Praia, 2001.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Documento de Estratégia de Crescimento e redução da Pobreza II.** Praia, 2008.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO. **Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza.** Praia, 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

ORGANIZAÇÃO NAS NAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Países Insulares en Desarrollo.** Nova York: Informe del Grupo de Expertos, 1974.

ORGANIZAÇÃO NAS NAÇÕES UNIDAS. **A Contribuição do Quadro Integrado na Organização Econômica de Cabo Verde.** Praia, 2008.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Monitorar o Desenvolvimento Humano: Alargar as Escolhas das Pessoas... Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/lista_de_pa%c3%adses_por_%c3%adndice_de_desenvolvimento_humano>. Acesso em: 25 Out. 2009.

TOLENTINO, André. **Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde**. 2. edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

REIS, Victor. **Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde Após a Independência**. 2000. Dissertação (de Mestrado em Desenvolvimento Económico e Social em África) - Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa, Lisboa, 2000.

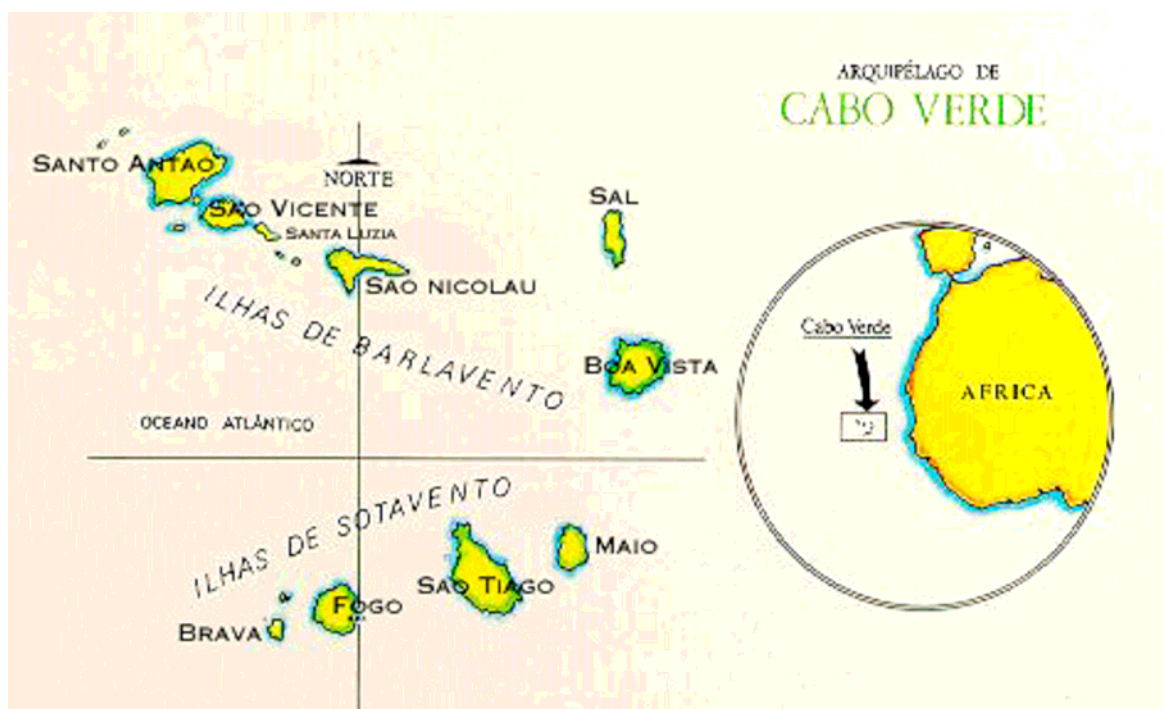
ROCHA, Carlos. **Estabilização Macroeconómica e Política Monetária em Cabo Verde**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

SILVA, Ulisses. Cabo Verde: Três Décadas de Economia á Luz da Constituição e da Práxis Governativa. In: FONSECA, Jorge (Org.). **Cabo Verde: Três Décadas Depois**. Praia: 2007. p. 79-124.

VOANEWS.COM. **Cabo Verde: O peso das Remessas dos Emigrantes**. Disponível em: <<http://www.voafanti.com/gate/big5/www.voanews.com/portuguese>>. Acesso em: 23 Jul. 2008.

VOZDIPOVO-ONLINE. **Cabo Verde e o Mundo**. Turismo é o Sector que mais investimentos. Disponível em: <<http://arquivo.voldipovo-online.com/conteudos/negocios/turismo>>. Acesso em: 23 Jul. 2008.

ANEXO A – Mapa de Cabo Verde



Mapa 1: Cabo Verde.

Fonte: Banque Africaine de Développement (2008).

ANEXO B – Tabelas Sobre a Economia de Cabo Verde

Tabela 3 - Balança corrente (em % do PIB) (1999 – 2009)

	1999	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Balança comercial	-36.9	-41.0	-34.9	-40.9	-40.8	-41.3	-41.5
Exportações de bens	4.5	6.2	8.9	8.5	6.3	5.6	5.2
Importações de bens	41.4	47.2	43.8	49.4	47.1	46.8	46.7
Serviços	-3.0	3.4	6.9	13.4	10.5	12.7	14.6
Rendimento dos fatores	-1.5	-2.0	-3.4	-4.0	-2.7	-2.8	-2.9
Transferências correntes	27.3	25.2	27.9	25.7	22.4	20.7	21.7
Balança corrente	-14.2	-14.3	-3.4	-5.3	-10.7	-10.6	-8.2

Fonte: BAFd/OCDE (2008).

Tabela 4 - Síntese de indicadores econômicos (1998 – 2003)

Sector Real	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PIB real em %	6,4	9,5	7,9	3,5	5,5	4,7
Produto per Capita 1 USD	1346	1262	1274	1244	1437	1800
IPC (Taxas de variação média) em %	4,4	4,4	-2,4	3,7	1,8	1,2
Taxa de Desemprego em %	26	25,4	21	19,1	16,2	n.d.
Sector Monetário e Cambial						
Ativos externos Líq. em %	0,6	43,6	-12,0	40,1	13,3	-7,7
Reservas Internacionais Líq. em %	-55,7	530,9	29,8	72,2	50,3	-2
Crédito Interno Líquido em %	6,1	11,4	24,8	6,8	13,9	9,2
Massa Monetária (M2) em %	2,7	15,2	13,3	9,9	14,3	8,7
Tx. de câmbio nom. CVE/USD em	98	102,7	115,9	123,5	117,3	97,8
Sector Externo						
Exp. bens e serviços em % do PIB	22,1	22,3	26,7	29,6	31,6	30,6
Imp. bens e serviços em % do PIB	57,2	60,3	60,8	63	66,6	64
Déficit conta corrente em % do PIB	10,7	12,6	11,1	10,3	11,4	9,3
Dívida externa efetiva em % do PIB	45,5	51,5	55,7	60	55,6	52,9
Serviços da dívida em % do PIB	3,9	1,8	2,1	2,3	3,2	2,5
Dív. ext / exp de bens e serv. em %	210,6	230,8	208,5	334,8	231,6	176,3
Reservas/Importações meses	1,9	3,0	1,9	1,6	2,2	1,9
Finanças Públicas						
Rec. totais (s/ donat.) em % do PIB	22,2	22,5	20,8	21,4	19,9	20,6
Donativos em % do PIB	10,0	7,2	4,9	6,0	5,5	7,8
Despesas Totais em % do PIB	36,2	36,4	35,5	32,1	33,9	30,4
Déficit Orçamental Global						
Excluindo Donativos em % do PIB	-14,0	-13,8	-14,8	10,7	10,5	10,2
Incluindo Donativos em % do PIB	-4,0	-6,6	-9,9	5,2	2,6	3,3

Fonte: BCV (1999).

Tabela 5 - Principais indicadores orçamentais (em % do PIB) (2005 – 2008)

	2005	2006	2007	2008
Receitas totais	31.2	31.4	30.8	30.8
Despesas totais	35.3	35.1	32.3	31.7
Saldo global incluindo donativos	-4.0	-3.7	-1.5	-0.9
Saldo global excluindo donativos	-11.0	-9.7	-6.1	-5.8
Saldo primário	-8.8	-7.9	-4.4	-4.4
Saldo primário incluindo donativos	-1.9	-1.9	0.1	0.2
Rácio da dívida	94.7	84.9	77.4	69.0

Fonte: BCV (2008).

Tabela 6 - Receitas da administração pública (2006 – 2008)

	Tx de cresc. em %			Em % do PIB		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Receitas correntes	23.6	12.4	11.4	24.8	25.1	24.7
Receitas fiscais	23.0	15.0	12.8	22.0	22.8	22.7
Imposto s/ o rendimento	18.9	10.6	11.4	6.7	6.6	6.5
Imposto único s/ rendimentos	18.9	10.6	11.4	6.7	6.6	6.5
IUR pessoas singulares	8.9	17.7	7.1	3.7	3.9	3.7
IUR pessoas coletivas	35.5	0.8	17.5	3.0	2.7	2.8
Imposto sobre a despesa	25.1	17.0	13.3	15.2	16.0	16.6
Imposto s/ o valor acrescentado (IVA)	28.8	17.5	18.2	8.1	8.6	9.0
Imposto s/ bens e serviços	17.1	42.1	8.7	1.1	1.4	1.4
Imposto s/ transações internacionais	20.7	5.3	9.5	4.9	4.7	4.5
Direitos de importação	20.7	5.3	9.5	4.9	4.7	4.5
Imposto de selo	28.3	42.3	-0.9	1.0	1.3	1.1
Receitas não fiscais	29.0	-7.9	-2.5	2.8	2.3	2.0
Licenças e taxas diversas	-8.8	44.2	-2.3	1.2	1.6	1.4
Rendtos de prop/rendtos financeiros	140.7	146.5	-5.1	0.2	0.5	0.4
Cotização p/ fundo de previdência	-6.7	82.6	-41.2	0.5	0.1	0.0
Outras receitas não fiscais	511.0	-88.4	64.1	0.7	0.1	0.1
Donativos	1.3	-15.6	21.0	6.1	4.6	4.9
Receitas totais	16.7	8.7	13.0	31.4	30.8	30.8

Fonte: BCV (2008).

Tabela 7 - Despesas da administração pública (2006 – 2008)

	Tx de cresc. em %			Em % do PIB		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Despesas correntes	19.8	2.1	7.7	21.9	20.2	19.2
Salários e vencimentos	20.0	3.9	3.4	10.1	9.5	8.6
Bens e serviços	46.8	31.4	-5.3	1.6	1.9	1.6
Juros correntes	-0.5	-2.0	0.8	1.8	1.6	1.5
- Domésticos	1.0	-2.7	-0.9	1.3	1.2	1.0
- Externos	-4.4	-0.1	5.4	0.5	0.5	0.4
Transferências correntes	70.2	-27.2	18.7	6.9	4.5	4.7
Empresas públicas	0.0	--	--	0.1	0.0	0.0
Setor público	185.2	-40.0	13.5	4.3	2.3	2.4
Outras entidades	0.4	-1.9	24.5	2.4	2.2	2.4
Subsídios	--	--	176.6	--	0.3	0.7
Outras despesas correntes	0.0	32.6	18.5	1.5	1.8	1.9
Valor a regularizar	--	--	--	0.0	0.0	0.2
Despesas de investimento	17.9	1.9	16.5	13.2	12.1	12.5
Despesas totais	15.4	2.0	11.0	35.1	32.3	31.7

-- falta de dados.

Fonte: BCV (2008).

Tabela 8 - Balança de pagamentos (em milhões de CVE) (2004 – 2008)

	2004	2005	2006	2007	2008
Conta corrente	-11.8	-3.6	-7.2	-15.8	-16.2
Balança comercial	-33.7	-31.0	-40.7	-53.2	-53.5
Exportações de bens	5.1	7.9	8.4	6.5	8.6
Importações de bens	-38.7	-38.9	-49.1	-59.8	-62.1
Balança de serviços	2.8	5.4	11.6	15.8	16.8
Balança de rendimentos	-1.7	-3.0	-3.5	-2.5	-3.5
Transferências correntes	20.7	24.9	25.4	24.2	24.0
Conta de capital e financeira	10.8	3.5	8.0	15.6	23.7
Investimento direto estrangeiro	6.0	7.2	11.5	15.3	15.7
Outros investimentos	6.0	0.6	0.0	5.0	8.0
Importações de bens e serviços em % do PIB	69.6	64.0	68.4	72.4	66.7
Remessas de emigrantes em % do PIB	11.0	13.1	11.0	9.3	8.5
Dívida pública interna em % do PIB	0.6	2.6	2.2	2.0	2.5
Reservas internacionais líquidas do BCV (meses de importação)	2.4	2.8	3.2	4.1	4.2

Fonte: BCV (2008).

ANEXO C – Tabelas de Contas Nacionais

Tabela 9 - Evolução da participação por setores (em % do PIB) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Primário	9,6	9,0	8,4	7,8	9,2	8,9	8,5	7,5	7,4	7,2
Secundário	28,6	30,7	28,6	28,8	27,2	26,1	26,1	26,6	27,3	26,7
Terciário	56,5	54,8	58,1	57,8	57,5	58,7	58,9	59,3	58,8	60,1

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 10 - Contribuição dos principais ramos de atividade (em %) para a formação do PIB (1980 – 2004)

	1980	1985	1990	1995	2000	2004
Agricultura	10,0	5,9	8,5	5,4	5,6	3,6
Pecuária	2,8	2,6	1,7	1,5	1,2	1,5
Pesca artesanal	4,3	1,9	1,2	0,9	0,8	0,5
Construção	12,1	11,8	13,9	12,6	9,9	9,8
Comércio	29,0	27,4	23,3	20,0	18,5	20,9
Aeroporto	1,6	2,4	1,2	1,6	1,7	1,1
Comunicações	0,7	2,1	2,6	4,7	8,1	9,1
Serviços bancários	2,1	1,7	1,3	2,6	2,4	2,4
Habitações e locais	6,4	6,5	7,7	7,3	6,4	7,1
Serviços governam.	9,6	11,4	13,1	13,6	12,6	12,4
Direitos e Tx/import.	8,2	8,6	6,9	8,9	10,4	10,0

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 11 - Evolução do PIB pela ótica da oferta (em %) (2009)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura	-8,4	8,9	7,1	9,7	7,4	5,2
Indústria	5,0	8,9	8,9	7,9	7,2	7,1
Serviços	62,0	63,8	65,3	66,5	68,7	70,2
Turismo	7,3	9,5	10,2	10,1	11,1	10,4
Comércio	18,5	19,4	20,9	20,7	20,9	20,7

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 12 - Evolução da composição do PIB (em %) pela Ótica dos Gastos (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Consumo final	109,1	106,9	106,2	106,8	100,5	105,6	105,4	107,0	106,5	105,0
Investimento	38,8	37,6	38,7	31,4	34,4	30,5	31,7	35,9	31,1	38,9
Export. de bens e serviços	12,6	18,4	20,7	19,4	20,0	20,9	18,9	20,9	14,6	13,8
Import. de bens e serviços	66,5	61,4	67,4	57,4	57,8	57,3	56,0	63,7	52,1	58,3

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 13 - Participação e evolução de alguns ramos (em %) no total dos investimentos (1995 - 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Construção	46,8	46,1	50,4	55,2	41,3	47,0	45,3	44,1	46,3	33,1
Outros trabalhos	4,0	2,9	3,1	1,4	1,5	1,3	1,6	1,2	1,1	1,3
Equipamentos	30,9	39,0	24,7	27,9	28,4	28,0	27,7	30,2	26,6	26,9
Material de transporte	17,6	11,4	21,4	14,9	28,1	23,2	25,2	24,3	25,4	38,2
Diversos	0,6	0,5	0,4	0,7	0,5	0,5	0,3	0,2	0,4	0,5

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 14 - Evolução das importações, exportações e do saldo (em milhares de CVE) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Exportação	2159,1	2475	3030,6	3120,8	3568,6	3921,3	3637,2	4243,9	3137,3	3189,2
Importação	9126,7	10135	10582	10764,8	13072,4	12761,9	12879,7	15189,7	15473,0	18886,7
Saldo (-)	6967,6	7660	7552	7644,0	9503,8	8840,6	9242,5	10945,8	12335,7	15697,5

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 15 - Relação importação / exportação de mercadorias (em milhares de CVE) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Imp. de mercad.	7827,3	8765	8628,7	9452	11815,5	11.154,20	11.881,90	13.672,50	13.802,40	17.167,60
Exp. de mercad.	209,3	283	353,8	294,3	322,7	303,8	389,5	342,6	378,3	297,1

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 16 – Relação importação / exportação de serviços (em milhares de CVE) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Imp. de serviços	1159,4	1226	1807,5	1164,8	1106,9	1.455,60	843,9	1.362,20	1.512,60	1.559,10
Exp. de serviços	1733,8	1860	2375,9	2520,5	2934,9	3.301,40	2.931,70	3.580,40	2.433,00	2.561,00

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 17 - Principais itens de exportação (em milhares de CVE) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Peixe e lagosta (fresco e transf.)	33,9	35,7	66,1	54,1	37,9	19,1	7,4	20	8,5	27,4
Outros produtos primários	5	2,5	2,2	3,9	4,4	4,5	9	7,4	13,9	14,4
Outros produtos industriais	170,4	244,8	285,6	236,3	280,4	280,1	373,1	315,2	355,9	255,4
Serviços de transporte	1188	1283	1723,6	1857,5	2351,3	2.584,00	2.206,70	2.866,80	1.705,70	1.615,00
Transporte marítimo	361,3	335,7	691,9	609,1	840,8	894	572	582,5	39,3	46,3
Transporte aéreo	573,2	659,9	700,2	870,7	1099,4	1.205,90	1.102,00	1.792,10	1.243,00	1.152,10
Aeroporto	253,4	287,4	331,5	368	398,3	471,1	532,6	492,2	423,2	416,6
comunicações	273,5	282,5	354,1	369,7	367,6	417,5	435,4	401,6	385,4	583,3
Reexportações combustíveis	215	199	243	223,7	148,3	253,4	246	263	305,4	323,3

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 18 - Principais itens de importação (em milhares de CVE) (1995 – 2004)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bens de consumo	3318	3322	3822,1	4126,4	4518,1	4.585,60	5.161,60	5.457,70	6.091,00	7.489,90
Bens intermédios	2163	2465	2334	2723,6	3141,7	3.102,90	2.995,20	3.765,50	3.792,10	4.367,20
Bens de capital	1425	1773	1541,6	1337,6	2417,9	1.785,80	2.003,30	2.570,80	2.148,60	3.580,90
Combustíveis	922,3	1206	931	1264,4	1737,9	1.679,90	1.721,70	1.878,50	1.770,70	1.729,60
Serviços de transporte	414,6	508,1	919	704,8	626,7	870,1	487,4	918,3	742,8	709,9
Transporte aéreo	332,1	431,6	727	582	473,4	649,9	363,4	802,3	734,1	702,2
comunicações	102,9	113,5	166,7	102,7	88,7	114,9	82,2	67	72,7	63,3
Assistência técnica á construção	73,4	158,5	129,6	26	34,8	21,5	5,5	2,7	13	7,3
Serviços ás administ. públicas	494	379,9	492,9	273,2	276,6	336,5	193,8	240,2	458,9	578,2

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).

Tabela 19 - Grau de abertura (em % do PIB) da economia de Cabo Verde (2000 – 2007)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	87,5	92,2	101,0	98,8	99,0	97,9	100,7	102,4

Elaboração Própria.

Fonte dos Dados: INE (2009).